

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CLEBER FERREIRA DOS SANTOS

**INTELECTUAIS BRASILEIROS E AS REPRESENTAÇÕES DO
(SUB) DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO:
O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)
NA DÉCADA DE 1950.**

VITÓRIA-ES
2018

CLEBER FERREIRA DOS SANTOS

**INTELECTUAIS BRASILEIROS E AS REPRESENTAÇÕES DO
(SUB) DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO:
O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)
NA DÉCADA DE 1950.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, sob a orientação da Profa. Dra. Juçara Luzia Leite.

VITÓRIA-ES
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
Educação, Formação humana e Políticas públicas.

**INTELECTUAIS BRASILEIROS E AS REPRESENTAÇÕES DO
(SUB) DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO:
O INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS (ISEB)
NA DÉCADA DE 1950.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, sob a orientação da Profa. Dra. Juçara Luzia Leite.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Juçara Luzia Leite - Orientadora - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof^ª. Dr^ª. Gilda Cardoso Araújo - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Aldieres Braz Amorim Caprini - Instituto Federal do Espírito Santo (IFES).

Resumo

Esta pesquisa teve como principal objetivo compreender de que modo um grupo de intelectuais, imersos na política desenvolvimentista da década de 1950 no Brasil representou, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a problemática do (Sub) desenvolvimento como projeto de educação. Posto ser este um estudo de caráter histórico, como fonte de pesquisa privilegiamos um documento descrito como Relatório Sucinto de Atividades do ISEB dando ênfase as aulas que foram ministradas e publicadas, no período entre 1956 a 1960, com o objetivo de entender o papel ocupado pela educação na política desenvolvimentista do Brasil naquele período. Para tanto, fundamentamos nossa pesquisa a partir de uma perspectiva Histórico Cultural, privilegiando o esquema conceitual de Roger Chartier (1990, 1991, 2002, 2007): representação, circulação e apropriação. Em diálogo com Jean-François Sirinelli (2000), compreendemos o engajamento do intelectual nas problemáticas de seu tempo. Já na busca pela compreensão do campo político/cultural que esteve inserido os intelectuais do ISEB, destacamos Pierre Bourdieu (2000) e Reinhart Koselleck (2006), para assim, compreendermos os principais temas que desenharam a política isebiana a partir de seu projeto de Educação.

Palavra Chave: ISEB; Intelectuais; Educação; Representações.

Abstract

This research has as main objective to understand how a group of intellectuals, immersed in the development policy of the 1950s in Brazil, represented, through the Institute of Brazilian Studies (ISEB), the problem of (Sub) development as an education project. Since this is a historical study, as a research source, we will privilege a document described as the Successful Activity Report of the ISEB, emphasizing the classes that were given and published, between 1956 and 1960, in order to understand the role occupied by Education in Brazilian development policy in that period. For this, we use the conceptual scheme of Roger Chartier (1990, 1991, 2002, 2007): representation, circulation and appropriation. In dialogue with Jean-François Sirinelli (2000), we understand the engagement of the intellectual in the problematic of his time. Already in the search for the understanding of the political / cultural field that the intellectuals of the ISEB were inserted, we will highlight Pierre Bourdieu (2000) and Reinhart Koselleck (2006), in order to understand the main themes that designed the Isebian politics from his project of Education.

Keywords: ISEB; Intellectuals; Education; Representations.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento e Amparo de Pessoal de Nível Superior

CNT - Cadernos de Nosso Tempo

ESG - Escola Superior de Guerra

FNFI - Faculdade Nacional de Filosofia

IBF - Instituto Brasileiro de Filosofia

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IBESP - Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

MEC - Ministério da Educação e Cultura

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1: Decreto que instituiu o ISEB como um Instituto ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Disponível na Biblioteca Nacional. p. 56.

FIGURA 2: Projeto de lei que transformou o ISEB em órgão permanente do MEC. Disponível na Biblioteca Nacional. p. 57.

FIGURA 3: Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, inaugurando a nova sede do ISEB. p. 58. Disponível em jk.cpdoc.fgv.br/imagens.

FIGURA 4: Da direita para a esquerda, dirigindo a solenidade de inauguração da sede do ISEB, o então Ministro da Educação e Cultura (MEC), do governo JK, Clóvis Salgado, sendo observado ao centro pelo Presidente JK. p. 58. Disponível em jk.cpdoc.fgv.br/imagens.

FIGURA 5: Relatório de encerramento do curso regular (1956-1959). Disponível na Biblioteca Nacional. p. 66.

FIGURA 6: Publicações realizadas entre 1956 e 1960. Disponível na Biblioteca Nacional. p. 69.

FIGURA 7: Representações do subdesenvolvimento através de publicações. Disponível na Biblioteca Nacional. p. 70.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
REVISÃO DA LITERATURA.....	10
CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	27
CAPÍTULO 1 – OS INTELECTUAIS E O ISEB.....	39
1.1 - O ISEB ENTRE HISTÓRIA.....	46
1.2 - O ISEB ENTRE REPRESENTAÇÕES.....	53
1.3 - AS REPRESENTAÇÕES ENTRE O ISEB.....	63
CAPÍTULO 2 – GERAÇÃO DE INTELECTUAIS.....	77
2.1- O CAMPO POLÍTICO.....	87
2.2 - O CAMPO INTELECTUAL.....	96
2.3 - O CAMPO CULTURAL.....	103
CAPÍTULO 3 – AS REPRESENTAÇÕES DO (SUB) DESENVOLVIMENTO COMO PROJETO DE EDUCAÇÃO.....	113
3.1- IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL: “POR UM NOVO MODELO DE HOMEM”. (ALVARO PINTO 1956).....	115
3.2 - CONDIÇÕES SOCIAIS DO PODER NACIONAL: “O HOMEM COMO FUNDAÇÃO DA NAÇÃO”. (GUERREIRO RAMOS, 1957).....	128
3.3 - RAIZES HISTÓRICAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO: “ENTRE O VELHO E O NOVO”. (WERNECK SODRÉ, 1959).....	137
3.4 - RECURSOS OCIOSOS NA ECONOMIA NACIONAL: “EM BENEFÍCIO DO HOMEM” (IGNÁCIO RANGEL - 1960).....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	153

Introdução

O presente estudo traz os resultados de um trabalho desenvolvida junto ao PPGE/UFES, na linha de pesquisa Educação, Formação Humana e Políticas Públicas, que, dentre seus objetivos, buscou compreender como, através de um projeto de Educação, os intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), contribuíram para o delineamento de uma compreensão político-educacional do (Sub) desenvolvimento na intenção de uma representação de um “novo modelo homem”.

A partir daí, objetivamos estudar as representações do subdesenvolvimento que circularam entre 1956 e 1960 no intuito de compreender o papel do ISEB na circulação de representações e do pensamento desses intelectuais, analisando quais foram os reflexos dessas representações na política desenvolvimentista da década de 1950.

Como hipótese de trabalho, laboramos com a ideia de que os intelectuais do ISEB fizeram circular uma representação do subdesenvolvimento através de práticas educacionais no Instituto que eram dadas a ler como um projeto de educação, visando um “novo modelo de homem” que corresponderia a um Brasil desenvolvido.

Para tornarmos esta pesquisa possível, tomamos como fonte documental aulas lecionadas (e publicadas), no período que vai de 1956 a 1960, disponibilizadas pela Biblioteca Nacional em forma de relatório, conhecido como Relatório Sucinto de Atividades do ISEB¹, com o objetivo de refletir sobre a relação entre o pensamento histórico e o papel da educação, na problemática do (sub) desenvolvimento nacional.

Já para a crítica das fontes, aqui já descritas, dialogamos com a História Cultural, mais precisamente com o esquema conceitual de Roger Chartier (1990, 1991, 2002, 2007), entendido como representação, prática, circulação e apropriação. De acordo com Chartier (1990, 2002, 2007), a história cultural “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade

¹Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960, Biblioteca Nacional: Seção de Manuscritos: Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49). Este documento foi cedido pela Biblioteca Nacional e possui todas as atividades realizadas no ISEB entre 1956 a 1960. Nele, por exemplo, está contido o número de aulas dadas nesse período, cursos realizados no interior do MEC, bem como toda a produção intelectual desenvolvida pelos professores do Instituto.

social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Sendo assim, buscamos na leitura das fontes, as formas que as Representações do (Sub) desenvolvimento, dada a ler e postas a circular pelos intelectuais do ISEB, em práticas como aulas, conferências, cursos, e publicações, convergiram para um projeto de educação com vistas a formar “um novo modelo de homem” a ser apropriado.

Posto isto, nosso trabalho foi estruturado em três capítulos, da seguinte forma: No primeiro capítulo, intitulado de “Os Intelectuais e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros” (ISEB), destacamos de que forma se deu o processo de criação do ISEB, como também apontamos para o modo que os chamados isebianos históricos construíram as representação do (sub) desenvolvimento no interior do Instituto. Para isso, utilizamos o esquema conceitual cunhado por Chartier (1990, 1991, 2002, 2007), e o conceito de intelectual de Jean François Sirinelli (2003).

No segundo capítulo “Geração de Intelectuais,” buscamos entender o campo de atuação política que estes intelectuais estiveram inseridos, qual seja: campo intelectual, campo de poder. Desta forma, nos valem do conceito de intelectual em Sirinelli (2003), e do conceito de campo, em Bourdieu (1986, 2002, 2007).

As Representações do (Sub) desenvolvimento como Projeto de Educação, último capítulo dessa pesquisa, enfatiza as estratégias dos intelectuais do ISEB em torno da construção de um novo homem, ideário que apontava para um Brasil desenvolvido, através de estratégias educacionais. Para tanto, tomamos como referência as contribuições do historiador alemão Reinhart Koselleck (2006), nos apropriando do espaço de experiência e horizonte de expectativas cunhado por ele, com vistas ao entendimento de visão de futuro, vislumbrado no interior do ISEB.

Quanto ao propósito deste estudo, ele surgiu a partir de minhas leituras, ainda nos tempos do curso de Graduação em História, aonde busquei apresentar no trabalho de conclusão de curso as diversas facetas do nacionalismo brasileiro, tendo como parâmetro a construção deste movimento político no cenário europeu. Foi a partir de então, que tive acesso à densa obra escrita pelos intelectuais do ISEB, pois muitos pesquisadores associaram este Instituto como sendo o antro do pensamento nacionalista brasileiro.

Verifiquei, na ocasião, que existia um diálogo bastante fecundo entre esses intelectuais e o campo da educação, que, no entanto, não havia sido explorado, tendo em vista que os poucos trabalhos escritos acerca do ISEB, e seus intelectuais, haviam sido no enfoque da política nacionalista isebiana. Nesse sentido, nosso trabalho buscou, junto à linha de pesquisa existente no PPGE/UFES, conhecida na época como Sociedade, História, Cultura e Políticas Educacionais, hoje “Educação, Formação Humana e Políticas Públicas”, evidenciar através de uma pesquisa histórica, o lugar ocupado pela educação no pensamento isebiano, na política desenvolvimentista brasileira.

Posto isto, nossa pesquisa além de contribuir com os trabalhos já em andamento no PPGE/UFES, apresenta-se, pelo seu enfoque inédito, como uma grande oportunidade para se (re) pensar a importância do ISEB para a política educacional brasileira dos anos 50, sobretudo no que tange ao papel do intelectual nas problemáticas de seu tempo, sem perdermos de vista as problemáticas do nosso tempo presente.

Revisão de Literatura

Situado no cruzamento das histórias política, social, cultural e educacional, a história dos intelectuais tornou-se assim, em pouco tempo, principalmente a partir da década de 1980, no Brasil, em um campo histórico autônomo, vasto e bastante fértil para a leitura da história da educação. Se tomarmos como base a historiografia acerca da história intelectual, notaremos que amplos setores da história da educação foram revivificados por pesquisas realizadas nas últimas décadas, lançando vistas para um diálogo bastante fecundo entre intelectuais e história da educação. Isso porque a produção histórica acerca da educação está ligada a produção de fontes de um determinado tempo/espaço, cujo o intelectual é produtor.

Sendo assim, as pesquisas em obras de intelectuais representam uma rica fonte para a História da Educação, tendo em vista as condições sociais e políticas vividas (e testemunhadas) por esses sujeitos da ação, em determinada época, e presentes em contextos de elaborações de políticas públicas, delimitando assim os espaço de luta e os campos de poder. Posto isto, cabe duas considerações.

A primeira seria concordar com Sirinelli (1996, p. 237), que a história dos intelectuais saiu do “ângulo morto”, lugar que ocupava, sobretudo, com o desprestígio da história política, vista como obsoleta, linear e psicologizante. A segunda consideração é aquela que gira em torno do papel do intelectual face ao Estado, do seu posicionamento frente às nuances enfrentadas em seu tempo, e seu posicionamento como sujeito da ação, como descritas por Pécaut (1990).

Os debates frente a ações públicas dos intelectuais remontam a contextos temporais e culturais diferenciados, e marcam as discussões a respeito do papel do intelectual na sociedade. Tanto a História como a Educação, são áreas do conhecimento que vêm se interessando, paulatinamente, por estudos que apontam para a importância do papel do intelectual como testemunha de seu tempo.

No âmbito da História da Educação, em particular, acompanhamos um crescente número de trabalhos desenvolvidos com foco no engajamento dos intelectuais, todavia,

temos a lucidez de que se trata de um campo de pesquisa em construção, isto porque somente a partir da década de 80, no Brasil, foram constituídos alguns grupos de pesquisas que passaram a privilegiar o diálogo entre amplos setores da História da Educação, em interlocução com diversas áreas acadêmicas, como a sociologia, a política, a linguística, entre outras, proporcionando assim o surgimento de pesquisas com ênfase no papel do intelectual.

O Grupo de Trabalho História da Educação, ligado à Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação, a ANPED; o Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil; e o HISTEDBR, são alguns exemplos de Grupos de Pesquisas que se formaram a partir dos anos de 1980, e vêm contribuindo para um maior alargamento nos estudos que destacam a história intelectual, bem como a história dos intelectuais da educação. Contudo, como todo campo em construção, este carece de novas pesquisas.

Assim sendo, nosso trabalho teve a intenção de colaborar para o preenchimento de algumas lacunas presentes na história intelectual, política e cultural da educação, tangenciando a história dos intelectuais em um diálogo teórico-metodológico diferente daqueles desenvolvidos até o fim da década de 1980, que contou com a predominância do materialismo histórico dialético como método de pesquisa empírica.

Sem negar as pesquisas que já foram desenvolvidas anteriores a nossa, nosso trabalho buscou o diálogo com a nova história cultural, em busca de interfaces que pudessem nos permitir (re)visitar o passado em busca de novas respostas, diferente daquelas que privilegiavam a história econômica em detrimento aos vários aspectos presentes nos campos social e cultural, no cotidiano da sociedade, pois concordamos com François Hartog (1996), “que nada muda tanto quanto o passado”.

No Brasil, intelectuais e tradições intelectuais, antes desconhecidas, vieram à tona. Personagens e cenários políticos antes obscurecidos pela historiografia do nascente século XX, agora podem ser compreendidos com mais clareza, já que trabalhos como o de Sérgio Miceli (2001), Daniel Pécaut (1990), Caio Navarro de Toledo (2005), Alzira Alves de Abreu (2007), e Juçara Luzia Leite (2011), vem semeando o campo de pesquisa com estudos ancorados na história intelectual do Brasil. Ampliar pesquisas e

estudos sobre os intelectuais da cena política, e tratá-lo como questão histórica foi crucial para o entendimento da função desses protagonistas da cena pública.

Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970, que a história dos intelectuais começou a superar o descrédito que havia adquirido junto com a história política do começo do século XX, e que pesquisas em andamento, ou já publicadas, adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram interesse da corporação dos historiadores, como já havia assinalado o francês Jean François Sirinelli (2005). Um destes trabalhos acerca da ação dos intelectuais no Brasil, e que merece destaque, é a obra de Daniel Pécaut (1990), *Intelectuais e a Política: entre o povo e a nação*. Nela, o autor se debruça sobre duas gerações de intelectuais em temporalidades distintas, dando ênfase à geração de 1950, ligada aos ideários do Estado e convictas de seu papel como protagonista da nação, nessa geração encontramos a geração do ISEB.

A historiografia disponível acerca do ISEB, bem como dos isebianos históricos, por muito tempo associou seus intelectuais com a política nacionalista dos anos 50, principalmente sobre a ótica do materialismo histórico dialético, predominante no Brasil até a virada epistemológica dos anos 80.

Pouquíssimas obras associaram o ISEB a um ideário educacional, e quando isso foi feito, deram pouco destaque para a política educacional isebiana. No presente momento, gostaríamos de destacar a obra de Vanilda Paiva: *“Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista”*, que apesar do título não explicitar um estudo acerca do ISEB, traz um arcabouço todo especial acerca da educação isebiana, que muito vem contribuindo para nosso entendimento do lugar ocupado pela educação naquele Instituto.

Quando deslocamos nossa ótica para a produção acadêmica produzida em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o que observamos é um número ainda menor de estudos alicerçados na educação isebiana. Todavia, a partir dos anos 2000, alguns estudos focados no diálogo entre a educação e a política isebiana, como é o caso da Tese de Doutorado de Maria Teresa Cavalcanti (2006), *com o título de “O ISEB e sua Educação Ideológica”*, vêm trabalhando para preencher algumas lacunas presentes na história do ISEB.

Consonante a esses estudos, nossa pesquisa ao propor considerar os intelectuais como assim sendo, voltando-nos particularmente para os intelectuais do ISEB, pensamos na intercessão entre Educação e História no âmbito desse Instituto, no intuito de contribuir para o alargamento das pesquisas que vem sendo desenvolvidas, sobretudo a partir dos anos 2000, ano em que o ISEB passou a ser revisado a partir de novas lentes.

Para nossa revisão de literatura, nos apropriamos de: a) Teses de Doutorado; b) Dissertações de Mestrado; c) Artigos Científicos; e d) Livros Publicados. Procedemos ao levantamento de dados da seguinte forma: a) no site da Capes; b) na Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), onde nos debruçamos sobre a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE); c) no site da ANPED, em que nos dedicamos à RBHE e aos Congressos realizados pela ANPED, disponibilizados on-line; d) na Revista Brasileira de História (RBH), e nas publicações on-line dos Anais da ANPUH, e; e) no Google Acadêmico, no intuito de encontrar trabalhos, que de alguma forma, pudessem colaborar para o delineamento entre os intelectuais do ISEB, com vistas no diálogo entre educação, política e cultura.

Em um primeiro momento, utilizamos o indicador “ISEB”, o que nos gerou um número considerável de trabalhos. Passamos então a descrever “ISEB e a educação”, no intuito de selecionar nossa busca, e tivemos a primeira surpresa, pois não foram encontrados nenhum trabalho sobre o ISEB na Sociedade Brasileira de Educação, nem mesmo nas publicações on-line da ANPED. Isso reforça a síntese que havíamos construído nos parágrafos anteriores acerca da escassez de estudos realizados sobre o ISEB nas revistas com foco no campo da educação.

Ainda sobre nossa busca usando o indicador “ISEB”, os trabalhos gerados apontaram para estudos relacionando o ISEB da seguinte forma: a) ao movimento nacionalista da década de 1950; b) a política desenvolvimentista de JK; c) ao populismo; d) as reformas de base ligadas ao governo Jango; e) aos motivos que levaram o fechamento do instituto pelas forças do Golpe Militar; e, f) a estudos acerca dos intelectuais do ISEB. Frisamos que esta busca gerou um total de 15 trabalhos, e todos foram encontrados no Portal de Periódicos da Capes.

As buscas continuaram pelos periódicos da Capes, e fizemos uma segunda tentativa privilegiando o “ISEB e a Educação”, e mais uma vez nossa tese havia se confirmado: relacionar o ISEB a um ideário educacional ainda é algo muito pouco explorado. Ao elencarmos a categoria intelectual e história intelectual, um grande número de trabalhos se mostraram, sobretudo, aqueles desenvolvidos a partir da década de 1980. Começamos a seleção para termos a dimensão de quais poderiam, de alguma forma, contribuir para nossa pesquisa, e chegamos a um total de 12 trabalhos, entre Teses, Dissertações e Artigos científicos.

Passamos a buscar por trabalhos que deram ênfase à categoria das representações, onde utilizamos intelectuais e as representações do subdesenvolvimento, e representação intelectual, nessa etapa não identificamos estudos que privilegiaram tais categorias. Vale salientar, que ao selecionarmos os estudos aqui elencados, tivemos a preocupação de confluir ideias e perspectivas teóricas diferenciadas da nossa. Foi então que percebemos que aproximadamente 95% dos trabalhos encontrados se ocuparam com um referencial teórico com vistas ao materialismo histórico dialético, e que o teórico mais utilizado para caracterizar o conceito de intelectual havia sido Antônio Gramsci.

Esse último fato não nos causou muito estranheza, afinal de contas, até os anos 80, o marxismo era predominante nas pesquisas desenvolvidas por pesquisadores brasileiros. A virada da sorte, ou melhor dizendo, virada epistemológica², com a crise dos paradigmas, viria a galope, em fins da década de 1980 e início da década de 90. É necessário salientar que, o fato de não optarmos por um aporte teórico marxista não significa a rejeição dos estudos pautados sobre essa ótica.

Por fim, com novas lentes para a história intelectual, diversos autores passaram a relacionar o estudo dos intelectuais em vários campos, buscando no cruzamento das histórias intelectual, política, e cultural, a posição ocupada pelos intelectuais na

²Na virada dos anos 1980 para o decênio de 90, essas maneiras de fazer história passaram a ser questionadas no Brasil. No plano internacional, com a decantada crise dos paradigmas, foi à fundamentação teórica marxista que sofreu as mais duras críticas auxiliada, sobretudo, pelo acontecimento emblemático da Queda do Muro de Berlim (PESAVENTO, 1990, p.7).

sociedade. Dessa forma, tomamos os seguintes trabalhos para nossa revisão de literatura:

Teses de doutoramento

Pelo fato de não termos encontrado trabalhos que dialogam com nossa hipótese inicial, a de que os intelectuais do ISEB fizeram circular uma representação de subdesenvolvimento através das atividades educacionais do Instituto que eram *dadas a ler* como um projeto de educação, visando um modelo de “novo homem” que corresponderia a um ideal de Brasil desenvolvido, iniciamos nossa revisão de literatura com algumas teses de doutorado em diálogo com a Educação, com a Sociologia e com a História, para que de alguma forma corroborem com nosso objeto de estudo.

Assim sendo, seja pelo recorte temporal, pelas fontes, pelas categorias elencadas, ou pelo aporte teórico-metodológico, o que buscamos nas teses aqui elencadas foram possíveis interfaces para um diálogo interdisciplinar com nossa pesquisa.

O trabalho de Maria Teresa Cavalcanti (2006), intitulado “O ISEB e seu Projeto de Educação Ideológica”, teve como principal objetivo identificar e compreender o sentido das dimensões educativas e pedagógicas presentes nas práticas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. O estudo de Cavalcanti (2006) procurou, à luz do materialismo histórico dialético, identificar a natureza daquilo que o isebiano Hélio Jaguaribe (1958), havia cunhado como sendo a “Educação e a Organização Ideológica” do ISEB.

Para tanto, Cavalcanti (2006), em sua tese, se debruçou na rica produção intelectual desenvolvida pelos isebianos históricos, na tentativa de encontrar, nessa vastidão de textos escritos e publicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) nas décadas de 50 e 60, as obras que mais se aproximassem daquilo que a autora convencionou denominar como “Educação Ideológica”. Segundo a autora, um documento descrito como *Relatório Sucinto de atividades do ISEB*, encontrado na Biblioteca Nacional, foi muito importante para identificar a materialidade da educação isebiana, e a levou a um exaustivo trabalho de descrição parcial de seu conteúdo, isso

pelo fato de não ter conseguido a microfilmagem do mesmo junto a Biblioteca Nacional.

De acordo com Cavalcanti, os textos que mais se aproximaram da política educacional isebiana, para o desenvolvimento de sua tese, foram: a) Ideologia e Desenvolvimento Nacional de Álvaro Vieira Pinto (1956); b) A Redução Sociológica (1958) de Guerreiro Ramos; C) Condições Institucionais do Desenvolvimento de Hélio Jaguaribe (1958) e d) Formação e Problema da Cultura Brasileira, do professor Roland Corbisier (1959). Sendo assim, a pesquisa de Cavalcanti (2006), vem se tornando bastante interessante para nosso trabalho, por privilegiar algumas obras que serão objetos de nossos estudos, como é o caso da obra do professor Vieira Pinto (1960).

Em suma, a autora conclui seu trabalho afirmando que o Ideário Educativo do ISEB se caracterizou por uma forte influência existencialista que se desdobrou de diferentes maneiras, e em diferentes instâncias: (a na ênfase em estudos e temas voltados exclusivamente para a realidade brasileira; b) na valorização dos estudos propiciados pelas ciências sociais, com ênfase na história, tendo em vista a geração de soluções efetivas na reversão dos problemas; c) no entendimento do papel do intelectual enquanto agente de mudança, e d) na defesa da existência de um caráter fundamentalmente ideológico, presente em todas as estratégias a serem adotadas, o que inclui o espaço de atuação da educação.

Já a tese de Renato Ramos Martini (2008), que tem por título, Álvaro Vieira Pinto: Massas, Nacionalismo e Cultura na Realidade Nacional, buscou no recorte temporal que, vai de 1955 a 1964, as principais categorias que delinearão o pensamento daquele filósofo e professor do ISEB. Valendo-se de teóricos clássicos da sociologia como Émile Durkheim e Karl Mannheim, o autor procurou analisar e elucidar alguns aspectos da obra teórica do intelectual brasileiro Álvaro Borges Vieira Pinto. O estudo se concentrou principalmente nas análises das obras publicadas pelo intelectual, no período em que foi membro atuante do ISEB. (1955-1964).

Martini (2008) buscou entender os conceitos de massas, nacionalismo, cultura e desenvolvimentismo presentes não só no pensamento de Álvaro Pinto, como também nos demais componentes do ISEB. Para Martini (2008), o ISEB foi um grande centro

divulgador de ideias dos intelectuais que compunham seu quadro, como podemos perceber nessa passagem.

[...] a finalidade é de se chegar a um entendimento do papel desempenhado pelo intelectual Vieira Pinto em particular, e pelos isebianos em geral, nas relações que estes travaram no interior da sociedade brasileira, ao utilizarem-se do instituto como centro divulgador de seus ideários (MARTINI, 2008, p. 127).

De igual forma, o estudo de Martini (2008), ao destacar os desdobramentos entre o papel do intelectual no seio de uma sociedade, e a importância do ISEB como veículo de divulgação desenvolvimentista no Brasil dos anos 50, acaba por convergir com nossa pesquisa, isso por que um de nossos objetivos é destacar o ISEB como representação do subdesenvolvimento no Brasil da década de 1950.

Deslocamos também o trabalho de Rodrigo Lima Ribeiro Gomes (2014), que buscou demonstrar as relações entre as mudanças ocorridas no âmbito da educação popular, bem como à forma que se desenvolveu a modernização capitalista no Brasil em meados do século XX. Para que seu objetivo fosse alcançado, o autor buscou na análise de documentos, como o conceito de educação popular se transformou no século XX, tendo como base as concepções dos intelectuais do ISEB entorno da Educação Popular na década de 1950.

Foi no final dos anos 50, afirma Gomes (2014), que começam a surgir novas campanhas e movimentos de educação popular, como o ISEB, que atribuiu a essa noção uma inédita marca política centrada em um conceito de educação popular calcado, sobremaneira, em uma proposta de identidade e auto-afirmação política para as classes populares, geralmente de cunho nacionalista e anti-imperialista.

É nessas interfaces, que Gomes (2014), sobre a ótica do materialismo histórico, tendo como principal referência o teórico Antônio Gramsci, se vale do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como lente para o demarcado período histórico, principalmente para demonstrar o processo de renovação conceitual ocorrido entre os anos 50 e 60.

Apesar do amplo espectro ocupado pelo nacionalismo desenvolvimentista, uma única instituição conseguiu não apenas fazer confluir várias de suas perspectivas, como também se afirmou como uma das mais importantes a vocalizar aquela concepção política. Tal foi o papel cumprido pelo ISEB. Não à toa, este instituto foi e segue sendo bastante estudado enquanto referência ideológica do período, permanecendo alvo de polêmicas que sobrevivem depois de mais de quase 50 anos de sua morte. (GOMES, 2014, p. 156).

Dessa forma, Gomes (2014) conclui em sua tese que a primeira alteração significativa na noção de Educação Popular manifestou-se através da defesa de uma educação própria aos adultos.

Contraditoriamente, a educação popular de adultos realizada por fora do sistema escolar regular abriu um espaço de atuação que acabou por ser parcialmente ocupado por grupos de políticos que contestavam o modelo de desenvolvimento capitalista adotado pelo Brasil, repudiando a associação com o capital externo, a favor de uma perspectiva nacionalista associada à defesa da intervenção estatal para o planejamento econômico (GOMES, 2014, p.221).

Importantes, também, são as contribuições de Alexandro Eugenio Pereira (2002), cujo trabalho descrito como “O ISEB na Perspectiva do seu Tempo: Intelectuais, política e Cultura no Brasil (1952-1964)”, buscou compreender a trajetória desse Instituto no debate entre política e cultura. Para tanto, o autor utilizou como *fonte Jornais e Periódicos*, sendo eles: a) *O Correio Popular* (1958); b) *Desenvolvimento e Conjuntura* (1958); c) *Digêsto Econômico*; d) *O Estado de São Paulo* (1957-1958), e) *O Globo* (1966); *Revista Manchete* (1958); e *Última Hora* (1958). Como Tese, Pereira (2002) sustenta que a trajetória do ISEB deve ser interpretada a partir de dois elementos fundamentais: 1) dos condicionamentos da conjuntura histórica dentro do qual ele se move; e 2) da produção e da ação dos seus intelectuais formadores que teve um peso decisivo nas alterações sofridas pela instituição no decorrer da sua existência.

Como aporte teórico-conceitual o autor destacou Max Weber para construir sua concepção de política, destacando a violência como instrumento decisivo da mesma. Para Weber, (1999a), de acordo com Pereira (2002, p.12), “aqueles que estão na política devem estar cientes dos problemas éticos de natureza especificamente política com os quais terão que lidar, como as potência diabólicas que atuam com toda a violência”. Já

o conceito de intelectual partiu de Norberto Bobbio (1997, p.11), que dota o intelectual de um poder ideológico “agindo sob a produção e transmissão de ideias, de símbolo, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra”.

Dessa forma Pereira (2002) concluiu sua tese da seguinte forma:

Á análise aqui desenvolvida procurou privilegiar a ação dos intelectuais tanto individual como coletivamente, pois partiu do pressuposto de que ela seria capaz de explicar o significado político assumido por esta instituição no curso de sua existência. No decorrer de sua trajetória o ISEB sofreu alterações e mudanças significativas produzidas por inúmeros fatores, dentre os quais destacam-se os condicionamentos da conjuntura histórica e a ação desenvolvida pelos intelectuais que dele fizeram parte (...), tais opções conduziram a instituição a inviabilizar-se do ponto de vista político na medida em que seus componentes fundamentais não procuraram assumir uma posição de neutralidade frente às questões colocadas por aquela conjuntura” (PEREIRA, 2002, p. 244).

Vale pontuar que, as quatro teses aqui citadas por nós, tratam do nosso objeto de estudo a partir de perspectivas teóricas distintas de nosso marco teórico, no entanto, se mostram fecundas para nosso trabalho, já que suscitam problemáticas no campo epistemológico de suma importância para a pesquisa histórica. Das teses analisadas por nós, uma merece maior destaque, trata-se do trabalho de Teresa Cavalcanti (2006), que situa o ISEB nos cruzamentos da política, da história e da educação. Outro ponto relevante do trabalho de Cavalcanti é um documento que a autora se apropriou (de forma parcial) para seu trabalho, o *Relatório Sucinto de Atividades do ISEB*, que também fez parte das análises de nossa pesquisa.

Em síntese, a história intelectual do ISEB, vista por diferentes vozes das Ciências Humanas (Educação, Sociologia, História e Ciência Política), contribuiu com nosso estudo para aguçar a percepção daquilo que já foi produzido entorno do Instituto, como também serviu de parâmetro para o confronto de nossas fontes. Em suma, as teses aqui em destaque, de alguma forma, seja pelas aproximações com o nosso objeto de pesquisa ou pelas fontes pesquisadas, se mostram bastante férteis para nosso trabalho, contribuindo assim, para várias interfaces entre a pesquisa e o objeto a ser pesquisado.

Silvia Leticia Marques Soares (2014) privilegiou algumas obras publicadas pelos intelectuais do ISEB, para desenvolver uma análise pedagógica do Instituto, em seu trabalho intitulado de “Instituto Superior de Estudos Brasileiros: a dimensão pedagógica da ação ideológica de uma instituição cultural do período de 1955 a 1964”. Pautada em um referencial teórico marxista, a autora se debruçou sobre as seguintes obras dos isebianos: a) O Problema Nacional do Brasil, do professor Guerreiro Ramos (1960); b) O Nacionalismo Na Atualidade Brasileira, do professor Hélio Jaguaribe (1958a); c) Condições Institucionais do Desenvolvimento, também de Jaguaribe (1989b); d) Introdução aos Problemas do Brasil, do isebiano Guerreiro Ramos (1955), e) Discursos (ISEB, 1957); e d) Formação Histórica do Brasil, do isebiano histórico Nelson W. Sodré (2002).

Em um segundo momento, Soares (2014) analisou duas coleções de textos: “Os Cadernos do Povo Brasileiro” e a coleção da “História Nova do Brasil”, isso porque a autora teve como objetivo compreender a dimensão ideológica e pedagógica do ISEB em dois momentos distintos. Num primeiro momento a análise foi feita no período que vai de 1955 a 1960, do governo JK, em seguida, de 1961 ao fechamento do instituto em 1964, dando destaque para o Governo Jango.

Por sua vez, Rodrigo de Paula Moraes (2015), na dissertação de mestrado que teve como título “Nelson Werneck Sodré: História e Utopia nos Tempos do ISEB, Um Estudo da Narrativa Como Instrumento de Disputa Política”, teve como principal objetivo compreender a participação de Werneck Sodré nos debates políticos do Brasil acerca do desenvolvimento nacional, entre os anos 1950/60. Como fontes, o autor privilegiou as obras que Sodré publicou durante os anos que foi membro do ISEB, de 1955 a 1964, buscando nessas análises, as relações estabelecidas entre as narrativas históricas produzidas e as expectativas políticas do autor.

Para tanto, Moraes (2015), se valeu de um aporte teórico marxista, para a leitura das seguintes obras de Werneck Sodré: a) As Classes Sociais no Brasil (1957); b) Tratado de Methuen (1957); c) Introdução à Revolução Brasileira (1958), d) Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro (1959); e) A Ideologia do Colonialismo (1961); Formação Histórica do Brasil (1962); e d) Quem é o Povo no Brasil? (1962).

“A Filosofia e a Trajetória de Álvaro Vieira Pinto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB): 1956-1964”, de Diego de Moraes Campos (2011), buscou, na produção intelectual de Vieira Pinto, junto ao ISEB, desenvolver uma análise entre o pensamento e a trajetória institucional do filósofo brasileiro. Inspirado em teóricos como Jean Paul Sartre e Lucien Goldman, Campos (2011), abordou o espaço do ISEB como centro articulador de uma visão de mundo nacionalista terceiro-mundista, documentada no conjunto da obra filosófica de Vieira Pinto.

Envolvido pelas sugestões sartreanas e goldmannianas, Campos (2011), encontrou empiria para sua pesquisa nas seguintes fontes: a) obras escritas pelo intelectual Vieira Pinto; b) panfletos políticos do filósofo brasileiro, e c) na Coleção Cadernos do Povo Brasileiro, no intuito de suscitar um debate entre a filosofia e a historiografia brasileira.

Sendo assim, as dissertações aqui selecionadas são importantes para o nosso trabalho por terem o mesmo objeto de estudos, apesar de perpassarem por metodologias e teorias diversas das nossas. Vale destacar que dentre os três trabalhos selecionados por nós, há uma predominância do materialismo histórico dialético como método de leitura das fontes, e que apenas o estudo desenvolvido por Soares (2014), procurou corroborar para um diálogo com a educação isebiana. Outro ponto que achamos relevante destacar foi que não tivemos nem uma pesquisa, dentre as quais selecionamos para essa revisão de literatura, que fizesse menção a história cultural.

Outro ponto que nos chamou atenção foi que, entre as teses e dissertações investigadas por nós, até o presente momento, apenas a pesquisa de Maria Teresa Cavalcanti (2006), se preocupou em sistematizar um documento do ISEB, descrito como *Relatório Sucinto de Atividades do ISEB*, que possui um arcabouço muito fértil acerca das atividades desenvolvidas pelo Instituto entre os anos de 1956 a 1960. Em nota de rodapé, a autora descreve que a microfilmagem desse documento não foi possível, pois a Biblioteca Nacional não pode disponibilizá-lo em tempo hábil, o que levou a autora a um longo trabalho de transcrição do mesmo, ainda que de forma parcial.

É importante ressaltar, que a busca por empiria para realização de nosso trabalho, somado às inquietações suscitadas por termos percebido que a microfilmagem desse documento jamais havia sido divulgada por nenhum pesquisador interessado nos estudos sobre o ISEB, nos levou a vários contatos com setores da Biblioteca Nacional, responsáveis pela guarda desse material. Depois de inúmeras tentativas, obtivemos um retorno positivo, o de que seria possível a microfilmagem desse material, e que o envio do mesmo seria feito em tempo hábil para o nosso estudo. Destacamos que as imagens desse documento foram de suma importância, não só para o aprofundamento de nossa pesquisa, mas também pela oportunidade que tivemos de divulgação desse material nos anexos de nossa dissertação, o que para nós, possibilitará continuidade de pesquisas futuras.

Artigos científicos

Nos primeiros parágrafos dessa revisão de literatura, já havíamos chamado a atenção para a ausência de estudos que relacionaram o ISEB a um ideário educacional. Assim sendo, queremos apontar para a necessidade de pesquisas que privilegiem a história intelectual no campo da educação, pois acreditamos que sobre a ótica dos intelectuais há uma grande interlocução para a leitura da história da educação.

Das revistas privilegiadas por nós, voltadas para o campo da educação, como é o caso da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE), nenhum artigo foi desenvolvido, desde sua fundação no ano 2000, até o presente momento dessa revisão de literatura, que dessem ênfase ao estudo de nosso objeto de pesquisa, o que reforça ainda mais nossa tese acerca da necessidade de pesquisas voltadas para esse campo. Das buscas por artigos, realizadas por nós, com foco em nosso objeto de pesquisa, e no delineamento entre intelectuais e educação, todos foram encontradas na Revista Brasileira de História (RBH), e nos congressos da ANPUH (Associação Nacional de História).

Maria Emília Prado (2007) refletiu sobre o papel dos intelectuais no debate acerca da questão nacional dos anos 1950. Em seu artigo cujo título ficou conhecido como "Os Intelectuais e a Nação: Considerações acerca das concepções de Hélio Jaguaribe e do Papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no decênio de 1950", a

autora se atentou para o significado da ação política desenvolvida nos anos 50, que teria se caracterizado, segundo ela, pelo fato dos intelectuais terem tido oportunidade de atuar num cenário político democrático, o que culminou no favorecimento da ação dos intelectuais, no assessoramento, e nas reflexões na esfera política. Prado (2007) teve como objeto de análise, a vida e a obra do isebiano histórico Hélio Jaguaribe, fundador e principal liderança dos primeiros anos do ISEB.

Destacamos também o trabalho de Fabrício Augusto Souza Gomes, cujo trabalho orientou-se em abordar a questão do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, sob a ótica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) no cenário político que envolveu o período que vai de 1955 a 1964. Para tanto, Gomes (2009), procurou os principais teóricos que tiveram influência direta no pensamento isebiano. Dessa forma, o autor do artigo, destaca a influência dos seguintes teóricos na construção teórico-metodológica dos intelectuais do ISEB: a) Jean Paul Sartre, e seu conceito de engajamento; b) Karl Jaspers, e sua metodologia fenomenológica; c) Karl Mannheim, e sua sociologia do conhecimento, d) Dilthey, cujas contribuições se pautaram no historicismo; e, e) o culturalismo de Ortega. O autor destacou a revista “Cadernos de Nosso Tempo”, como fonte, para o entendimento da política isebiana.

Outro autor que também se valeu das cinco edições de Cadernos de Nosso Tempo, revista que teve cinco publicações entre o período que vai de 1953 a 1956, originando-se ainda nos tempos do IBESP, estando presente também nos dois primeiros anos do ISEB, para estudar o fenômeno político do populismo na década de 1950, foi Léo Posternak (2011). Segundo ele, as publicações dos “Cadernos” podem ser consideradas o berço da ideologia nacional-desenvolvimentista, que cresceu no decorrer da década de 50, tendo o IBESP, (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), como núcleo básico para a organização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para leitura entorno do populismo, Três intelectuais do ISEB são mencionados pelo autor. Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, e Candido Mendes. De acordo com Posternak (2011), para esses intelectuais o populismo foi um movimento de massas e não de classes.

Álvaro Vieira Pinto: Uma análise de suas ideias Pedagógicas, foi objeto do estudo de Jefferson Mainardes (2015), e teve como fundamento analisar as principais

ideias do filósofo e educador isebiano. Como método empírico, a pesquisa envolveu a elaboração da biografia e bibliografia do intelectual Vieira Pinto. Também foram usados por Mainardes (2015), coletâneas de depoimentos de ex-alunos do ISEB, bem como o “Caderno do Povo Brasileiro”, descrito por Vieira Pinto já na década de 1960, com o intuito de um melhor entendimento das ideias pedagógicas do isebiano histórico. Para tanto, quatro obras de Vieira Pinto, em especial, foram analisadas por Mainardes (2015), sendo elas: a) Consciência e Realidade Nacional; b) Ideologia e Desenvolvimento Nacional; c) Sete Lições Sobre Educação de Adultos; e, e) A Questão da Universidade.

Livros Publicados

Nessa revisão bibliográfica, estamos embasados, em sua maioria, em obras de autores que se dedicaram à produção historiográfica acerca do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Para tanto, privilegiamos cinco grandes obras. Nas três primeiras a escolha pautou-se em trabalhos que corroboraram para um entendimento político e cultural sobre o ISEB, já na escolha das duas últimas, tivemos a preocupação de buscar aquelas que estabeleceram um diálogo entre o ISEB e a dimensão pedagógica do Instituto. Se não vejamos.

Para compreender o instituto Superior de Estudos Brasileiros, “ISEB: Fábrica de Ideologias”, de Caio Navarro de Toledo, de 1978, foi de extrema importância por se tratar da primeira pesquisa sobre o ISEB. Essa obra basilar de Toledo (1978) é ponto chave para os pesquisadores interessados em desvelar o conjunto de “políticas” presentes no interior do ISEB, pois revela a heterogeneidade teórica e ideológica que fora característica marcante entre os intelectuais que compunham o instituto. O autor chama atenção para as múltiplas posições teóricas presentes entre os intelectuais, culminando em choques ideológicos e cisões em seu percurso. Toledo (1978), também pontuou os principais problemas que fizeram parte do pensamento isebiano, como o populismo, o nacionalismo, e o desenvolvimentismo.

Em “Intelectuais e Política no Brasil”, outra obra de Caio Navarro de Toledo (2005), o autor criou diálogo com vários intelectuais que fizeram parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), bem como com pesquisadores que dedicaram seus trabalhos Sobre o ISEB, respectivamente. Dentre os intelectuais que compunham o

ISEB, e que contribuíram com a obra organizada por Toledo, estão: Hélio Jaguaribe, Jorge Miglioli, Gérard Lebrun, Joel Rufino, e Nelson Werneck Sodré. Para finalizar o trabalho de Caio Navarro de Toledo, temos Alessandro Eugenio Pereira, em uma análise sobre a organização, a Estrutura e a trajetória do ISEB. Eugenio fala das origens do ISEB, além da crise e extinção daquele que foi um dos maiores formadores de intelectuais da década de 1950. A obra em questão converge para o entendimento da política isebiana frente às problemáticas enfrentadas nas décadas de 50 e 60 do século XX. De acordo com Toledo (2005), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros se constituiu numa experiência cultural inovadora na história política brasileira:

O ineditismo do projeto isebiano constitui no fato de que intelectuais, de várias orientações teóricas e distintas correntes ideológicas, se reuniram não apenas para debater e refletir sobre os problemas cruciais da realidade brasileira. Deliberadamente, visavam também, intervir no processo político do país (TOLEDO, 2005, p. 7).

Para uma visão daquela geração de intelectuais do ISEB da década de 1950, à contribuição teórico-conceitual de Daniel Pécaut, em “Intelectuais e Política no Brasil”, possibilitará o esclarecimento do lugar ocupado pelos Intelectuais do ISEB no Brasil de seu tempo, além de nos auxiliar na leitura acerca do lugar das massas no pensamento isebiano. A geração de intelectuais da década de 1950, e principalmente a partir do ano de 1955, de acordo com Pécaut (1990, p.103), estavam seguras de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas do país.

Reivindicando o título de *intelligentsia*, Pécaut destaca que os intelectuais do ISEB passaram a inclinar-se decididamente para o povo, diferindo daquela geração de intelectuais dos anos 1920-40, do Brasil, que por sua vez, tiveram como preocupação principal a busca por identidade nacional para a nação. A geração dos anos de 1950, segundo Pécaut (1990), buscava formular um sentimento nas massas, para que as mesmas pudessem se conscientizar de seu papel como agentes da mudança.

A obra de Vanilda Paiva, intitulada “Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista”, apesar de ter sido pouco explorada pelo universo acadêmico, constitui-se um trabalho de referência para qualquer pesquisador interessado no pensamento educacional brasileiro dos anos 50 e 60. Neste trabalho, Paiva (2000),

destaca a importância do ISEB para a política educacional do Brasil de sua época, recorrendo sobre a influência que os isebianos históricos exerceram sobre outros intelectuais da educação, sobretudo com destaque para Paulo Freire.

Ao analisar a notoriedade dos intelectuais do ISEB no campo educacional da década de 50, Paiva (2000) ressalta que a educação foi de grande importância na estratégia política Isebiana, sendo seu voto, essencial para a realização de propostas “político/educacionais e econômico/social”, no cenário político brasileiro dos anos 50 e 60. Posto isto, o trabalho de Vanilda Paiva faz-se indispensável para as análises entorno do campo educacional a qual estavam inseridos os intelectuais do ISEB no Brasil de sua época.

O livro de Antônio Marques do Vale, “O ISEB, os Intelectuais e a Diferença: Um diálogo Teimoso na Educação” constitui uma daquelas obras fundamentais para o entendimento dos “históricos”, e suas contribuições para o campo intelectual e educacional, bem como para o papel desenvolvido por cada um deles no planejamento da educação. A obra de Antônio Marques do Vale (2006) considerou a ação dos intelectuais e as concepções sobre o papel e a formação deles, procurando correlação entre suas teorias e atividades, no planejamento da educação e da cultura. O trabalho do autor pautou-se nas publicações, realizadas pelos isebianos históricos, de livros, periódicos e jornais. O livro do autor trouxe muitas contribuições para nossa pesquisa, já que dedicou um espaço para divulgar todas as obras publicadas pelos isebianos históricos, favorecendo assim, inúmeras possibilidades para o campo de pesquisa.

Em síntese, nossa revisão de literatura, buscamos dar ouvido a várias vozes, no intuito de compreender melhor a dimensão teórico-metodológica em que foi associado o nosso objeto de pesquisa. Portanto, os trabalhos que tomamos para essa revisão de literatura evidenciam, de certa forma, que há um grande cenário de “campos” a serem explorados quando se trata de história intelectual e história da educação. Já quando direcionamos os olhares para as pesquisas que já foram desenvolvidas acerca do ISEB, chegamos a seguinte conclusão: “estamos diante de um objeto de pesquisa em construção”, que por ora, pensamos estar contribuindo para seu avanço, com a realização da presente pesquisa.

Considerações Teóricas e Metodológicas.

Posto ser este um estudo de caráter histórico, como fonte de pesquisa privilegiamos um documento descrito como Relatório Sucinto de Atividades do ISEB, dando ênfase a aulas que foram ministradas e publicadas, no período entre 1956 a 1960, com o objetivo de entender o lugar ocupado pela educação, na política isebiana. Trata-se de um documento datilografado, que possui papel timbrado pelo MEC, onde se encontram registros de todas as atividades realizadas pelo Instituto no período que vai de janeiro de 1956 a novembro 1960.

Nele está uma série de informações, que vão desde o ato de sua criação até as mais diversas atividades realizadas em seu interior, tais como cursos regulares, aulas ministradas, conferências realizadas, tese defendida por alunos, obras publicadas, entre outras. Todavia, para a presente pesquisa, privilegiamos as aulas inaugurais que foram ministradas e publicadas entre o período que vai de 1956 a 1960.

Essas aulas, por sua vez, constituiu-se elemento basilar para nossa pesquisa, já que direcionou nosso trabalho rumo ao entendimento do papel que a educação ocupava no ideário dos isebianos históricos³, como ferramenta indispensável na superação do subdesenvolvimento dos anos 50. Assim sendo, O relatório apresentou as aulas da seguinte forma:

Em 14 de maio de 1956 aula proferida pelo Professor Álvaro Vieira Pinto, chefe do Departamento de Filosofia, com o tema denominado Ideologia e Desenvolvimento Nacional, cuja solenidade contou com a presença do então Presidente da República Juscelino Kubistchek; Em 22 de maio de 1957, aula proferida pelo Professor Alberto Guerreiro Ramos, chefe do Departamento de Sociologia, tendo como tema, Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional; Já em 1958 a aula foi lecionada pelo Professor Cândido Antônio Mendes de Almeida, Chefe do Departamento de Política, versando sobre “Nacionalismo e Desenvolvimento”; No ano subsequente, mais precisamente em 12 de março de 1959, quem esteve presente no auditório do ISEB proferindo a aula “Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro” foi o Professor de História Nelson Werneck Sodré. O relatório do ISEB termina

³ Isebianos históricos foi como ficou conhecido os intelectuais mais recorrentes do ISEB, aqueles que estiveram presentes desde a fundação do instituto, sendo eles: Hélio Jaguaribe, Candido Mendes, Álvaro Vieira Pinto, Werneck Sodré e Roland Corbisier.

apontando a aula inaugural do ano de 1960, que contou com a presença do Professor Ignácio Rangel, chefe do Departamento de Economia, que apresentou o seguinte tema: “Recursos Ociosos na Economia Nacional”. (BIBLIOTECA NACIONAL, Brasil. **Relatório Sucinto de Atividades do ISEB**. Instituto Nacional do Livro (52, 30, 49). Rio de Janeiro, 1963, p. 15-16).

Representação, Circulação e Apropriação.

Como produto e produtor de práticas, segundo Chartier (1990), as representações referem-se a um conjunto de ordenações simbólicas que permitem não só significar a realidade, mas, sobretudo, produzi-la. De acordo com o autor, duas são as formas de representação: “a primeira supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e que é representado, dando a ver uma coisa ausente, enquanto a segunda trata da exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1990, p.20).

Posto isto, o conceito de representações coletivas busca em três modalidades a relação com o mundo social.

[...] O primeiro seria o trabalho de classificação e recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem determinada sociedade; o segundo busca as (...) práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um status e uma posição; a terceira modalidade diz a cerca das formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais representantes (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe (CHARTIER, 2002, p. 73).

É a partir da realidade das representações, ou dito de outra forma, da força social das percepções do mundo social, que a leitura de nossas fontes foi desenvolvida, considerando que as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas do mundo social, como bem expressou Chartier (2007), mas que possuem vida própria, e persuadem os leitores através de símbolos que as representam.

Acreditamos que compreender as representações do (Sub) desenvolvimento através dos registros de aulas contidas nas fontes que aqui elencamos, foi o desenrolar do papel da educação no imaginário dos intelectuais do ISEB, bem como da política desenvolvimentista do Brasil da década de 1950.

Pensamos as circulações de representações que se manifestaram na política dos anos 50 como decisivas para as significações que dão sentido a um determinado objeto, e que conduzem as práticas que ordenam o mundo social, entendidas por Chartier (2002, p.73) como “convenções partilhadas que regulam as relações do signo com práticas sociais”.

Deste modo concordamos com Chartier (1990), ao afirmar que as representações são forma de classificar, nomear e produzir sentidos sobre o mundo que é expresso em práticas cotidianas como ler, escrever e apresentar-se em público. Tais práticas são potencializadas quando estão vinculadas a instituições ou a um grupo que compartilhem dos mesmos referenciais de produção de sentido, identificado por Chartier (1991), como comunidades interpretativas.

A partir do conceito de representação, examinamos *o Relatório Sucinto das Atividades do ISEB*, buscando na materialidade das aulas lecionadas, e posteriormente publicadas nos anos 50, a representatividade social que foi exercida por seus intelectuais através da escrita e das publicações que estes fizeram circular no Brasil de sua época.

De acordo com Chartier, “As representações não são reflexos do verdadeiro ou do falso da realidade, mas entidades que vão construindo as próprias divisões do mundo social” (CHARTIER, 2009, p.52). Ademais, são elas que permitem acreditar que o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Sendo assim, através de nossa fonte, foi possível examinar o modo como os intelectuais do ISEB deram sentido às representações do (sub) desenvolvimento através das ministrações de aulas amplamente divulgadas na sociedade de 1950, sendo possíveis algumas interpretações a cerca do cenário político que esses intelectuais estiveram imersos.

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos

interesses de grupo que as forjam. Diante este exposto, para cada caso, há um necessário relacionamento entre os discursos proferidos e as práticas de escrita, com a posição de quem as utiliza como uma apropriação.

Ao valorizarmos o processo de apropriação, buscamos compreender a dimensão da potencialidade da circulação de representações, como também a importância que essa assume para aqueles que se apropriam dos signos e símbolos presentes num determinado escrito.

Entendida ao mesmo tempo como controle e uso, como vontade de posse e invenção, o diálogo com o conceito de apropriação surgiu como possibilidade de interpretação de nossas fontes, já que cria pontes com aqueles que se apropriaram de escritos em circulação em determinada época. Se não vejamos:

A noção de apropriação pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas [...] A apropriação tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as conduzem. (CHARTIER, 1990, p.26).

A noção de apropriação cunhada por Roger Chartier nos permitiu pensar como os isebianos históricos se apropriaram do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), para produzirem as representações do (sub) desenvolvimento através de textos e livros ali produzidos, e colocados em circulação através de aulas, conferências e publicações amplamente divulgadas na política desenvolvimentista da década de 1950, com vistas a projetar “um novo modelo de homem”⁴ como sinônimo de um país desenvolvido.

O esquema conceitual chartieriano nos direcionou nas análises dos dispositivos contidos nos escritos isebianos, de suma importância para o entendimento que gira entorno da construção das representações, das práticas e apropriações presentes no interior do ISEB, como também nos convergiu para a leitura do imaginário de futuro presente no Instituto e contido em suas publicações postas a circular.

⁴Termo proferido pelo professor de Filosofia, Álvaro Vieira Pinto, na aula inaugural do ISEB, em julho de 1956, como símbolo de um País desenvolvido.

As apropriações daquilo que foi dado a ler em determinada época, como bem expressou Chartier (1990), configura espaços onde tais práticas de escrita se efetivam ou não, dando margem ao leitor para que se movimente dentro de um tenso lugar localizado entre a liberdade de leitura e dispositivos para refreá-la. Portanto, infere-se a partir dos pressupostos da História Cultural, que as apropriações e práticas figuram, sobretudo, como produto de um determinado tempo histórico, por outro lado, o que a escrita apreende é a poderosa força de linguagens, dos ritos e das práticas do mundo social.

Múltiplas são as formas que permitem a leitura do mundo social. A apropriação das linguagens, o uso metafórico ou material dos objetos do cotidiano, os discursos públicos, tudo isso retorna ao mundo social através de suas apropriações por parte dos seus leitores. Uma política da leitura, dizia Michael Certeau (2003, p. 244), deve, portanto, articular-se a partir de uma análise que, descrevendo práticas há muito tempo efetivas, as torne politizáveis. Sendo assim Certeau (2003) nos orienta que as práticas são instrumentos de disputa de poder, como é o caso da escrita.

Posto isso, trazemos com o esquema teórico-metodológico de Roger Chartier, as práticas de escrita e outras práticas que davam a ler e punham a circular as representações de homem novo propostas pelo ISEB, através de um ideário de educação. Procuramos compreender as práticas sociais que deram sentido às representações do (sub) desenvolvimento, como também as interferências que o processo de apropriação desses escritos, postos em circulação através do Instituto, exerceram na política desenvolvimentista da década de 1950.

De acordo com Chartier (2002), é possível identificar, através da escrita, os processos pelos quais um texto é historicamente produzido, no tempo e no espaço:

O essencial é, portanto, compreender como os mesmos textos em formas impressas possivelmente diferentes, podem ser diversamente apreendidos e compreendidos [...] razão da necessidade de um segundo deslocamento sobre as redes de práticas que organizam os modos, histórica e socialmente diferenciados, da relação com os textos (CHARTIER, 2002, p.70).

Sendo assim, a partir da força das representações, foi possível vislumbrar o horizonte de expectativas do imaginário de futuro projetado pelos intelectuais do ISEB, através de seus escritos. Isso porque, segundo Chartier (2002, p.78), “através da escrita é possível identificar a pluralidade dos usos, (sejam eles políticos, administrativos, religiosos, literários, privados etc...), dos quais os escritos, estão investidos”. Chartier vai além, ao afirmar que: “a verificação das escritas oferece a um procedimento inverso, visto que se trata não de decompor todos os gestos que permitem obter um traçado ideal, mais sim de remontar das escritas observadas nos documentos às características próprias das mãos que o produziram” (CHARTIER, 2002, p. 90).

Essas observações, baseadas no aporte teórico chartieriano, teve como finalidade situar nos múltiplos usos da escrita, da produção, da circulação e da apropriação, à produção intelectual do ISEB, posta a ler na sociedade dos idos de 1950, que teve grande impacto político, social e cultural na política desenvolvimentista brasileira, refletindo hoje em nosso trabalho.

Como categoria central da história cultural, a representação foi sendo incorporada por nós, “como matriz geradora de condutas e práticas sociais dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real, assim como entendida por Chartier” (2002, p.72). Acreditando que os indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade, Chartier (2002) aponta que as representações se dão pela sua capacidade de mobilização em produzir reconhecimento e legitimidade social.

Em síntese, as transformações ocorridas nas últimas décadas, sobretudo no campo da historiografia, colaboraram para mudanças de percepção de entender o passado. As revisões epistemológicas propiciaram um terreno bastante fértil, tanto para o campo da pesquisa, quanto para o pesquisador, que agora se vê diante de inúmeras possibilidades de garimpo, em terrenos antes não explorados. Portanto, no intuito de evidenciar algumas balizas que convergiram para a leitura das fontes postas por nós, procuramos traçar um diálogo entre história, política e educação.

Intelectuais e Comunidades Interpretativas

Ao considerarmos que o ISEB foi uma fábrica eficaz na circulação de um ideário de política desenvolvimentista, nos anos 50, buscamos compreender as representações do (sub) desenvolvimento que o Instituto fez circular nesse período, como também recorreremos aos intelectuais responsáveis pela divulgação desse material, através do legado deixado por eles através da escrita.

Foi por meio de publicações de suas obras que os isebianos se posicionaram politicamente dentro do ISEB, e criaram diálogo com as problemáticas que se apresentaram em seu tempo, fazendo da escrita um ato de disputa política. De acordo com Chartier, a escrita é uma prática histórica, social e cultural, uma vez que:

[...] visa a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição. As formas institucionalizadas e objetivadas, em virtude das quais os representantes (instancias coletivas ou indivíduos singulares), marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991, P.183).

Os intelectuais do ISEB, portanto, fizeram uso do Instituto como espaço de circulação de ideias, e espaço de discussão política de questões relacionadas ao lugar que a educação ocuparia na superação do subdesenvolvimento. Os textos impressos produzidos por esses intelectuais e que circularam no campo político dos anos 50 tiveram impacto profundo na política desenvolvimentista de sua época, e foram responsáveis pela divulgação de ideais presentes no interior do ISEB, tangenciando os principais pressupostos que envolviam o campo de disputa política que vigorou desde a abertura do Instituto em 1956, até seu fechamento em abril de 1964.

Dessa forma, entender o modo que as representações do (sub) desenvolvimento ganharam força, através das circulações presentes no Instituto, implicou atermos aos aspectos que configuraram sua produção, circulação, e práticas de escrita, sendo esta, como bem revelou Chartier (1990), “histórica social e cultural”. Faz-se necessário, também, considerar que esses intelectuais estiveram imersos em uma dada comunidade interpretativa. Segundo as abordagens feitas por Benedict Anderson:

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva,

entre um modo de produção e de relações de produção, uma tecnologia de comunicação (a imprensa), e a fatalidade de diversidade linguística humana (ANDERSON, 2008, p.78).

As observações do historiador britânico acerca das comunidades imaginadas evidencia o olhar do pesquisador em direção à história cultural, convergindo para aquilo que estamos construindo desde o começo deste texto, que o passado pode ser revisado com outras lentes, sobretudo a partir da virada epistemológica dos anos 80, quando novas possibilidades se apresentaram no campo empírico.

“Acreditamos assim, que a construção do ISEB foi uma prática cultural de uma determinada comunidade interpretativa, com vistas a idealizar um Brasil desenvolvido”. Foi caminhando nessa direção que concordamos com Chartier (1991), ao afirmar que as representações são formas de classificar, nomear, e produzir sentidos sobre o mundo que é expresso em práticas cotidianas, como o ler e o escrever.

Ainda de acordo com Chartier (1991), tais práticas adquirem legitimidade quando estão vinculadas a instituições ou a um grupo que compartilhe dos mesmos referenciais de produção de sentido, o que o historiador francês, tomando por base o conceito de Anderson (2008), entende como sendo “comunidades interpretativas”. O conceito de comunidades interpretativas elucidou, para nós, o modo como os intelectuais do ISEB se percebiam (e faziam se perceber), como a intelligentsia brasileira a serviço da nação.

Em suma, foi a partir do esquema conceitual chartieriano que inferimos que os isebianos (comunidades interpretativas), se reuniram em torno do Instituto Superior de Estudos Brasileiros para projetar um futuro nacional. Seja através das aulas ministradas, dos cursos lecionados, ou das publicações de autoria de seus membros, o que se viu nos tempos do ISEB foi um grupo de intelectuais engajados pela construção de um projeto de nação, que contemplasse seu presente e seu futuro.

Intelectual, campo e espaço de experiência/horizonte de expectativas.

Entre os historiadores franceses mais comprometidos com a elaboração de uma metodologia adequada para o estudo dos intelectuais, destaca-se Jean-François Sirinelli, que procura situar a história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural.

De acordo com Sirinelli (2003, p. 262) para o papel dos intelectuais, seria preciso estabelecer um terceiro nível, uma observação baseada na circulação e no *dégradé* entre ideologias, cultura política e mentalidades coletivas. A relação entre o intelectual e a política conduz, portanto, à reflexão sobre a responsabilidade social do intelectual e à necessidade de identificação da cultura política desse intelectual.

Assim, compreendendo os intelectuais como compreende Sirinelli (2003), pensamos que os isebianos, por sua vez, se posicionaram como intelectuais pelo engajamento nas problemáticas do Brasil de seu tempo, por terem participado de grupos políticos preocupados com as nuances de sua sociedade, pelas ministrações dos cursos regulares no interior do MEC, e por manifestarem-se quanto aos rumos desenvolvimentistas do Brasil de sua época.

Pensamos também, que as posições sociais ocupadas pelos intelectuais nos séculos XIX e XX, bem como suas habilidades retóricas, propiciaram a esses personagens a condição privilegiada de atuar diretamente na produção de sua própria representação social. Portanto, essa geração de intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi, provavelmente, responsável pelo desenvolvimento de um pensamento novo, que correlacionava à realidade brasileira com a universal, no intuito de diagnosticarem as principais problemáticas que dificultava o desenvolvimento da nação brasileira.

Entretanto, estreitando nosso pensamento com o de Sirinelli (2003, p. 254), “é preciso, contudo, ir adiante e levar em consideração os efeitos da idade e os fenômenos de geração, já que no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais”.

Logo, infere-se que um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como pródigo, quer haja um fenômeno de intermediação ou

ocorra uma ruptura. Além disso, e por essa razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual, vão além do procedimento apenas descritivo ou taxionômico. Por certo, destaca Sirinelli (2003, p.255), que as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência.

Queremos, com as apropriações do conceito de intelectual, caminharmos rumo ao entendimento do que foi aquela geração de jovens intelectuais dos anos 50, que vivenciaram a efervescência política do desenvolvimentismo brasileiro. Geração essa, que já despertava estudos por parte de outros intelectuais, como é o caso do francês Daniel Pécaut (1990).

Dizia Pécaut (1990, p. 114), “o fantástico destaque dos intelectuais do ISEB se deve ao fato de que, intervindo em nome do poder ou do povo, manifestava o sentimento de onipotência de uma intelectualidade que sentia vocação para conduzir a transição para um Brasil senhor de seu destino”.

Já para uma leitura das relações sociais, nas quais possivelmente estiveram inseridos os intelectuais do ISEB, e pelo discernimento acerca da estrutura do campo social e intelectual a qual estiveram vinculados os isebianos, tornou-se imprescindível à noção de “campo” descrita por Pierre Bourdieu (2002).

“O campo intelectual seria a maneira que se constitui as linhas de forças que, ao surgirem se opõem e se agregam, e constituem-se numa estrutura específica em um momento dado do tempo” (BOURDIEU, 2002, p.99). São eles microcosmos independentes que interagem entre si, nos quais os agentes sociais buscam posicionar-se e ganhar espaço.

Com isso, as relações que o intelectual mantém com a circulação de sua produção (posicionamento político), são afetadas diretamente pelas forças sociais em que o intelectual está vinculado. Estas forças funcionam como um campo magnético composto de sistemas de linhas, exercendo poder de atração e repulsão. “São nesses mesmos princípios que derivam as representações dos intelectuais no mundo, e suas funções nesse mesmo espaço, de acordo com Bourdieu” (2002 p.100).

Buscamos, com a definição de campo, o lugar ocupado pelos intelectuais do ISEB; as estruturas de poder que determinavam (entre práticas e ideologias), um espaço de luta política e ideológica no Brasil dos anos 50. Estrutura essa, determinada em um campo intelectual, forjando posições ideológicas diferentes dentro de um mesmo grupo, refletindo assim as várias maneiras de se conceber a si e aos outros.

Para Bourdieu (2002, 104), “é evidente a relação entre estruturas sociais e estruturas que se expressam nas análises de relações entre representantes políticos e literários de uma classe”.

Os isebianos, por sua vez, construíram uma representação de intelectuais a serviço da nação brasileira, segundo Pécaut (1990), se posicionando como a *intelligentsia* de seu tempo, colocando em circulação uma extensa produção intelectual, a fim de formular um projeto de Brasil desenvolvido. Projeto este, que se deu através de dois eixos, que se correlacionavam mutuamente. O primeiro se formou através dos cursos lecionados pelos intelectuais, no interior do MEC, e o segundo através do Instituto, como um centro de circulação de ideias.

Para Bourdieu, o campo intelectual está inserido dentro de um campo político específico, que por sua vez, atribui ao intelectual uma posição específica dentro da sociedade. Portanto, O intelectual é fruto de seu tempo, e por isso, sofre imposições diretas de forças de poder que atuam dentro das linhas do campo, sejam elas políticas ou intelectuais.

Não é demais afirmar que a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas; é a própria luta que faz a história do campo; é pela luta que ela se temporaliza. [...] Em cada instante do tempo, seja qual for o campo de luta, os agentes e as instituições envolvidos no jogo são, ao mesmo tempo, contemporâneos e temporalmente discordantes (BOURDIEU, 2015, p. 88-89).

Tal enfoque, só tem fundamento para Bourdieu (2002), na medida em que o objeto a qual se aplica o campo intelectual esteja dotado de uma autonomia relativa, que permita a autonomização metodológica, que pratica o método estrutural ao tratar o

campo intelectual como um sistema regido por leis. É entre o poder estabelecido, e o campo intelectual, que buscamos desvendar o espaço de luta enfrentado pela *intelligentsia* brasileira, num determinado tempo, nunca fora dele.

Vislumbramos com Reinhart Kosseleck (2006), o *espaço de experiência e o horizonte de expectativas* dos intelectuais do ISEB. Desenvolvemos através desse aporte, um resgate “parcial” do passado isebiano, para melhor compreendermos a representação de futuro almejada por eles. Por isso, foi através de Kosseleck (2006), que fizemos nossa reflexão sobre os prognósticos de futuro daquela geração de intelectuais.

Para Koselleck (2006, p. 16), à medida que o homem experimentava o tempo como um tempo sempre inédito, como um novo tempo moderno, o futuro lhe parecia cada vez mais desafiador. Em relação aos intelectuais do ISEB, buscamos em nossa pesquisa, desvendar, se o desafio de superação do (sub) desenvolvimento projetaria o Brasil de seu tempo, para os rumos desenvolvimentistas de futuro.

Com isso concordamos com Koselleck (2006), para o qual experiência e expectativa entrelaçam passado e futuro.

[...] A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados (...), além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é observada uma experiência alheia (...), também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Desse modo, acreditamos que ao enfrentar as problemáticas do (sub) desenvolvimento, os intelectuais do ISEB estiveram entre esperança e medo, da mesma forma que estiveram entre desejo e vontade. Se no cômputo da experiência subjetiva, como bem elencou Koselleck (2006, p.17), o futuro parece pesar aos contemporâneos por eles afetados, “é porque o mundo técnico e industrialmente formatado concede ao homem períodos de tempo cada vez mais breves para que ele possa assimilar novas experiências, adaptando-se assim, a alterações que se dão de maneira cada vez mais rápida”.

Concomitante com Koselleck (2006), acreditamos que as histórias são constituídas pelas experiências vividas, e pelas expectativas das pessoas que atuaram ou sofreram a força das temporalidades. E nesse interim, os isebianos estiveram entre a experiência desenvolvimentista e a expectativa do “novo”.

Capítulo 1 - Os Intelectuais e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

[...] em primeiro lugar, é de suma importância para o Brasil algo como o Collégio de França ou, em termos mais próximos de nossa realidade, o Colégio de México (...), Em segundo lugar, fazer algo equivalente à Presses Universitaires de França, uma grande editora que permitisse ao intelectual brasileiro um apropriado instrumento de difusão de ideias e o acesso a livros de alta cultura, traduzidos para o português. (JAGUARIBE, apud TOLEDO, 2005, p. 33).

Iniciamos este primeiro capítulo com uma citação descrita pelo fundador do ISEB, Hélio Jaguaribe, pois acreditamos ser esta, fundamental para o alcance dos ideais contidos no pensamento dos intelectuais do ISEB, bem como para o entendimento a cerca das projeções que esses intelectuais vislumbravam com a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Isso porque as posições sociais ocupadas pelos intelectuais no século XX, bem como suas habilidades retóricas, propiciaram a esses personagens a condição privilegiada de atuar diretamente na produção de sua própria representação social. Essa geração de intelectuais do ISEB foi, provavelmente, responsável pelo desenvolvimento de um pensamento novo em sua época que, correlacionava à realidade brasileira com a universal, visando através da fundação do Instituto intervir diretamente nas problemáticas de seu tempo.

Jean-François Sirinelli (2003) por sua vez, procurou situar à história dos intelectuais no cruzamento das histórias política, social e cultural, ao descrever que,

[...] para o papel dos intelectuais, seria preciso estabelecer um terceiro nível, uma observação baseada na circulação e no *dégradé* entre ideologias, cultura política e mentalidades coletivas (...) e à necessidade de identificação da cultura política desse intelectual (SIRINELLI, 2003, p. 262).

Assim, entendemos que os intelectuais do ISEB se dedicaram a certa tarefa de intervenção política, social e cultural, com presença marcante nos espaços públicos, idealizando um projeto de educação, em um dado momento da história do Brasil marcado pela ideia de modernidade.

Vale pontuar que o meio de atuação do ISEB, notadamente destacado no campo educacional, confirmou uma tese bastante difundida na área acadêmica, sobre a relação entre os ideais do desenvolvimento da nação e sua relação entre cultura e educação. Relação essa, e não podemos perder de vista, que levou o Estado a investir em um Instituto pensado para ser o prólogo do desenvolvimento nacional, ideia que de certa forma cativou os intelectuais isebianos.

Os isebianos históricos, por sua vez, assumiram seu papel de intelectual por terem participado de grupos de discussões historiográficas e política; pelas ministrações de cursos regulares no interior do Ministério da Educação e Cultura (MEC); por manifestarem-se quanto aos rumos desenvolvimentistas do Brasil de sua época, colocando em circulação seus ideais através de jornais, livros, e revistas, e principalmente, por terem pensado em um “novo modelo de homem” como sinônimo de um país desenvolvido.

Associado a uma representação do desenvolvimento, o ISEB esteve ligado às noções de progresso e bem estar social, a partir de sua experiência na política, na economia, na cultura e na educação brasileira. Não obstante, se por um lado o ideal de desenvolvimento nacional seduziu os intelectuais, por outro, percebemos que esse ideal de modernidade não significou um método comum para associação do mesmo, sendo isto, determinante para dissensos e consensos entre o grupo.

Todavia, se os caminhos que levariam ao desenvolvimento do Brasil acirraram dissensos, formando um campo de disputa política entre os vários atores desse campo, no interior do ISEB os intelectuais partilhavam a convicção de que os rumos desenvolvimentistas seriam trilhados por meio de uma ação política entre Estado e sociedade, a partir de levantamentos de dados suscitados pelo próprio intelectual, através das ciências humanas, que pudesse indicar os rumos da intervenção de uma

intelectualidade que nesse momento estava certa de seu papel como sujeitos da transformação.

Evocando a formação de uma “consciência autêntica”, destacava o intelectual Álvaro Pinto: “É a aurora de uma nova fase histórica, a descoberta pelo país do seu verdadeiro ser” (PINTO, 1960, p. 30). Isto porque Álvaro Pinto concebia o desenvolvimento como igualdade de condição da existência humana em um diálogo constante entre filosofia crítica e educação.

Por consequência, o desenvolvimento implicava a existência de uma consciência social para Pinto (1960), onde a comunidade, em dado momento de sua evolução, deveria perceber a necessidade imperiosa de solucionar seus problemas, sendo essencial um esforço coletivo para a formulação de um projeto de promoção nacional que significasse uma qualificação dos bens e serviços oferecidos à comunidade.

Já para o historiador Werneck Sodré (1958), em concordância direta com Pinto (1960), o Brasil precisava avançar economicamente sob aquilo que ele mesmo classificava como “bases nacionais”. Desse modo, é possível perceber a leitura que o historiador fez desse momento vivido pelo ISEB, tempos de mudança política e de necessidade de independência dos recursos que o país possuía,

[...] índices dos mais expressivos demonstravam o fortalecimento da economia nacional, seus triunfos em vários setores, suas amplas possibilidades. Alguns deles, a supremacia da produção industrial sobre a produção agrícola, a supremacia da circulação interna de mercadorias sobre a circulação externa, era de eloquência esmagadora, tendo através das maiores dificuldades, de maiores obstáculos, prosseguido a sua elaboração, estruturava-se agora, em condições de dar ao país os rumos que os seus recursos permitiam. (SODRÉ, 1958, p.103).

Desta forma, é possível salientar que Sodré identificou as ferramentas que o ISEB deveria assumir para romper com o dependentismo econômico e político vindo de fora, demonstrando que o avanço das forças produtivas brasileiras havia alcançado um patamar que tornava possível o desenvolvimento a partir das bases produtivas brasileiras, capazes de superar os entraves que ainda persistiam na estrutura política do Brasil.

Outro historiador do ISEB, o professor Candido Mendes (1960) destacava que o intento que nascia na Rua das Palmeiras, referindo-se a sede do ISEB, surgia do fato de “ser de uma nação”. O intelectual conjugava para o Instituto a tarefa de “fazer”, com efetiva militância do intelectual, com toda a condição objetiva que o fim da Segunda Guerra Mundial permitia, de conjugar-se a industrialização brasileira com um começo de busca do mercado interno.

Mendes (1960) definia assim, a significação de um poder de denúncia do intelectual em comprometimento objetivo com a ruptura do *status quo*, ao pensar no ordenamento da sociedade, ao mesmo tempo permitindo que o intelectual indagasse com efetivo contraponto o papel do Estado para com a nação.

Foi a partir daí que começou a ecoar toda crítica, já traduzida por Jaguaribe (1955), aos desarranjos do país, ou sua imitação prosélita. O ISEB, potencializado pelos seus pensadores, foi uma resposta à famosa crítica do historiador suíço Henri Guillemin (1903-1992), que dizia: “Oh! Os países de origens coloniais sempre em reflexo, jamais em reflexão”.

Como resposta a essa crítica, Mendes destacou que:

[...] os modelos em que hoje é perseguido na faixa periférica, como reflexo da disponibilidade efetiva em que possam existir vários fatores de que dependa o seu sucesso, dar-se-à especial ênfase ao modelo a que se ajusta a experiência brasileira e, em função dela, a modo de exemplo, procurar-se-à reunir as diversas medidas que configuram a política de emancipação nessa etapa do progresso em que se acha inserido o país (MENDES, 2005, p.61).

As perspectivas do historiador do ISEB eram quase heurísticas, tanto quanto ao posicionamento do intelectual, que estava sendo formado no interior do ISEB, quanto aos reflexos que esse intelectual tinha na política dos anos 50, impondo-se, a partir de então, a tarefa de representação da realidade brasileira.

Cabe ressaltar, que as relações estabelecidas entre os intelectuais do ISEB e a política desenvolvimentista, conduziram a reflexões sobre a responsabilidade que estes tinham na condução de um país subdesenvolvido, em transição desenvolvimento. Foi

exatamente a iniciativa de intelectuais como Roland Corbisier, a partir da USP, e de Jaguaribe, a partir da PUC-RIO, ainda nos anos do Grupo Itatiaia, entre 1948 e 1953, que levou esses sujeitos a intervirem em um Brasil de contrastes desiguais profundos, através do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Isso porque as relações estabelecidas entre os isebianos e o Instituto, envolveram abordagens políticas e culturais profundas, com vistas para as transformações necessárias para o desenvolvimento. Para Sirinelli (2005), ambas as esferas, política e cultural, são dotadas de lógicas próprias, visíveis no campo de produção de ideias e traduzidas na ação política dos responsáveis pela tomada de decisão.

Nesse ponto, é importante destacar que os intelectuais do ISEB foram chamados a participar do processo de transformações em curso no Brasil de seu tempo, sendo sua atuação intelectual condicionada pelas variáveis atuantes do campo político, tendo como única lógica as representações do subdesenvolvimento.

É por essa razão, que os intelectuais passaram a assumir a condição de intérpretes da política e agentes da cultura, sendo possível uma identificação com o mundo social à qual estiveram imersos. Assim, foi possível notar que esse mundo era diferente daquele vivido por eles no interior do Instituto, sendo suas ações movidas pela força das representações, determinante no campo político e cultural da política vivida por eles.

Com isso, analisar as relações entre política e cultura no ISEB, implica observar em que condições históricas esses diálogos se estabeleciam. Acreditamos assim, que foi à medida que o Estado se via diante de obstáculos que obstruíam a passagem para o desenvolvimento, que se expandia a importância dos isebianos históricos como sujeitos da ação, proporcionando a estes uma maior envergadura na política brasileira.

Nesse momento, a principal particularidade da experiência do ISEB na política, residia na capacidade de seus intelectuais em conciliar política, cultura e educação, agindo como porta vozes do povo, como já destacado por Pécaut (1990). Contudo, para o pesquisador do ISEB, Eugenio Pereira, a fundação do Instituto teria assumido funções políticas bastante específicas, sendo que:

[...] tais funções se expressam nas motivações de alguns intelectuais, em exercer ou influenciar o poder, sobretudo, na capacidade de introduzir na atividade intelectual, sem restrições de qualquer natureza, elementos da política, conferindo à produção das ideias um caráter político, que por sua vez, se expressa na conquista de um espaço institucional que viabilizaria a atividade dos intelectuais (PEREIRA apud TOLEDO, 2005, p.128).

Entre o período, que vai de 1955 a 1958, comumente conhecido como a primeira fase do ISEB, o que se observou, “foi um Instituto funcionando como um centro de estudos, com seus intelectuais buscando sistematizar aquilo que já vinha se desenhando desde os tempos de Itatiaia”, de acordo com Toledo (2005, p.129). Era um engajamento direto na esfera pública, com vistas para as transformações necessárias para o desenvolvimento nacional.

Todavia, a partir de 1959, ano que marcou a saída do professor Hélio Jaguaribe, o ISEB passa a assumir um caráter mais pedagógico, voltado para seu interior, e usando suas ferramentas, tais como cursos, conferências e publicações, para estabelecer um diálogo direto, não só com o poder político, mas também como a sociedade como um todo. Dessa forma, devemos entender que o ISEB foi produto das representações de seus intelectuais, da mesma forma que foi produtor de tais representações, tidas como progressistas.

Pierre Bourdieu (1990), por sua vez, ao estudar os intelectuais ligados ao campo político, destacou que,

[...] os produtores culturais detém um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivando experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por esta via, de fazê-las existir. (BOURDIEU, 1990, p. 176).

É nesse sentido que os isebianos históricos construíram uma representação de intelectuais a serviço da nação brasileira, fundando o ISEB, espaço de circulação e transmissão de ideias, com o fim de imaginar e projetar o Brasil para o futuro, sendo por meio do Instituto que formulavam as representações do subdesenvolvimento.

Concordando que são as representações que constroem o próprio mundo social, Chartier (2002, p.73), ressalta que são elas “as responsáveis por fazerem com que se reconheça a existência de grupos a partir de uma exibição de unidade”.

Sendo assim, entendemos que foi por meio da construção do ISEB que seus intelectuais se posicionaram politicamente no Brasil de seu tempo, e foi através da circulação de seus escritos que criavam diálogo com as problemáticas que se apresentavam, fazendo da escrita um ato de disputa política.

Escrita essa, que de acordo com Roger Chartier, constitui-se por uma prática histórica, social e cultural, uma vez que:

“[...] visa a fazer reconhecer uma identidade social, a exhibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição. As formas institucionalizadas e objetivadas, em virtude das quais os representantes (instancias coletivas ou indivíduos singulares), marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 1991, P.183).

Isso quando entendemos que a vida intelectual no ISEB foi marcada pela circulação de textos de cunho político-cultural, fruto da liberdade de cátedra defendida no interior do próprio Instituto. A produção intelectual no ISEB refletia diretamente naquilo que pretendiam para o Brasil, realizando esforços para estruturar ideias no intuito de fomentar consciência política nas massas.

O ISEB foi assim, à mediação entre o intelectual e o povo, entre o povo e a nação, como bem aponta Pécaut:

No final dos anos 50, a palavra de ordem foi à adesão voluntária dos intelectuais às causas populares (...), os intelectuais brasileiros não esperaram pelo convite a essa conversão pessoal para entrar num corpo a corpo com a história. Já a muito tempo haviam se colocado a serviço do conhecimento da realidade nacional e da formação da sociedade, não o faziam de forma alguma para conseguir a sua salvação individual (...) tampouco agiam assim para atender a algum ditame moral de fazer prevalecer valores de justiça. Apenas o faziam porque o intelectual tinha de estar à altura da construção da nação,

portador que era da identidade nacional e, além disso, detentor do saber relativo às leis da evolução histórica (PÉCAUT, 1990, p. 6).

Por isso, não fazia sentido no ISEB, separar conhecimento de ação. Em síntese, um dos traços mais marcante desses intelectuais, além da heterogeneidade, era o engajamento na vida pública, e nesse aspecto, para Pécaut (1990, p.7), o intelectual brasileiro encontrava-se na mesma situação que o político, “pois participa de uma realidade cujos segredos ele detém”. Com efeito, os intelectuais brasileiros se entregam à ação política sem nenhuma hesitação, e em muitos casos, tornam-se protagonistas políticos centrais.

1.1 - O ISEB Entre História

“A especificidade da história, dentro das ciências humanas e sociais, é sua capacidade de distinguir e articular os diferentes tempos que se acham superpostos em cada momento histórico” (CHARTIER, 2010, p.65). Gostaríamos de ser fiel quanto à definição de Chartier acerca das atribuições da história, para não sermos tentados a juízes dos tempos históricos, e aqui, mais especificamente, dos tempos da criação ISEB, tempos de firmamentos e afirmações políticas, espaço de luta, campos de poder.

Embora tenha se institucionalizado em 1955, o pensamento que conduziu o ISEB remonta às experiências de um grupo de intelectuais jovens que, sob a coordenação de Hélio Jaguaribe, em fins da década de 40, teve acesso, levados por Augusto Frederico Schmidt, à 5ª página do jornal “O Comércio”⁵.

De acordo com Sergio Miceli,

[...] os intelectuais no regime Vargas, assumiram diversas tarefas políticas e ideológicas, determinada pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividade. Durante o período do populismo (1945 – 1954), verifica-se uma ampliação das carreiras

⁵Fundado em 3 de abril de 1919, em Pernambuco, Recife, por Pessoa de Queiroz, o jornal o commercio perpassou vários momentos da história política brasileira. Hoje, com 97 anos de existência, tornou-se um dos maiores periódicos do Brasil, e o maior em circulação no Estado de Pernambuco.

reservadas aos intelectuais ao mesmo tempo que se intensifica o recrutamento de novas categorias de especialistas (economistas, sociólogos, técnicos em planejamento e administração, etc...) (MICELI, 2001, p. 197).

Consideremos nesse momento, que no fim da década de 1940 o Brasil experimentou um cenário político altamente conturbado. O mundo sob as pressões da 2ª guerra, com a consequente disputa mundial pela hegemonia criou um ambiente bastante hostil em vários países da América Latina, como também gerou uma grave crise na política interna do Brasil. O fim do Estado Novo, por exemplo, promoveu uma disputa que desembocou na deposição do então presidente Getúlio Vargas, com abertura de eleições presidenciais após quase duas décadas sem o pleito eleitoral.

Já a derrocada do nazi-facismo levou as forças políticas a um novo pacto de nação, ou pelo menos estimulou uma nova discussão acerca do rumo que se queria dar ao país, ficando a cargo da Assembleia Nacional Constituinte de 1946 a missão de dar legitimidade democrática as autoridades públicas e as instituições nacionais.

Foi nesse ínterim, que o convite do poeta e escritor brasileiro, Augusto Frederico Schmidt, do jornal “O Comércio” de reunir um grupo de intelectuais para debater a conjuntura política nacional e internacional, despertou o interesse de intelectuais, tanto do Rio de Janeiro como de São Paulo, a participarem de encontros mensais com o fim de discutirem acerca dos rumos políticos que a nação deveria tomar. O que Schmidt não esperava que logo nos primeiros encontros começaria se acentuar as diferenças de procedência ideológica e de interesse entre os dois grupos.

Segundo Caio Navarro de Toledo (2005, p.32), o grupo de intelectuais do Estado de São Paulo era quase inteiramente filosófico, e o do Rio de Janeiro estava mais voltado para as ciências sociais, buscando analisar a realidade brasileira como resposta ao desafio do subdesenvolvimento brasileiro, sendo que a grande maioria dos intelectuais advindos do Estado de São Paulo haviam tido suas experiências no

movimento político criado por Plínio Salgado, conhecido como Ação Integralista Brasileira⁶.

Figuras como Ângelo Arruda, Miguel Reale e Renato Czerna, que tiveram relevante atuação na AIB, compunham o quadro de intelectuais paulistas. Já do lado carioca, a inspiração era bem outra. O trotskismo havia sido à forma que os jovens intelectuais cariocas encontraram para serem marxistas não stalinistas, como foi o caso da experiência de Hélio Jaguaribe e Candido Mendes com seus posicionamentos notadamente de esquerda. Com dois grupos de posicionamentos bastante heterogêneos, formado, só faltava o palco para tantas inquietações de âmbito político, econômico e cultural.

Situado entre dois grandes centros, Itatiaia foi o cenário escolhido pelos intelectuais, entre os anos 1952-1953, para debates ligados aos mais diversos problemas político e social vividos pelo Brasil. Foi a partir desse dado momento, que os intelectuais passaram a propor algumas soluções que pudessem ser aplicáveis à sociedade brasileira, sem que se perdesse de vista o contexto político internacional, com o fim de elaborar um projeto de desenvolvimento palpável para o país.

Configurou-se, em um primeiro momento, no pensamento do Grupo Itatiaia, traçar o papel do intelectual brasileiro naquela conjuntura política de contexto conturbado, figurado, sobretudo pelos debates que giravam entorno dos rumos que a nação deveria tomar para a guinada nacional. Com isso, as reuniões em Itatiaia figuravam um esclarecimento e um esforço, de certos pontos de vista sobre a realidade brasileira, afim de melhor agir sobre ela, como bem ressalta Alzira Aves de Abreu:

[...] Os intelectuais do Rio de Janeiro consideravam que seu papel social implicava na formulação de alternativas políticas para a sociedade brasileira, e que a elaboração de um projeto de desenvolvimento tinha prioridade sobre os aspectos ou estudos particulares. Eles definiam seu papel social como agentes de mudanças, seriam eles que deveriam diagnosticar os problemas,

⁶ Fundado em 1932, pelo escritor, jornalista e político Plínio Salgado, a AIB, caracterizou-se nos movimentos europeu de sua época, sobretudo pelos movimentos de extrema direita da Alemanha e da Itália, Nazismo e Facismo.

buscar as soluções, formar os quadros dirigentes do país, criar novos modelos e valores sociais (ABREU, 1975, p. 61).

Ficou a cargo de Hélio Jaguaribe, que viria a ser o fundador do ISEB, à responsabilidade de organizar as reuniões no Parque Nacional de Itatiaia, a partir de agosto de 1952, segundo Abreu (2007). Entre os intelectuais de São Paulo estavam Roland Corbisier, Almeida Salles, Miguel Reale e Luigi Bagolini, enquanto do lado carioca estiveram Hélio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Inácio Rangel, Ewaldo Correia Lima, entre outros.

De acordo com Abreu (2007), Nesse dado momento, a preocupação desses intelectuais estava voltada para vários campos das ciências humanas, como a filosofia, a sociologia, a história, a economia e as artes.

Alguns representantes do Rio de Janeiro participavam diretamente da administração do governo Vargas, como Rômulo de Almeida, chefe da Assessoria Econômica da presidência da República (...). Já Hélio Jaguaribe era assessor do ministro da Justiça, Negrão de Lima (ABREU, Apud REIS & FERREIRA).

Esse Grupo Itatiaia teve uma existência muito breve, e ao que tudo indica conflitos entre os filósofos paulistas, ainda notadamente marcados pelo movimento integralista, associado aos posicionamentos de esquerda de jovens intelectuais cariocas, foi um dos fatores principais para o fim dos encontros que aconteciam no parque nacional. Foi a partir de então, que em 1953, já sem o curso dos paulistas, que os intelectuais cariocas fundaram um instituto particular, o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política).

O IBESP se constituía como uma instituição privada, e seus membros assumiam a maior parte de suas despesas. Além disso, o Instituto mantinha um convenio com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que viabilizava algumas tarefas, como conferências e cursos, promovido pelo IBESP.

Vale destacar que muito do ideário desenvolvimentista e pedagógico contido no ISEB, foi fruto da experiência do IBESP⁷, e deve ser entendido como uma experiência intelectual que culminou na institucionalização do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ligado ao MEC, no governo interino do então presidente Café Filho.

Para uma política nacional do desenvolvimento, o programa político do IBESP esteve pautado em duas condições. Primeiro no esclarecimento ideológico das forças progressistas, a partir das mais dinâmicas, e em um segundo momento, a preocupação do Instituto pautou-se na arregimentação política dessas forças, no intuito de promover o Brasil à categoria de dirigente de seu destino.

Enquanto atuou sob a égide do IBESP, o conjunto de intelectuais advindos do Grupo Itatiaia resolveu formular um projeto de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, conquistar certos setores da opinião pública que vinham debatendo os problemas políticos do país, e foi através da criação desse projeto que surgiu uma revista, conhecida como *Cadernos do Nosso Tempo*⁸, para que os intelectuais cariocas pudessem exercer sua influência sobre o público e o Estado.

Os *Cadernos de Nosso Tempo* representam um esforço para compreender o nosso tempo na perspectiva do Brasil e o Brasil na perspectiva de nosso tempo. Postulam a exigência de uma compreensão concreta da vida (...) esse nosso propósito de compreensão da realidade representa, ademais, um esforço para fundamentar uma ação autêntica, apoiada na justa interpretação das possibilidades e das necessidades de lugar e de tempo (CNT, nº 1, 1953; p.2).

O financiamento da revista *Cadernos de Nosso Tempo* e das atividades do IBESP se fazia com recursos fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

⁷Os intelectuais do IBESP estiveram preocupados, desde seu início, em dedicar-se à interpretação da crise nacional, e agir a partir dela, falando ainda da necessidade imperiosa de promover as elites em formadores de um movimento social.

⁸Durante a existência do IBESP (1953-1955), foram publicados cinco edições do Caderno de Nosso Tempo. Essa revista visava elaborar um diagnóstico da sociedade brasileira e de seu momento de crise, fazendo reconhecer a urgência de uma intervenção econômico-social e, desse modo, da racionalização do aparelho do Estado. Conhecidas como fonte histórica, às revistas são meios de expressão, e ação de representações de opinião pública, e são apropriação de intelectuais como veículo de transmissão de ideias e visão de mundo, de uma determinada época.

Pessoal de Nível Superior (Capes), apoio obtido graças à intermediação do secretário geral da entidade, Anísio Teixeira. O espaço era cedido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), onde seu auditório era utilizado para a realização de cursos e conferências.

A revista foi, sem dúvida, um grande veículo de comunicação dos intelectuais do IBESP, todavia, devido aos poucos recursos que desfrutava seus intelectuais, suas publicações ficaram cada vez mais comprometidas, como bem destacou seu diretor, Hélio Jaguaribe.

O IBESP tinha uma revista a qual fui diretor, da qual foi possível tirar cinco números, mas chegou um ponto em que não havia mais condições de se manter esse esforço financeiro, que dependia exclusivamente de parte de meus proventos como advogado, e decidimos que a única forma de dar continuidade à iniciativa era converter o IBESP em instituição pública (JAGUARIBE, apud TOLEDO, 2005, p. 33)

Logo no primeiro número da revista, em 1953, Hélio Jaguaribe apresentou um estudo sobre a crise brasileira, onde fazia um diagnóstico da situação econômica, social, política e cultural do país. Ao lado da análise dos principais problemas que afetavam a sociedade e apontando soluções para a resolução de tais problemas, Jaguaribe destacava a necessidade de uma ideologia que fosse capaz de assegurar a aplicação dessas soluções em um artigo que circulou com o título de: *“A Crise Brasileira”*. Para Abreu (2007):

O artigo “A crise Brasileira” deveria servir como texto-base para a discussão e como ponto a partir do qual os integrantes do IBESP deveriam orientar seus futuros estudos sobre a problemática brasileira, entretanto, as ideias formuladas por Jaguaribe não foram aceitas por unanimidade pelos membros do IBESP. Os desacordos se manifestaram quanto à afirmação de que a socialização dos meios de produção era a única opção viável para aquele momento histórico que o país estava vivendo (ABREU apud FERREIRA E A. REIS, 2007, p.414).

Um dos intelectuais que mais desacordou do texto publicado por Jaguaribe foi o intelectual Ewaldo Correia Lima, que por sua vez era adepto das ideias lançadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que desenhava a crítica da lei das

vantagens comparativas, dando fundamentação econômica à política de industrialização, com participação ativa do Estado. Aqui é interessante lembrar que tanto os intelectuais da CEPAL, e posteriormente os do ISEB, irão negar com bastante vênua, as concepções pregadas pelo liberalismo econômico.

Concordamos com Daniel Pécaut (1990), quando ressalta que:

[...] a desconfiança em relação ao funcionamento do capitalismo da época ou condenação por princípio de sua lógica, a dúvida sobre a viabilidade do liberalismo político no Brasil, ou antipatia doutrinária em relação às próprias premissas do liberalismo, somado ao temor pela multiplicação anárquica de interesses particulares, ou pessimismo devido à desorganização do social, foi o que levou grande parte dos intelectuais a aderirem a uma ideologia de Estado (PÉCAUT, 1990, p. 103),

Sem condições financeiras para manter as atividades do IBESP, os intelectuais, liderados por Hélio Jaguaribe, chegaram ao consenso de que seria preciso transformar o Instituto em órgão público, para assim, receberem proventos do Estado, no intuito de dar continuidade ao projeto político-pedagógico de desenvolvimento da nação. E foi durante o segundo governo Vargas que o então Ministro da Educação, Antônio Balbino⁹, foi convencido da necessidade de se fazer no Brasil uma instituição dedicada a estudos políticos.

O que podemos compreender é que desde os encontros do Grupo Itatiaia, até o fim do IBESP, houve uma acentuada preocupação por parte de intelectuais, desejosos em exercerem suas influências sobre os grandes centros de poder, tangenciando uma definição de política econômica voltada para o desenvolvimento do Brasil. Conforme entendido por Alzira Alves de Abreu:

[...] As questões surgidas na transição então em curso da sociedade agrária tradicional para a sociedade industrial moderna incentivaram os intelectuais a se lançar na formulação de estudos, planos e projetos que orientassem a política de desenvolvimento. Um dos exemplos

⁹ Antônio Balbino foi amigo pessoal de Gilson Amado, com quem mantinha relações estreitas com Hélio Jaguaribe. Foi a partir dos constantes pedidos de Jaguaribe, acerca da necessidade de construção de um instituto de altos estudos no Brasil, que permitisse ao intelectual brasileiro ferramentas para as análises teóricas sobre a situação política, social e econômica que atravessava o país, que o Ministro da Educação, Antônio Balbino, pediu para que fosse formalizado um projeto com a finalidade do instituto. Projeto este que ficou sob a responsabilidade de Hélio Jaguaribe.

mais marcantes desse tipo de iniciativa foi o grupo que se formou a partir de 1952 e que, em 1955, criou o ISEB, órgão subordinado ao Ministério de Educação e Cultura (ABREU, apud TOLEDO 2005, p. 97).

Desta maneira, devemos inferir que o IBESP, órgão que posteriormente dá origem ao ISEB, foi fruto de uma experiência de intelectuais jovens, comprometidos na promoção do desenvolvimento político, social e econômico do Brasil.

E se tratando de intelectuais que tinham certo prestígio e influência em alguns setores do Estado, há de se notar que, em 14 de julho de 1955, no Governo interino de Café Filho, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é criado como uma instituição pública, ligada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), fruto do engajamento de intelectuais jovens militantes, que vinham desde fins dos anos 40 desenhando um modelo de país para seu presente e futuro.

1.2 - O ISEB Entre Representações.

Criado em 14 de julho de 1955, e inaugurado em 7 de outubro do mesmo ano, o ISEB teve seus objetivos e finalidade descritos no Decreto nº 37.608/55, que instituiu no Ministério da Educação e Cultura (MEC), um curso de altos estudos sociais e políticos, como assim definido:

O ISEB tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (BIBLIOTECA NACIONAL, Brasil. **Relatório Sucinto de Atividades do ISEB**. Instituto Nacional do Livro (52, 30, 49). Rio de Janeiro, 1963, p.63)

Segundo Hélio Jaguaribe (2005), um de seus fundadores, as atividades do ISEB consistia-se de cursos anuais, mantendo-se, igualmente, um ciclo anual de conferências

sobre problemas brasileiros, onde também se procedia publicação de livros de autoria de seus membros, como bem nos descreve:

Esses cursos eram basicamente divididos em duas partes: a primeira parte consistia em um sucinto delineamento dos aspectos fundamentais das disciplinas lecionadas, e a segunda parte consistia na análise, à luz de cada uma dessas disciplinas, dos principais problemas brasileiros, e na discussão de como superá-los (JAGUARIBE, apud TOLEDO, 2005, p. 35).

A criação do ISEB nascia de um primeiro referencial de época fundadora, segundo Candido Mendes (apud TOLEDO, 1960, p.13), “da busca, de fato, de nosso ser de nação, logrado pela efetiva capacidade do país de autodeterminação (...), assim sendo, conjugava-se para o Instituto a tarefa de um “que fazer”, com a efetiva militância do intelectual como tal”.

Portanto, a fundação do ISEB foi o *modus operandi* encontrado por seus intelectuais para intervirem diretamente no processo de desenvolvimento nacional, e reivindicar um espaço para pesquisas e altos estudos equivalia ao coroamento das experiências dos tempos de Itatiaia, bem como dos anos vividos na experiência do IBESP.

O ISEB como uma representação, colocou em circulação através de cursos, conferências, aulas e obras publicadas por parte de seus intelectuais, toda a experiência vivida no passado, bem como depositou sua expectativa em um projeto pautado no por vir, e no ainda não. E nesse horizonte vale recordar o trabalho de Roger Chartier, pois como ele anotou com agudeza, “[...] as representações não são simples imagens, verídicas ou enganosas do mundo social, elas possuem energia própria que persuade seus leitores, ou seus espectadores, que o real corresponde efetivamente ao que elas dizem (CHARTIER, apud ROCHA, 2011, p.27).

Chartier, como intelectual engajado, também teve seus trabalhos desenhados por representações de instituições, como foi o caso da *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, como bem expressa o autor em voga.

[...] Então, minhas primeiras pesquisas e proposições associavam intimamente um trabalho dedicado ao livro e à leitura a uma avaliação crítica de herança do *Annales*, que eu não fui o único a desenvolver. Não teria sido possível elaborá-las sem o trabalho de seminários e de pesquisas coletivas realizadas na École des Hautes Études em Sciences Sociales (CHARTIER, apud ROCHA, 2011, p. 28).

Como podemos notar os intelectuais, em muitos casos, se valem de instituições públicas ou privadas para desenvolverem suas pesquisas e colocar em circulação suas representações, e com o ISEB não foi diferente. A representação que o ISEB criou, era a de que seria preciso formular um novo modelo de homem¹⁰, para seu presente e futuro, afim de possibilitar para o Brasil de sua época um desenvolvimento autônomo, sem dependentismo estrangeiro.

Este sonho começou a se tornar realidade a partir da ação direta de seus intelectuais, sobretudo a do cientista político Hélio Jaguaribe, do filósofo Roland Corbisier, do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, do historiador Candido Mendes, do também historiador Werneck Sodré, e do filósofo  lvaro Vieira Pinto. Isso, considerando a atuação direta desses sujeitos da ação nos campos político, cultural e educacional de seu tempo.

É por esse fato que interpretemos os isebianos históricos como sendo uma comunidade interpretativa, assim como percebido por Roger Chartier (1990), compreendido como um grupo de pessoas de certa época, que compartilham formas de ver e estar no mundo, esboçando ideias e representações a respeito desse mundo.

Consequentemente, os isebianos constr  ram uma realidade mediante configurações intelectuais múltiplas, estabelecendo práticas que visavam construir uma determinada identidade social, e propondo uma forma específica de ser e estar no mundo. Para tanto, se valiam de ferramentas teóricas e práticas, a partir dos resultados de pesquisas obtidas pelas ciências humanas, afim de suscitar os principais entraves que impediam que o Brasil al asse voos econômicos, políticos e sociais mais altos,

¹⁰ Expressão cunhada pelo filósofo e professor do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, em aula inaugural do ISEB, em 1956, como sin nimo de um Brasil desenvolvido.

buscando o rompimento com o passado. Finalidade essa, que podemos vislumbrar através dos registros do Decreto 37.608:

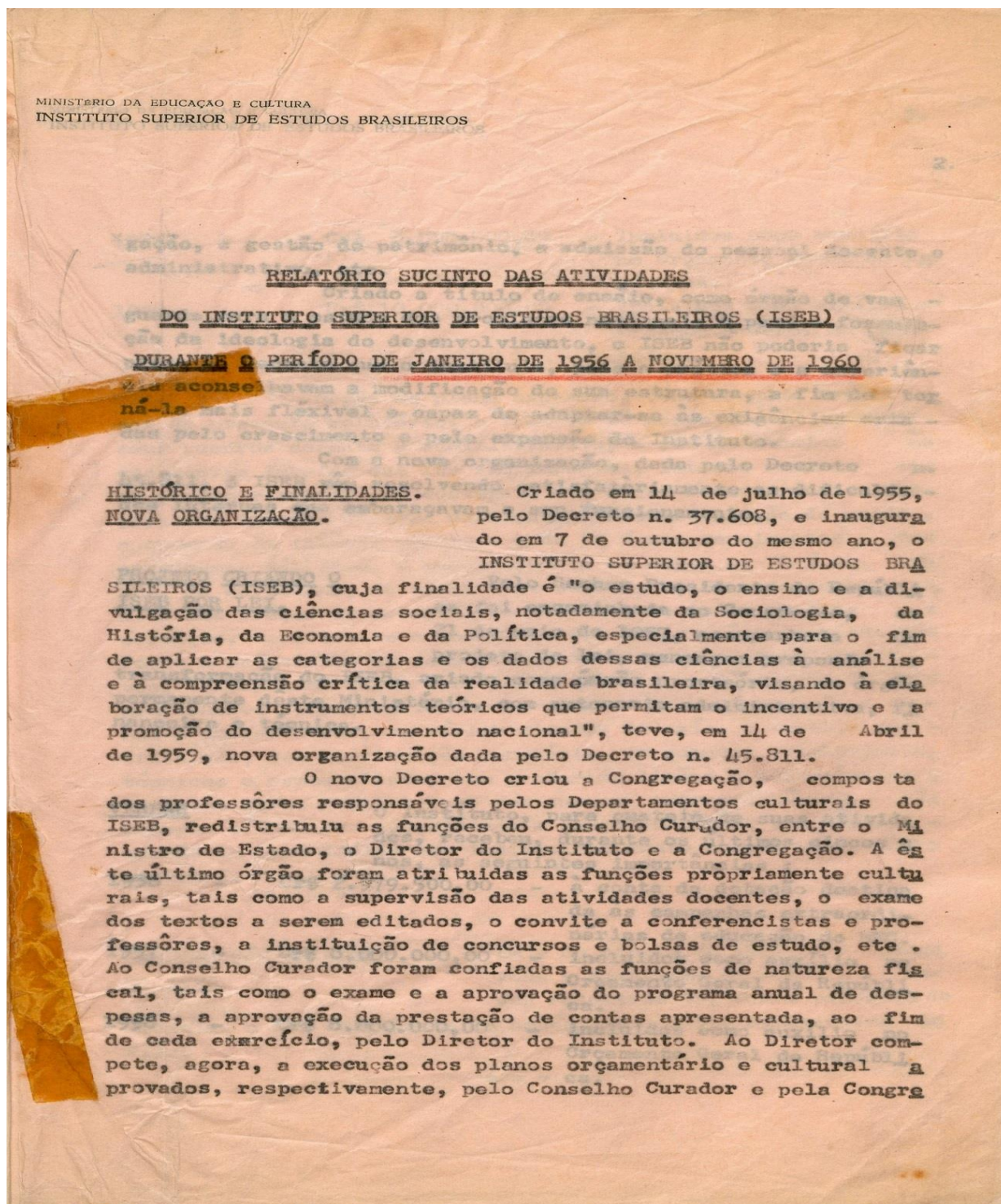


Figura 1- Decreto que instituiu o ISEB como um instituto ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Disponível na Biblioteca Nacional.

Vale destacar, que embora tenha se institucionalizado em julho de 1955, o ISEB havia sido criado a título de ensaio, como órgão de vanguarda, como consta no relatório

de suas atividades. Todavia, em 21 de maio de 1957, o Instituto passou por uma mudança significativa, pois a partir de então, foi criado um projeto de lei, que dava ao Instituto autonomia administrativa, financeira e técnica, além de transforma-lo em órgão permanente do MEC, um grande avanço para suas pretensões de ser o fio condutor do desenvolvimento.

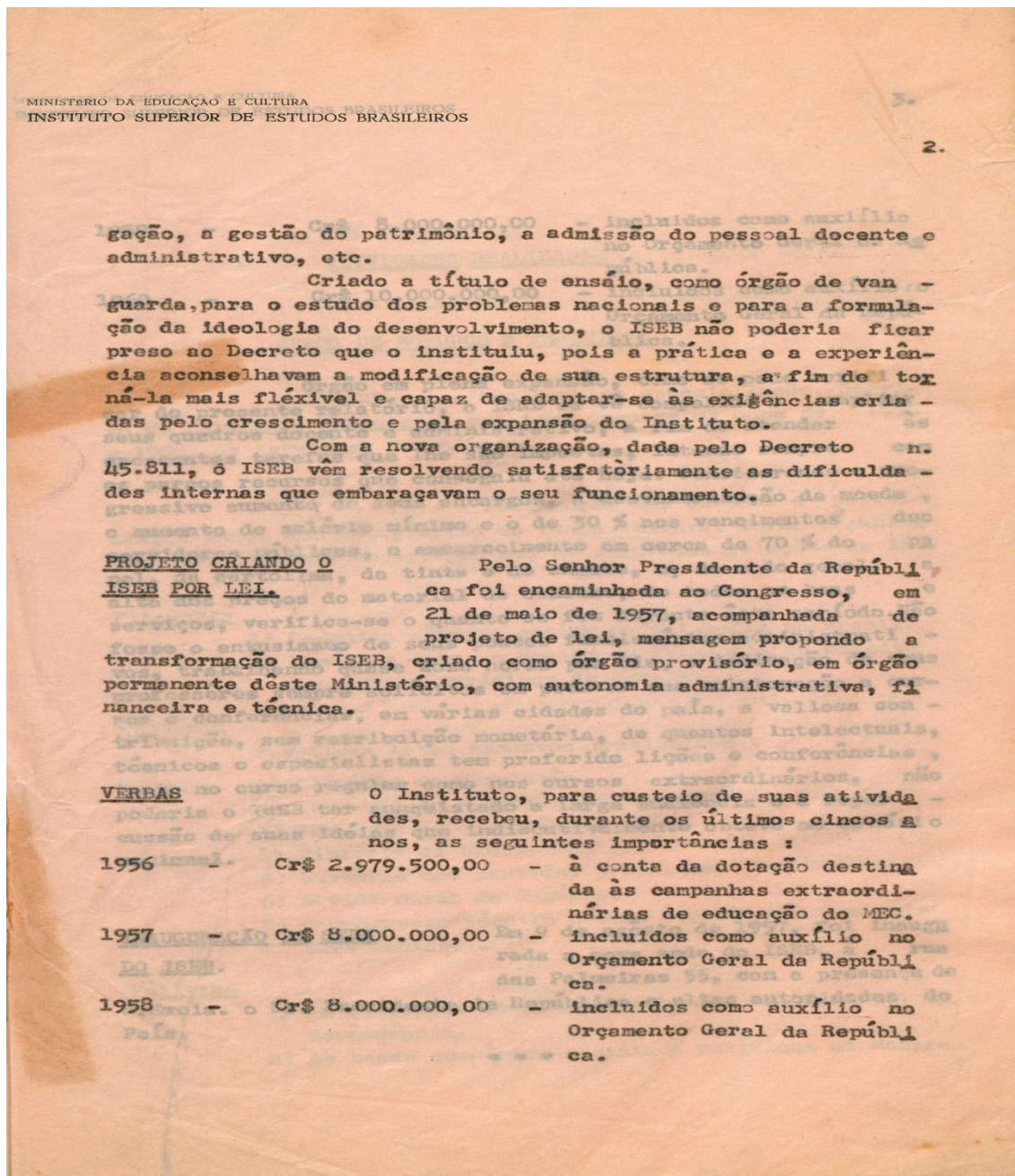


Figura 2- projeto de lei que transformava o ISEB em órgão permanente do MEC. Disponível na Biblioteca Nacional.

Foi a partir desse projeto, que em 9 de agosto de 1957, foi criada a nova sede do ISEB, agora na rua das Palmeiras, nº 55, em Botafogo, Estado do Rio de Janeiro. Ali esteve presente os membros do ISEB, algumas autoridades da época, bem como o Sr. Presidente da República, Juscelino Kubitschek, que em ato solene, inaugurou sua nova sede.



Figura 3- Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurando a nova sede do ISEB. Disponível em jk.cpdoc.fgv.br/imagens.



Figura 4- da direita para a esquerda, dirigindo a solenidade de inauguração da sede do ISEB, o então Ministro da Educação e Cultura (MEC), do governo JK, Clóvis Salgado, sendo observado ao centro pelo Presidente JK. Disponível em jk.cpdoc.fgv.br/imagens.

O ISEB passou a ser um dos centros de elaboração mais importante do período histórico que ficou conhecido como nacional-desenvolvimentismo, e marcou todo o processo político brasileiro desde a morte de Vargas, em 1954, até a queda de João Goulart em 1964. Logo após sua criação, em julho de 1955, seus dirigentes ficaram com a tarefa de organizá-lo, sendo designado um conselho curador, que fora integrado por oito membros designados pelo Ministro da Educação e Cultura (MEC).

Este conselho curador tinha a assistência de um conselho consultivo, composto por cinquenta membros, também designado pelo ministro da educação, que nesse período estava sobre a tutela de Motta Filho, ministro na gestão do então Presidente Café Filho.

Motta Filho nomeou como membros do Conselho curador Adroaldo Junqueira Ayres, Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Júnior, Hélio Jaguaribe, Hélio Cabral, Roberto Campos, Roland Corbisier e Themistocles Cavalcante, sendo indicado como diretor executivo do ISEB, o professor Roland Corbisier.

Essa organização se confundia e muito com a política desenvolvimentista adotada pelo Presidente JK, que desde os primeiros anos de ISEB havia adotado em seus discursos, a importância de um Instituto na promoção do desenvolvimento nacional. Percebe-se, que a presença do presidente da República na inauguração da nova sede do ISEB, sendo ele o agente principal daquela solenidade, era uma concordância clara de toda ideologia que estava nascendo naquele centro de promoção nacional. E assim dizia ele:

“Graças ao honroso convívio, anterior à fundação deste instituto, com muitos dos ilustres brasileiros que sonharam e planejaram sua existência, de há muito estava eu consciente do que seriam as finalidades e as atividades do ISEB. Em minha carreira de administrador, que me tem absorvido a melhor parte da vida, proveu aos céus que não me faltasse o gosto para o trato com os homens da inteligência e pesquisa, e posso orgulhar-me de contar com amigos fraternais de há muito lustros entre aqueles a cuja capacidade de idealizar e lutar se deve hoje esta realidade já tão útil ao Brasil e que é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (...) como presidente da República, conforta-me o espetáculo desta solenidade, em que diviso figuras eminentes das letras e das ciências pátrias, aqui congregadas

sem distinções particulares, unidas sob um denominador, que é a vontade de servir ao Brasil, pelo estudo e pela inteligência. Agradeço-vos orgulhoso o privilegio de viver esses momentos, nos quais formulo ardentes votos para que o vosso instituto, a vossa organização, colha sempre êxito completo em seus trabalhos, para o bem do Brasil¹¹” (KUBITSCHKE, 1957, p. 175-179).

Na mesma ocasião, o Ministro da Educação e Cultura (MEC), Clovis Salgado, assinalava que o ISEB se propunha precisamente a secundar os esforços do Vossa Excelência, o Presidente Juscelino Kubitschek, para levar adiante o processo de desenvolvimento do País. De acordo com Toledo (1982, p. 33), as declarações do Ministro da Educação não deixavam margens a dúvidas sobre suas intenções governamentais, “fazer do ISEB um núcleo que assessore, apoie e sustente a política econômica definida no Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek”.

Símbolo da síntese nacional-desenvolvimentista, o ISEB influenciou numerosos grupos, provocou debates de grande repercussão e forneceu alicerces teóricos para as mais diversas correntes da política dos anos 50/60. Recordando um discurso entusiasmado do Presidente JK, Toledo (1982, p.32), descreve: “Vós sois combatentes do desenvolvimento no plano de inteligência (...), vossa tarefa de catecúmenos do grande Brasil será mais árdua e mais perigosa porque lutareis com argumentadores, com finos representantes da decadência, com gente de recursos”.

A fala proferida pelo presidente da República é sem sombra dúvidas um prenúncio do campo de poder que se estabeleceria entorno dos intelectuais do ISEB, isso porque, conforme expresso por Bourdieu (2015), o campo intelectual está inserido dentro de um campo político específico:

Não é demais afirmar que a história do campo é a história da luta pelo monopólio da imposição das categorias de percepção e apreciação legítimas; é a própria luta que faz a história do campo; é pela luta que ele se temporaliza [...] em cada instante do tempo, seja qual for o campo de luta, os agentes e as instituições envolvidos no jogo são, ao mesmo tempo, contemporâneos e temporalmente discordantes (BOURDIEU, 2015, p. 88-89).

¹¹Discurso proferido pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, em 1957, no ato da inauguração da nova sede do ISEB. Biblioteca da presidência da República, discursos, 1957. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Logo, compreendemos que as lutas externas travadas sob o ISEB se explicam pelos fatores históricos que levaram sua criação, como também pela sua heterogeneidade, marca muito presente desde os anos do Grupo Itatiaia. De qualquer modo, a constituição do ISEB provocava desconfiança de muitos intelectuais paulistas, que nele viam à semelhança dos anos vividos em Itatiaia, como um ressurgimento do integralismo, da mesma forma que os intelectuais cariocas perceberam uma aproximação bastante aguda entre o getulismo e o comunismo.

Para Maria Teresa Cavalcanti (2006), as origens do ISEB são marcadas por embates e discussões em um momento de tensão política, transformação e reestruturação do estado brasileiro. A polarização que se estabelecia entre grupos políticos da época expressava a significativa polêmica que envolvia as diferentes maneiras pelas quais o capital estrangeiro deveria afluir ao país, e é um claro exemplo dos embates que marcaram os anos 50/60.

Vale ressaltar que o capital estrangeiro era visto com muito maus olhos pela grande maioria dos intelectuais que compunha o ISEB, e era quase consenso, com exceção de Hélio Jaguaribe, que em tese defendida a entrada desse recurso no país. Para essa maioria, o capital estrangeiro representava o maior entrave para o desenvolvimento brasileiro.

Em 1958, como exemplo, aconteceu a grande primeira crise no ISEB, tendo como estopim um livro publicado por Jaguaribe, sem o consentimento dos demais intelectuais do Instituto. Trata-se de “*O nacionalismo na atualidade brasileira*”, onde Jaguaribe fazia uma defesa clara da entrada de capital estrangeiro no País, concordando com a ideia de que um nacionalismo mal interpretado poderia se tornar um obstáculo para uma política de desenvolvimento racional.

[...] ora, no petróleo, o melhor investimento alternativo é o estrangeiro, porque além de aumentar nossa capacidade global de investimento, apresenta, para um mesmo nível de propriedade, maior eficiência tecnológica e organizacional, logo, deve-se atrair o capital estrangeiro para o petróleo, por ser o mais conveniente, funcionando o capital nacional supletivamente (JAGUARIBE, Apud TOLEDO 2005, p. 171).

O professor Guerreiro Ramos foi o primeiro a fazer campanha pela expulsão de Hélio Jaguaribe, e juntamente com Roland Corbisier, então diretor do Instituto, pressionou o ISEB para que abandonasse a reflexão teórica e se dedicasse somente ao trabalho militante, tarefa bastante complicada para um grupo de intelectuais acostumados aos grandes debates teóricos.

A partir desse momento, o ISEB passou por três momentos distintos, de sua criação em julho de 1955 a sua destituição em 1964. Em seu primeiro momento (1955-1958), o ISEB se definiu pelo empenho direto na compreensão da realidade brasileira, bem como pela ação imediata das principais problemáticas que se colocavam naquele momento da história política do Brasil, se conservou, acima de tudo, até 1958, como um centro de altos estudos, afim de aplicar as categorias e os dados das ciências humanas a compreensão minuciosa da realidade brasileira.

O segundo momento do ISEB irá coincidir com o governo JK, quando o nacional-desenvolvimentismo se impor-se-ia como ideologia hegemônica. Talvez fosse este o período clássico do ISEB, um momento onde as representações do subdesenvolvimento foram interpretadas através de seminários, congressos, aulas e livros publicados. Este período também é marcado pela rica produção de seus membros, veículo pelo qual os intelectuais colocaram em circulação toda a síntese do desenvolvimento nacional.

De acordo com o isebiano Candido Mendes, essa segunda etapa enfrentada pelo ISEB, seria a antecipação da consciência do desenvolvimento.

[...] um período caracterizado pela antecipação da consciência do desenvolvimento sobre o seu acontecer, implicando pois, a supervalorização da ideologia como componente da prática social, período modelado pela heterogeneidade da representação englobante da nossa realidade, pela visão ambígua da intervenção do Estado sobre o processo de mudança, pelo primeiro reflexo, sobre a organização das classes trabalhadoras, do impacto conjunto da urbanização e da industrialização nacional (MENDES, apud TOLEDO, p. 23).

Já a terceira fase do Instituto foi marcada por muita instabilidade, e coincidiria com as reformas de base. A partir de então o ISEB passaria a ser acusado de abrigar

comunistas em seu reduto, devido as aproximação com as reformas de João Goulart, levando a seu fechamento em 1964, pelas forças do Golpe Militar.

Posto isto, consideramos que o ISEB se colocou como um centro catalisador das problemáticas de seu tempo, pois por meio dele foi possível representar as principais nuances que se apresentavam na política dos anos de 1950, agindo entre o passado e o presente, sem com isso deixar de projetar um futuro para seu país. Passado este, que para seus intelectuais seria “o velho”, como descrito por Sodré (1958). Já o futuro, como vimos, era a expectativa de um modelo de homem novo.

Assim, Concordamos com o historiador alemão Reinhart Koselleck (2006, p. 16) que, “à medida que o homem experimenta o tempo como um tempo sempre inédito, como um novo tempo moderno, o futuro lhe parece cada vez mais desafiador”.

E diante de tantos desafios, o ISEB se estruturou entorno de algumas estratégias político-pedagógicas, como cursos regulares organizados pelos departamentos de política, de economia, de história, de filosofia e de sociologia; conferências, cursos extraordinários, e publicações. Essas representações usadas pelos isebianos como mecanismo de poder foram fundamental na pretensão do ISEB, a de se tornar o palco da idealização do desenvolvimento nacional.

As representações idealizadas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros foram de suma importância para a circulação de seu projeto fundador, tendo em vista que todo o conjunto de práticas pedagógicas, somada as pesquisas, as teses defendidas pelos alunos, denotam que essas tinham como finalidade a compreensão crítica da realidade brasileira, seja no cruzamento povo/Estado, ou no cruzamento da política e da cultura em um diálogo obstinado com a educação.

1.3 - As Representações Entre o ISEB

O ISEB é entendido por nós como um espaço de práticas culturais, espaço de construção de identidades e formação de representações. Em seu conjunto, ele deve ser entendido como portador de discursos e práticas, que em um determinado tempo,

colocou em circulação um ideal de presente e futuro para o Brasil. Portanto, às práticas que foram sendo tecidas no ISEB, como produção cultural, foi fruto de aspectos presente nas relações que foram sendo estabelecidas cotidianamente entre diversos grupos e indivíduos.

Logo, devemos entender que a relação com o mundo social confere a um trabalho de clarificação e de delimitação, nas quais as realidades vão sendo construídas, assim como postulado por Chartier (1990):

[...] na verdade, o que se deve pensar é como todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de uma cultura, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado (CHARTIER, 1990, p.23).

Nesse sentido, a prática da escrita no interior do ISEB, teve por objetivo, fazer reconhecer uma identidade social, criando formas institucionalizadas com a finalidade de marcar a existência do grupo. E entendido a partir dessa perspectiva (institucional, social e cultural), o ISEB se colocou através de práticas específicas, produzidas a partir de uma instituição criada a partir dos anseios de um Estado em desenvolvimento, como também pelo clamor de uma sociedade sedenta por transformações profundas no campo social, cultural econômico.

A partir de uma perspectiva cultural, a escrita no ISEB foi fundamental para o entendimento do que estava sendo representado pelo Instituto, pois como explicou Chartier (2001), são as práticas que dão sentido ao mundo. “Dai a caracterização das práticas (...) como produtoras de ordenamento, de afirmações de distâncias e de divisões; daí o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretações” (CHARTIER, 1990, p.28).

De acordo com o dispositivo do artigo 3º, item II do decreto nº 45. 811, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros manteve um curso regular e promoveu cursos

extraordinários, bem como ciclos de conferências¹². Essas representações incluíam aulas, seminários, e trabalhos em grupos. O curso regular, por exemplo, teve duração de um ano letivo e era constituído pelas seguintes disciplinas: filosofia, história, ciências políticas, sociologia e economia.

O curso era dado a duas categorias de alunos, estagiários de tempo integral e estagiários de tempo parcial. A categoria de estagiários de tempo integral foi constituída por representantes de instituições ligadas ao governo, nos seus diferentes níveis, assim como também eram ministradas para a federação de trabalhadores, de empresários e alguns sindicatos. Participavam também, organizações estudantis, que cada vez mais passaram a se apropriar dos cursos ofertados pelo Instituto.

Consta ainda, no Relatório Sucinto de Atividades do ISEB, que entre o período de 1956 a 1960, foram ministradas um total de 1452 aulas e 332 seminários, das quais se destacou a disciplina de Filosofia como a mais lecionada dentro dos cinco anos apontados, sendo o professor Álvaro Vieira Pinto o intelectual mais presente em sala de aula.

O Relatório ainda destaca a relação dos grandes temas de pesquisas ministradas pelos professores, no mesmo período, apontando os temas mais recorrentes da disciplina de história, como sendo: a) *História da população*; b) *Formação da consciência burguesa*; c) *Formação da consciência rural*; d) *História da classe média*; e) *História dos partidos políticos*; f) *a vida moral no Império*; g) *o progresso técnico e suas repercussões na cultura nacional*.

Vale ressaltar, que as aulas realizadas entre os anos de 1956 e 1957, foram ministradas no auditório do Ministério da Educação e cultura (MEC). Isso porque até o ano de 1957 o ISEB ainda não possuía sede própria, sendo esta inaugurada em agosto de 1958, na rua das palmeiras, em Botafogo, Estado do Rio de Janeiro, onde suas atividades passaram a ser realizadas até o fechamento do Instituto, no ano de 1964, pelas forças do Golpe Militar.

¹²Relatório Sucinto das Atividades do ISEB, de janeiro de 1956 a novembro de 1960. Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. Arquivo INL (Instituto Nacional do Livro): (52, 30, 49).

É interessante notar que com a inauguração da nova sede do ISEB, os intelectuais passaram a gozar de um novo espaço de circulação de representações, vislumbrando novas possibilidades e assumindo em definitivo suas posturas como sujeitos engajados. A seguir, podemos acompanhar, através do relatório, o registro do encerramento do curso regular.

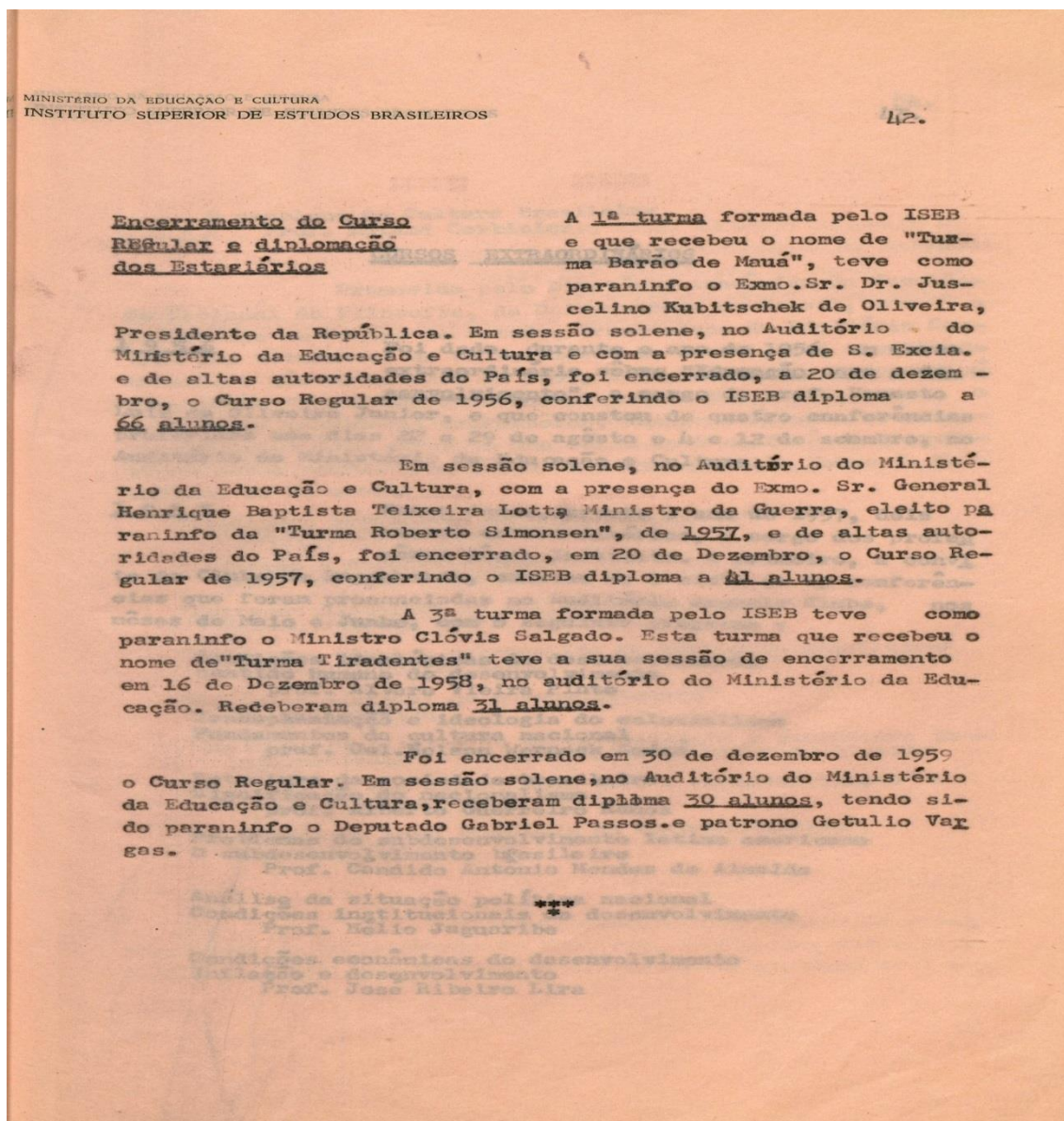


Imagem 5 – relatório de encerramento do curso regular (1956-1959). Disponível na Biblioteca Nacional.

As representações presente no ISEB, também contaram com cursos extraordinários, tendo essas atividades pedagógicas o intuito de apontar os percalços que impediam o desenvolvimento do país. Isso quer dizer, que a educação isebiana foi

convocada como protagonista principal para exercer seu papel de agente de transformação social, econômica, e política de um país, sendo destacado na aula inaugural do Instituto, em 1956, proferida pelo filósofo e professor Álvaro Vieira Pinto:

Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar da consciência nacional, caracterizada por inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de existência, torna-se indispensável criar um novo conceito de educação, como parte essencial daquele projeto, e condição do seu complexo êxito. (PINTO, 1960, p.43).

Nesse mesmo ano, uma série de cursos passou a ser ministrado pelo ISEB, com a finalidade de cumprir com sua principal tarefa, a de fazer deste Instituto um espaço de circulação de representações. Para se ter uma visão mais ampla da importância das representações entre o ISEB, em 1956 um curso cujo o tema fora “*educação para o desenvolvimento*”, sob a responsabilidade do professor Ernesto Luiz de Oliveira Junior, contou com quatro conferências realizadas entre os meses de agosto e setembro, no auditório do MEC.

Enquanto que em 1957, foram realizados mais dois cursos extraordinários, sob a tutela dos professores Álvaro Vieira Pinto, versando acerca das *condições do desenvolvimento* e o *sentido humano do desenvolvimento*, respectivamente. Werneck Sodré, por sua vez, liderou uma conferência sobre *a ideologia do colonialismo e os fundamentos da cultura nacional*.

Guerreiro Ramos, problematizando acerca da *estrutura da sociedade brasileira*; Candido Mendes discutindo sobre *os problemas do subdesenvolvimento latino-americano* e por fim, o professor Hélio Jaguaribe, discutindo a situação política nacional, em *condições institucionais do desenvolvimento*, fecharam o ciclo de 1957.

Em 1958, a cargo do professor Guerreiro Ramos, chefe do departamento de sociologia, foi ministrado um curso de cinco conferências sobre os *problemas metodológicos de uma sociologia brasileira*. Tendo no ano de 1959, o ISEB, realizado

um curso extraordinário para lideranças universitárias, entre os meses de maio e junho, contando com 276 estudantes presentes em seu auditório.

No ano de 1960, teve o ISEB os seguintes cursos sobre problemas brasileiros. a) *Brasília e o desenvolvimento nacional*; b) *problemas de mudanças para Brasília*; c) *Brasília, marco histórico de criação de uma cultura mediterrânea*; d) *arquitetura e urbanismo em Brasília*; e) *problemas econômicos e técnicos da construção de Brasília*; f) *aspectos sociológicos e econômicos da mudança da capital*; g) *aspectos institucionais da mudança da capital*; h) *a significação geopolítica de Brasília*; i) *Brasília e o desenvolvimento nacional*.

De acordo com Maria Teresa Cavalcanti,

[...] para o ISEB, o estudo, o ensino e a divulgação do projeto de desenvolvimento do país se apoiava em alguns princípios, como a concentração de esforços no estudo, na pesquisa e no planejamento de tudo que se relacionasse com a realidade brasileira. Busca e concentração em um conhecimento histórico do país e investimento numa abordagem metodológica voltada para as especificidades nacionais (CAVALCANTI, 2006, p. 225).

Posto isto, Cavalcanti (2006) afirma que a educação no ISEB foi uma estratégia política, resultado de uma reflexão interna do grupo isebiano, em função dos objetivos a serem alcançados:

[...] objetivos esses que, se num primeiro momento estavam focados no estudo, no ensino e na divulgação das problemáticas presentes na realidade brasileira, num segundo momento, complementam-se no estudo, no ensino e na divulgação de algo que tinha um valor político estratégico, a ideologia de um projeto de desenvolvimento para o país (CAVALCANTI, 2006, p. 226).

“Já para Alzira Alves de Abreu, os cursos, conferência e publicações no ISEB serviram para influenciar os centros responsáveis pelas decisões estratégicas do desenvolvimento, sendo persuasão e argumentação às técnicas de intervenção

escolhidas para atingir esses setores” (ABREU, 2007, apud FERREIRA & REIS, p. 417).

No entanto, para nós, essas estratégias político-pedagógicas fazem parte da força das representações, presentes no dia a dia do Instituto, como forma de clarificação política e social do Brasil daquele tempo. Como parte dessas representações, entre os anos de 1956 a 1960 foram publicadas e colocadas em circulação, um total de 27 obras escritas, como consta registrado no Relatório do ISEB.

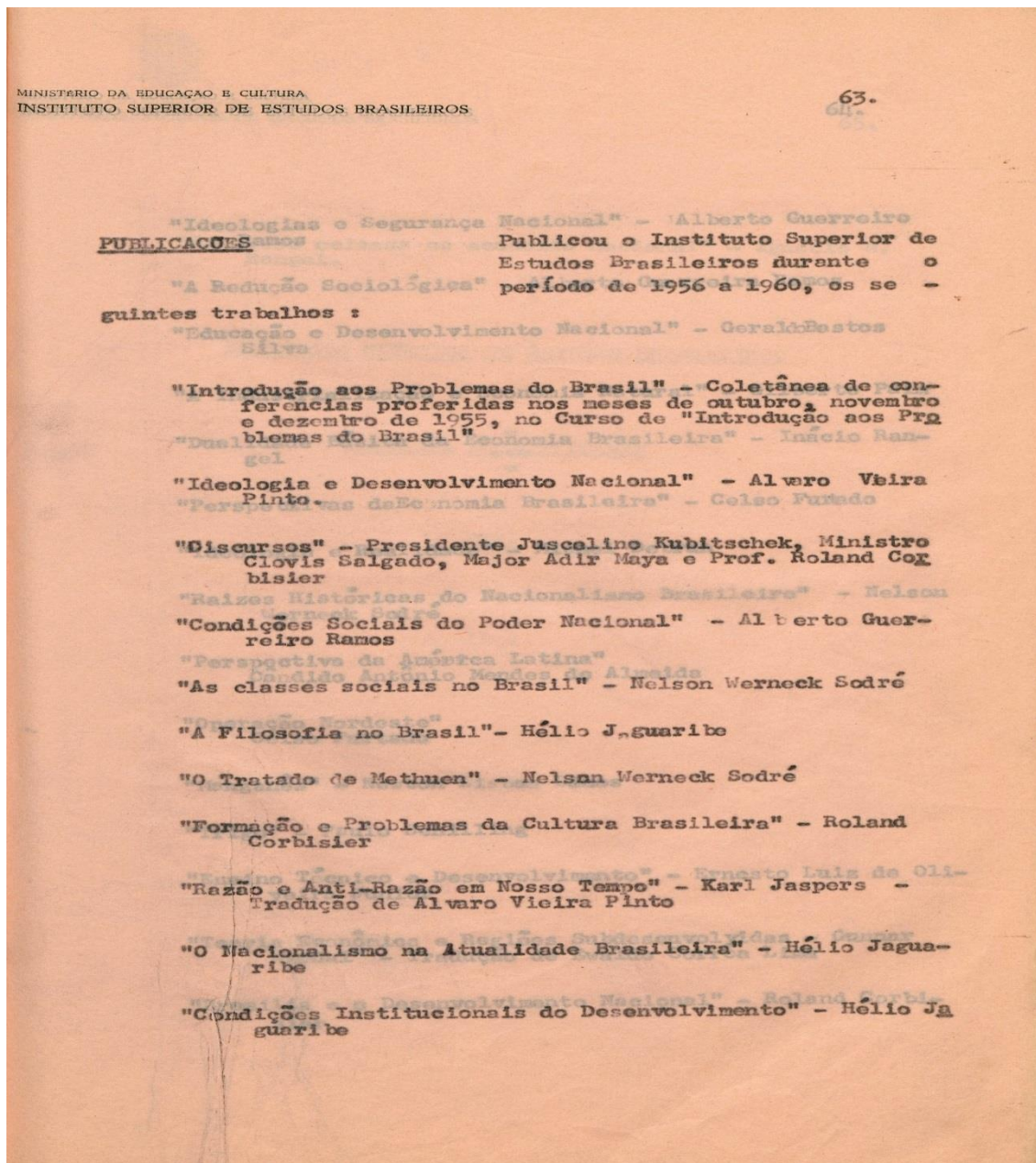


Imagem 6 – publicações realizadas entre 1956 e 1960. Disponível na Biblioteca Nacional.

- "Ideologias e Segurança Nacional" - Alberto Guerreiro
Ramos
"Recursos ociosos na economia nacional" - Ignácio M.
Rangel.
- "A Redução Sociológica" - Alberto Guerreiro Ramos
- "Educação e Desenvolvimento Nacional" - Geraldo Bastos
Silva
- "A Industrialização e Economia Natural" - Gilberto Paim
- "Dualidade Básica da Economia Brasileira" - Inácio Ran-
gel
- "Perspectivas da Economia Brasileira" - Celso Furtado
- "Ideologia e Realidade" - Michel Debrun
- "Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro" - Nelson
Werneck Sodré
- "Perspectiva da América Latina"
Candido Antônio Mendes de Almeida
- "Operação Nordeste"
Celso Furtado
- "Manganês" - Newton Lisboa Lemos
- "Trigo" - Paulo Schilling
- "Ensino Técnico e Desenvolvimento" - Ernesto Luiz de Oli-
veira Junior
- "Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas - Gunnar
Myrdal" - Tradução de Ewaldo Correa Lima
- "Brasília e o Desenvolvimento Nacional" - Roland Corbi-
sier

Imagem 7- Representações do subdesenvolvimento através de publicações. Disponível na Biblioteca Nacional.

Essas obras publicadas, em parceria com MEC, circularam contendo todo arcabouço teórico do desenvolvimento, presente nos anos do Instituto. Elas foram escritas, sobretudo, pelos professores do ISEB, e faziam parte do levantamento empírico suscitado pelos departamentos de história, de política, de sociologia, de filosofia e de economia, sendo seus temas norteados pelos principais problemas que o Brasil havia de enfrentar na luta pelo desenvolvimento do País.

Vale ressaltar que essa construção social, realizada por intermédio do ISEB, através de seus escritos, dizia respeito às representações pela qual os intelectuais mantinham relações de aproximação entre o povo e o Estado, sendo ponto chave para as interpretações do subdesenvolvimento no interior do Instituto.

Portanto, foi através desse conjunto político-pedagógico (representações), que os intelectuais do ISEB elaboraram ideias sobre como romper com a real situação política e social do país, traduzidas através da escrita, dos discursos e das práticas sociais, que não somente qualificou o Brasil de seu tempo, como também orientou olhares e percepções sobre essa realidade, dita subdesenvolvida.

Essa ação que teve o ISEB de representar o país através de aulas, conferências e publicações, como demonstrado por nós até aqui, compôs o principal desafio de seus intelectuais, caracterizado pelo conjunto de práticas que eles mesmos passaram a construir, dando significado aos aspectos socioculturais do Brasil, qualificando e formando socialmente as distintas maneiras de vislumbrar as realidades postas na política dos anos 50.

Entendemos que foi a partir do real socialmente construído, e isso se deu através da força das representações, que os isebianos criaram os espaços de representações para atuarem diretamente nele, e por ele. Seu imaginário político constituiu-se a partir dos planos político-pedagógicos traçado por seus intelectuais, passando a existir e ter força a partir das comunidades de interpretação, através do processo de intervenção no real vivido, que a construção social das representações foi tecendo em seu interior.

De acordo com Pesavento (2005, p.12), “as representações são a presentificação de uma ausência, em que representante e representado guardam entre si relações de aproximação e distanciamento”. É interessante ressaltar, que pensar as representações presentes no/do cotidiano do ISEB, é enxergar um passado redimensionando pelas marcas e traços que este Instituto deixou, através da própria escrita, e reordenada através de seus intelectuais.

Muitos efeitos das representações contidas no ISEB serviram como forma de alargamento dos ideais de um Brasil desenvolvido, como forma de diálogo interdisciplinar com novos interlocutores. Por outro lado, as representações colocaram em prática o *modus operandi* de um Instituto decidido em intervir diretamente em seu tempo.

Outro fato importante, é lembrar que as representações do subdesenvolvimento presentes no ISEB, figuraram como portadoras de significados, senso construído e descoberto por aqueles que pensaram o desenvolvimento do país, estabelecendo significados e correlações com a política brasileira.

Nessa instância de percepções do mundo social, o ISEB qualificou, através de um conjunto de práticas, os sentidos de estar e intervir num determinado tempo histórico, conferindo sentido aquilo que Chartier (1990), designou como sendo a irredutibilidade das maneiras de trazer as realidades que se descrevem e se organizam.

Portanto, as representações alçadas no ISEB, foram fruto de um ato de criação e de invenção da realidade, que culminou em uma interpretação da experiência no vivido, ao mesmo tempo social, político, e histórico. Essas representações, sentidas e partilhadas, gerou uma condição de ambivalência no centro do ISEB, a de ser a coisa representada em si mesma, permitindo a identificação das principais nuances que dificultavam naquele determinado tempo vivido, o rompimento com o “velho”, em direção ao “novo”, como abordado por Sodré (1958).

Sendo assim, entender o campo político-pedagógico do ISEB passa pelo rastreamento dos indícios deixados pelas representações, e os significados atribuídos às próprias representações como práticas sociais, em circulação no interior do Instituto,

figuradas pelo amplo conjunto de atividades oferecidas pelo mesmo, como forma de intervir no subdesenvolvimento.

Dessa forma, as representações, bem como as práticas sociais, defendidas e assumidas no ISEB, foram tomadas por nós, “como materialidades constituintes do social, no Brasil dos anos 50”. Desse modo, as representações em circulação pelo Instituto devem ser apreendidas como algo hegemônico, visto que diferentes comunidades interpretativas partilhavam teorias e metodologias distintas umas das outras naquele momento.

Por isso, não é difícil identificar forças de resistência no campo político, através das práticas exercidas pelo ISEB, da mesma forma que houve, também, articulações de resistência simbólica pelo Instituto, como foi o caso das representações do subdesenvolvimento como um projeto de educação. Portanto, o que se evidenciou nesse período, foi à possibilidade da existência de diferentes culturas políticas no interior de uma mesma comunidade, disputando cada um a seu modo uma legitimidade no campo político.

Nessa perspectiva, os signos e símbolos contidos nas representações do subdesenvolvimento, postas a circular através do ISEB, assumiram várias interpretações, culminando em uma luta simbólica por reconhecimento e legitimação no campo político. Isso porque, segundo Chsrtier:

A noção de apropriação pode ser, desde logo, reformulada e colocada no centro de uma abordagem de história cultural que se prende com práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas (...) tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais, que são sociais, institucionais e culturais, inscritas nas práticas específicas que as produzem. Conceder desse modo, atenção às condições e aos processos que, muito concretamente, determinam as operações de construção do sentido (CHARTIER, 1990, p. 26-27)

É possível observar como Chartier (1990) já havia denunciado para as várias abordagens do real, desenvolvidas no seio de determinada sociedade, a partir da investigação das representações e práticas que cada grupo articula para interpretar o

mundo que vivem. Logo, é pertinente pensar, que a materialidade composta no conjunto político-pedagógico caracterizado pelo ISEB, guiada pela força das representações, foram figuradas não apenas por espaços e objetos, más também por formas de sociabilidades, que denunciavam aos vários grupos como agir, como codificar e interpretar o mundo social que estavam inseridos.

Como estrutura dinâmica, o ISEB foi constituído por uma dimensão tangível, perceptível nas práticas e representações sociais que delimitaram as formas de ver e viver os processos políticos do Brasil, estendendo e amplificando os espaços de sociabilidade, e informando aos grupos, os meios possíveis de ação, afim de codificar e interpretar o processo de transição política, social e educacional brasileira.

Deste modo, todo arcabouço de atividades desenvolvidas no ISEB, teve o objetivo de construir pontes para o desenvolvimento do país, contribuindo assim com o propósito de transformação da sociedade de seu tempo. Em vista disso, a propagação das atividades realizadas pelo Instituto, entendidas por nós, como representações do subdesenvolvimento, foram cruciais para a divulgação daquele projeto de educação.

Logo, consideramos que essas representações para o desenvolvimento (aulas conferências, publicações, entre outras atividades que faziam parte da pedagogia do ISEB), é parte do engajamento de intelectuais decididos em intervirem no processo de mudança da nação. Por conseguinte, as representações entre o ISEB devem ser entendidas pelo conjunto político-pedagógico assumidas pelo Instituto, como práticas sociais, pois assim, nos colocamos de acordo com Chartier (1990), que tangencia que as percepções do mundo social produzem estratégias e práticas.

Sendo assim, devemos considerar que as atividades assumidas pelo ISEB, como símbolo de um projeto de desenvolvimento, foram à tradução de estratégias de disciplinas lecionadas no centro do Instituto, que orientavam as pesquisas desenvolvidas a partir de seus intelectuais, buscando uma saída possível para o quadro político-social vivenciado pelo país.

Outro ponto bastante interessante, é notar que o ISEB, apesar de não ter possuído título de Universidade, visava à apropriação de uma nova legitimidade

científica, apoiada no ensino, na pesquisa e na divulgação das ciências sociais, sob a égide de uma comunidade intelectual que fortalecia e muito seu domínio institucional.

Assim sendo, inferimos que as representações do subdesenvolvimento, como matrizes de escrita e de práticas diversas no interior do ISEB, foram se tornando reais na medida em que passaram a comandar atos, como símbolo de construção do mundo social em que os intelectuais estavam inseridos. Nesse aspecto, Roger Chartier nos chama a atenção, ao descrever que:

[...] será necessário identificar como símbolos e considerar como simbólicos todos os signos, atos ou objetos, todas as figuras intelectuais ou representações coletivas graças às quais os grupos fornecem uma organização conceptual ao mundo social ou natural, construindo assim a sua realidade apreendida e comunicada? (...) como uma função mediadora que informa as diferentes modalidades de apreensão do real, quer opere por meio dos signos linguísticos (...), a tradição do idealismo crítico designa assim por forma simbólica, todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação (CHARTIER, 1990, p.19).

Por isso, compreendemos como representações, os símbolos que constroem o mundo social. E nesse aspecto, o ISEB se mostrou como um poderoso instrumento de conhecimento e de apresentação pública dos problemas ligados ao subdesenvolvimento brasileiro, conhecimento este, notadamente divulgado através das representações em salas de aula através de seus intelectuais (ou através de conferências realizadas), como também pelos livros publicados e postos a circular, formando assim uma modalidade que permitiu definir o ISEB como um centro de representação social.

Em síntese, é interessante notar, a distinção fundamental entre a representação (o ISEB), e o representado (o subdesenvolvimento). Sob essa ótica, “a coisa em si” não existe até que seja exibida. Portanto, a prática do subdesenvolvimento como representação, levou através do conjunto político-pedagógico divulgado pelo ISEB, a uma reflexão sobre o *modos operandi* de intervenção da realidade posta no Brasil daquele tempo.

Em suma, Considerar as representações entre o ISEB como a pedra angular das práticas políticas e pedagógica, requer a compreensão de que, qualquer processo de construção da realidade parte das relações entre o espaço de representações e o mundo

representado. Por outro lado, O ISEB deve ser entendido como parte do processo de construção das representações, sempre levando em consideração, como bem destacou Chartier (2007), que as representações possuem energia própria, capazes de gerir, por si só, o mundo social.

Sendo assim, múltiplas foram às formas no ISEB, que nos permite apontar a força das representações naquele momento do passado, como “as apropriações das linguagens, o uso metafórico ou material nos cursos regulares oferecidos pelo Instituto, às conferências públicas, entre tantas atividades educacionais que ali circularam”. Dentre as realidades que circularam no ISEB, figuraram as representações do passado, representações essas, que nos dizeres de Chartier (2007), tornam o passado contemporâneo.

Assim, o ISEB foi um espaço de práticas complexas e múltiplas, que caracterizaram e constituíram o Brasil como um espaço de representações político-pedagógicas; afirmações e divisões internas/externas; e de apropriações culturais como formas diferenciadas de interpretação do campo social. Entender essas relações, que se entrelaçam, exige que se tenha em vista as especificidades de um espaço de transmissão cultural bem demarcado entre o social e o cultural, e entre o político e o pedagógico, sendo reflexo de si as representações.

Capítulo 2 - Geração de Intelectuais

A geração de intelectuais advindas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) foi, provavelmente, responsável pelo desenvolvimento de um pensamento novo em seu tempo, ao correlacionar à realidade brasileira com a universal, visando através de representações como aulas ministradas, publicadas e postas a circulação, inserir a sociedade no discurso político do desenvolvimento nacional. Desse modo, devemos recordar Sirinelli (2003), que ressalta ser necessário levar em consideração os efeitos da idade e os fenômenos de geração dos intelectuais.

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais, já que um intelectual se define por referência a uma herança, como legatário ou como pródigo, quer haja um fenômeno de

intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa (...), além disso, e por essa razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxinômico (...), as repercussões do acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. (SIRINELLI, 2003, p.255).

Sendo assim, como posto por Sirinelli (2003), a questão da relação entre o intelectual e a política, conduz a reflexões acerca da responsabilidade social do intelectual, girando entorno da necessidade de identificação do campo político e cultural que esses sujeitos da ação estão inseridos em determinado tempo.

Posto isto, ao representar o subdesenvolvimento na década de 1950 com vistas a elaborar um novo modelo de homem, a ser formado através de um projeto de educação, a geração do ISEB agiu através do Instituto, transmitindo opiniões e visões de mundo, no intuito de formular um ideal de futuro para o Brasil de seu tempo, como bem ressaltou o professor e filósofo do ISEB, Vieira Pinto (1960):

O desenvolvimento implicava a existência de uma consciência social, isto é, a comunidade, em dado momento de sua evolução, deveria perceber a necessidade imperiosa de solucionar seus problemas, era essencial um esforço coletivo para a formulação do projeto de desenvolvimento e, este deveria significar uma qualitativa dos bens e serviços oferecidos à comunidade (PINTO, 1960, p.).

Essa geração do ISEB, por sua vez, criou uma representação de intelectual não só pela participação em grupos de discussões historiográficas e política, más, principalmente, por ter colocado em circulação uma vasta produção intelectual, dando voz a um sujeito silenciado historicamente na política brasileira, “o povo”. Para Pécaut (1990, p. 107), “muito mais que uma simples promessa de ideias foi uma perspectiva que parecia confirmar a entrada em cena do povo como protagonista político”.

Esse intelectual isebiano, ao denunciar as massas como parte importante do desenvolvimento econômico, cultural e social do Brasil, acabou se diferenciando de outra geração de intelectuais, vivida entre 1920 e 1945 no Brasil, que esteve, sobretudo, inclinada no fomento de um ideal de nação vista a partir do Estado, e pelo Estado. Isso

porque, os intelectuais da primeira geração, segundo Pécaut (1990), tiveram que assumir a ideologia de Estado, devido ao momento histórico vivido pelo país naquele momento:

A expressão ideologia de Estado tem, portanto, o mérito de ressaltar que o Estado, e não a sociedade civil se apresenta como agente da construção nacional. Essa convicção não foi de todo inovadora, já estava difundida no Século XIX, e Alceu Amoroso Lima não fez mais que endossá-la ao afirmar que em toda a história do Brasil, o poder público não é apenas o reflexo do povo e sim o orientador, o guia, o verdadeiro formador do povo (PÉCAUT, 1990, p. 45).

Nesse ponto, vale destacar Sérgio Miceli (2001), que discorre a cerca da dependência dos intelectuais frente ao Estado.

Em muitos desses postos os intelectuais prestam serviço estritamente burocráticos e que não guardam, por vezes, nenhuma relação com o trabalho intelectual como tal, que continuam a desenvolver paralelamente às suas atividades funcionais; em outros casos, os laços entre uma e outra atividade permeiam a própria definição do trabalho intelectual. De qualquer maneira, instaura-se uma situação de dependência material e institucional que passa a moldar as relações que as clientelas mantêm com o poder público (MICELI, 2001, p. 215).

Aqui, passamos a evidenciar um contraste radical entre as gerações de intelectuais dos anos 20/40 e dos anos 50/60, do efervescente século XX, ou seja, a visão que direcionavam ao povo e o lugar que estes desempenhariam na cultura política brasileira. Basta tomarmos como referência, que na primeira metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 30, o povo foi descrito como destituído de qualquer identidade política pelo Estado e pelas classes dirigentes, fato recordado na tese de Martini (2008).

Existe uma tradição no que se referem à história política no Brasil, que se assenta na ausência de participação popular nos episódios marcos na vida social (...), até certo ponto isso é compreensível que o “povo” tenha se feito ausente nos momentos cruciais de nossa história, uma vez que por nossa tradição de país colonizado por séculos, tenha havido uma hipertrofia da sociedade política em relação à sociedade civil (MARTINI, 2008, p. 8).

Cabe frisar, também, que ao se identificarem com as elites dirigentes das primeiras décadas do século XX, os intelectuais dessa primeira geração, irão concordar, mesmo que parcialmente, com a visão desses dirigentes, a cerca do lugar ocupado pela sociedade civil na política brasileira, pois como recordado por Miceli (1979, p. 61) “a maioria dos jovens intelectuais (...) estavam desorientados, carentes de apoio político e sem perspectiva de enquadramento profissional e ideológico”.

Das figuras de intelectuais anteriores a Getúlio Vargas, como descritas por Antônio Marques do Vale (2006), e que diagnosticaram com certo acerto os males nacionais, cabe mencionar em especial Carneiro Leão, Gilberto Amado e Oliveira Viana, isso sem perder de vista sujeitos como Martins de Almeida, Azevedo Amaral e Virgínio Santa Rosa, que perpassaram todo o período que ficou conhecido como getulista (1930-1945), engajados em ideais estadistas. De acordo com Guerreiro Ramos (1957):

[...] dos esforços de tais intelectuais não resultou a formulação de uma ideologia orgânica de realidade nacional que refletisse a direção dominante do processo de desenvolvimento da sociedade brasileira; não obstante, a teorização política se tornou cada vez mais ponderável de 1937 até a década de 1950, com o merecido destaque para os papéis positivos da Segunda Grande Guerra (RAMOS, 1957c, p. 69).

Ora, se houve alguma dúvida quanto à consciência política das massas por parte desses sujeitos da ação, bem como quanto ao papel que esses desempenharam na política brasileira, nos anos 30/40 do século passado, essa dúvida desapareceu a partir da geração do ISEB, já que para esses, as massas haviam alcançado o limiar da consciência política nacional, como bem expressou Vieira Pinto (1960):

Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar da consciência nacional, caracterizada por inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de existência (...), as gerações em crescimento deverão ser preparadas para a compreensão do seu papel histórico, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro (PINTO, 1960, p.43-44).

Já em aula inaugurou do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em

1956, Vieira Pinto destaca a cerca do cenário vivido no Brasil daquele tempo, com bastante entusiasmo. “Jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquietante a realidade brasileira” (PINTO, 1956, p. 11). Do Mesmo modo o Sociólogo e Professor do ISEB, Guerreiro Ramos aponta que,

Desde que se configurou no Brasil um processo de industrialização em alto Nível (...) converteu-se o espaço nacional num âmbito em que se verifica um processo mediante o qual o povo brasileiro se esforça em apropriar-se de sua circunstância, combinando racionalmente os fatores de que dispõe, o imperativo suscitou a consciência crítica (RAMOS, 1958, p. 20).

Roland Corbisier (1960), por sua vez, afirmara: “A tomada de consciência de um país por ele próprio é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial” (CORBISIER, 1960, pag. 41). Complexo este, que para o iseibiano, se realizaria através da conversão das massas em sujeitos de transformação social, política e cultural do país.

Cumpri-nos aqui ressaltar, que essa visão de mundo de duas gerações distintas de intelectuais oriundos do século XX, (dizemos aquela alinhada ao projeto de Estado-nação entre 1920/45, e aquela inclinada ao povo nos anos 50/60), tinha como principal reverse o papel que desempenharia o povo. Este, a nosso ver, é o grande ponto de ruptura entre dois grupos de intelectuais brasileiros engajados em problemáticas políticas distintas uma das outras. Todavia, o que aproximava ambos os grupos, era sem dúvida o papel de sujeitos da ação, caracterista una de “ser” do intelectual.

Acerca daquele contexto político vivido nos anos do ISEB, recorda Marcelo Ridenti:

[...] a valorização do povo não significava criar utopias anticapitalistas passadistas, mas progressistas; implicava o paradoxo de buscar no passado, as raízes populares nacionais, as bases para construir o futuro de uma revolução nacional modernizante que, ao final do progresso, poderia romper as fronteiras do capitalismo (RIDENTI, 2010, p. 146).

A questão da identidade nacional e política do povo brasileiro estiveram em

dado momento, recolocada pela geração do ISEB. Isso porque, os intelectuais buscavam ao mesmo tempo, recuperar suas raízes e romper com o subdesenvolvimento, valorizando, acima de tudo, a vontade de transformação, e a ação de construir um novo modelo de homem para a sociedade, como um projeto de educação a ser fundado a partir da diferença.

É imprescindível notar, que a geração surgida no interior do ISEB (1955-1964), se formou através da diferença, traço marcante dos intelectuais presentes no Instituto. Roland Corbisier (1914- 2005), um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), *lecionou Introdução Geral à Filosofia de Hegel* antes de se tornar diretor do ISEB em 1956.

Seu posicionamento político tinha como preocupação fundamental o avanço dos princípios liberais na política brasileira. Dizia ele, de acordo com Vale (2006): “Não há propriamente história, mais pré-história do Brasil (...), não tínhamos consciência de nós mesmos, não sabíamos o que éramos, não nos conhecíamos, éramos um subproduto, um reflexo da cultura europeia” (CORBISIER, 1958, p.45, apud Vale 2006).

Já Alberto Guerreiro Ramos (1915- 1982)¹³ foi militante do Movimento Integralista¹⁴ antes de ingressar no ISEB, onde chefiou o Departamento de Sociologia. Ramos canalizou suas energias intelectuais a partir de uma vasta produção bibliográfica, sustentando, ainda de acordo com Vale (2006, p.39), “que a sociologia devia ser um instrumento de construção nacional”.

Hélio Jaguaribe, por sua vez, antes de fundar o ISEB em 1955, instituiu o Instituto Brasileiro de Sociologia e política (IBESP), criando a *revista Cadernos de Nosso Tempo*, ferramenta importante na divulgação de um ideário de Brasil desenvolvido por parte dos intelectuais. Jaguaribe foi protagonista da primeira grande crise ocorrida no interior do ISEB, que culminou com sua saída por defender a entrada de capital estrangeiro no país. Entre consensos e dissensos defendeu a liberdade de cátedra no interior do Instituto.

¹³ A trajetória intelectual dos isebianos históricos pode ser constatada na obra de Antônio Marques do Vale, conhecida como: *O ISEB, os Intelectuais e a Diferença*; “Um diálogo teimoso na educação”.

¹⁴ Fundado por Plínio Salgado em 7 de outubro de 1932, inspirado em um movimento tradicionalista de Portugal, o Integralismo Lusitano, também sofreu fortes influências do fascismo italiano.

[...] A intenção era encontrar uma formulação epistemológica, encaminhada, sobretudo para as ciências sociais (...). Havia também um começo daquilo que se tornou uma das orientações do ISEB: a vontade de compreender a correlação entre uma visão geral da cultura universal e a problemática brasileira em sua especificidade, o intelectual brasileiro não poderia fugir à especificidade de seu país, nem, a partir dela, pensa que poderia compreender as coisas com desprezo e ignorância das categorias da cultura universal (JAGUARIBE apud TOLEDO, 2005, p. 31).

Já Candido Mendes, que ao lado de Jaguaribe inaugurou o ISEB, teve sua vida intelectual marcada por uma vasta produção acadêmica. Antes de assumir o Departamento de História e de Política no ISEB doutorou-se em Direito na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Dizia Ele, referindo-se ao objetivo do ISEB:

O intento da Rua das Palmeiras nascia de um primeiro referencial de época fundadora, à busca, de fato, de nosso “ser de nação” (...). Conjugava-se para Instituto a tarefa de um “que fazer” com a efetiva militância do intelectual como tal, com toda a condição objetiva que o fim da Segunda Guerra permitia, de conjugar-se a industrialização brasileira com um começo de busca do mercado interno do país (MENDES, apud TOLEDO, p.13).

A diferença, traço marcante no ISEB, se completou em Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), filósofo que representou por muitos anos a Faculdade Nacional de Filosofia (FINF), antes de chefiar o departamento de filosofia no ISEB. Dessa geração de intelectuais, Vieira Pinto foi sem dúvida, o intelectual que sofreu maior impacto no interior do Instituto.

Habitado a lecionar Sócrates na FINF, para um público reduzido, ele se viu diante das salas sempre lotadas no interior do Ministério da Educação (MEC), onde as aulas do ISEB eram realizadas, com jovens intelectuais com forte inclinação ao marxismo. Ali se converteu a um pensamento de esquerda e impactou intelectuais de outras gerações, tais como Dermival Saviani e Paulo Freire. Foi ele, também, o intelectual que mais ergueu à bandeira da educação no ISEB, ao atrelar o desenvolvimento nacional à educação das massas.

[...] ora, o que determina a ação deliberada é a ideia presente na consciência de cada homem; vemos, assim, que a possibilidade de superação da antinomia democrática, e, portanto, de promoção do desenvolvimento nesse regime político, depende da presença das ideias e do grau de clareza das consciências (...). Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia (PINTO, 1960, p. 24 – 44).

Outro intelectual muito marcante no ISEB foi Werneck Sodré (1911-1999). Marxista convicto foi incansável nas análises dos problemas brasileiros, sobretudo aqueles que ele mesmo convencionou a denominar de imperialismo estadunidense no Brasil. Dono de uma vasta obra, dentre elas *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, a qual traça um panorama entre o colonialismo brasileiro, segundo ele bastante presente no decênio de 1950 no Brasil, Sodré ingressou na Escola Militar de Realengo, formando-se oficial do exército antes de ingressar no ISEB para lecionar história do Brasil.

Seu posicionamento de esquerda logo seria o estopim das rupturas provocadas nas forças armadas, abrindo caminho para outra grande paixão, a carreira de historiador. Suas publicações revelam uma dívida com o passado, que condicionava a cultura brasileira de seu tempo: “as ações repressivas que constituem uma das faces da atual situação brasileira variam segundo a conjuntura (...) em que as atividades culturais seriam colocadas novamente sob a mira dos repressores” (SODRÉ, apud TOLEDO, p. 86).

Fato é que entre dissensos e consensos, posicionamentos teóricos e formações acadêmicas distintas, algo se revelava entre os intelectuais do ISEB, e era justamente o fato de que havia uma massa em movimento no Brasil, o povo, capaz de desempenhar papel central no presente/futuro do país. A partir de então, caberia ao intelectual iseibiano elevar a consciência política nas massas. Como bem observou Pécaut (1990, p. 181), “esses intelectuais apresentam-se como povo e querem ser povo”.

Ainda concordando com Pécaut (1990), a partir de 1950, e, sobretudo de 1955, ano da fundação do Instituto, os intelectuais do ISEB estiveram seguros de ter vocação para desempenhar, como categoria social específica, um papel decisivo nas mudanças políticas, “porém, muito mais ainda que seus predecessores reivindicassem o título de

*intelligentsia*¹⁵, pois a partir de então, inclinam-se decididamente para o povo (...)” (PÉCAUT, 1990, p. 103).

Essa inclinação para o povo, a qual Pécaut (1990) destaca, é de suma importância para nosso entendimento à cerca da geração do ISEB, por caracterizar forte ruptura com a ação dos intelectuais da primeira geração que se engajaram nas problemáticas do Brasil até os anos de 1945, ano marcado por um clamor bastante acentuado entorno da redemocratização do país, devido ao fim do Estado Novo, e a inevitável queda de Getúlio Vargas após quinze de poder.

É importante ressaltar que, na primeira metade do século XX, os dirigentes do Estado brasileiro estiveram, sobretudo, envolvidos na construção de uma representação acerca da identidade nacional da nação, que naquele dado momento da história seria de suma importância para consolidação de um “Estado forte” e intervencionista, que por sinal acabou sendo característica marcante do movimento integralista fundado por Plínio Salgado.

Temos também, outro ponto que pode ter levado os intelectuais dessa primeira geração (1920-1945), a se inclinarem a um discurso de Estado, com base em Pécaut (1990), “o pessimismo”. Isso teria se dado devido à desorganização do social, multiplicada pelas ideologias anárquicas, que sem dúvida colocaram o Estado em xeque, ao propor um novo modelo de governança sem a sombra estatal.

Fato é que à geração de intelectuais do ISEB inaugurou algo novo nas relações entre Estado e povo, quando comparada com a primeira geração de intelectuais, pois creditou nas massas o papel de protagonistas do desenvolvimento nacional.

É dessa forma que Alzira Alves de Abreu em sua tese de doutoramento¹⁶, a cerca do ISEB, aponta que a função dessa geração foi o coroamento de várias iniciativas por parte de intelectuais desejosos em contribuir para a definição de um projeto coerente de

¹⁵ Esse termo teve origem na Rússia, nos primeiros anos do século XX, e evidência um grupo de intelectuais russos pensando a nação, logo após a Revolução de 1917.

¹⁶ A tese de Abreu, intitulada de *Nationalisme et Action Politique au Brésil: Une Étude sur l'ISEB*, foi defendida em 1975, na *Universidade René Descartes-Paris*, não sendo traduzida para o Português, o que resulta em um trabalho bastante cansativo de tradução de partes desse trabalho, por parte do pesquisador interessado em pesquisas que privilegiam o ISEB.

desenvolvimento econômico, político e social para o país, por ser o ISEB.

[...] um núcleo de intelectuais dispondo de um estatuto oficial e convidados pelo próprio poder, senão para intervir diretamente na gestão política econômica, pelo menos para participar da construção da nova legitimidade, colocando-se a serviço da criação da síntese nacional-desenvolvimentista, ressaltando-lhes o alcance político e social (ABREU, 1975, p. 303).

Assim sendo, estamos de acordo com Pécaut (1990), quando ressalta que o fantástico destaque da geração do ISEB se deve ao fato de que, “intervindo em nome do poder ou do povo, manifestavam o sentimento de onipotência de uma intelectualidade que sentia vocação para conduzir a transição para um Brasil senhor de seus destinos”. (PÉCAUT, 1990, pag. 114).

Essa geração do ISEB, não só chegou a fazer reconhecer o alcance do processo de modernização, como também esteve em ressonância com uma opinião pública constituída em torno de uma representação política, social e cultural, que evocava a formação de uma consciência autêntica na nova fase histórica descrita por Vieira Pinto, como sendo “a aurora e a descoberta pelo país do seu verdadeiro ser” (PINTO, 1960, p. 30).

Esse momento histórico vivido entre os intelectuais do ISEB convergia para essa busca, e não se tratava como bem destacou Toledo (2005), apenas de responder a toda ética de inserção do pensar no contexto à sua volta, como reivindicado pelo existencialismo:

A noção do desenvolvimento no ISEB arraigava-se na possível reordenação da economia, apoiada na ação efetiva do aparelho público, em um cenário conhecido como Plano de Metas. Identificava-se, assim, a ideia de um projeto sustentado pela vontade interferente do governo na inércia das condições econômicas à sua volta (...) definia-se, de vez, a significação de um poder de denúncia do intelectual em comprometimento objetivo com essa ruptura do *status quo* (TOLEDO, 2005, p. 14).

Estava assim, posto com acuidade, o campo de poder denunciado por Pierre

Bourdieu (2002), a qual nenhum intelectual inserido no jogo política está em neutralidade. Para o autor em voga, o campo intelectual está inserido dentro de um campo político que atribuiu ao intelectual uma posição específica dentro da sociedade, que por sua vez se sustenta no jogo da linguagem:

Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença, que o sustenta do jogo de linguagem, que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se gerem, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado, os *actos* dos produtores e as obras por eles produzidas, e não como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 1986, p. 69).

2.1 - O Campo Político

Na expectativa do ISEB, o trabalho intelectual não perdeu de vista a militância nacionalista. Todos estavam envolvidos na tarefa do desenvolvimento nacional e na emancipação econômica, política e sociocultural do Brasil. Aos intelectuais, cabia captar as forças configurativas da realidade social do país e teorizar, em linguagem acessível, num trabalho de esclarecimento capaz de pôr à disposição das diferentes classes sociais os instrumentos de análise da situação brasileira.

Nesse sentido, o caráter da política idealizada no interior do ISEB, previa que o Estado brasileiro deveria intervir diretamente na entrada de capital estrangeiro no país, para crescimento do mercado interno, que supostamente abriria caminho, de acordo com os isebianos históricos, para o desenvolvimento econômico-nacional, e sociocultural do Brasil.

É importante salientar que estamos falando de um período político da história do Brasil de transformações profundas, devido à política desenvolvimentista adotada por Juscelino Kubistchek, que contou, e muito, com a entrada de capital estrangeiro no país.

Ora, se o Plano de Metas esboçado por JK contava com entrada de capital estrangeiro para a súbita tomada desenvolvimentista da nação, e os intelectuais do ISEB, a quem JK, em um primeiro momento, creditava toda confiança para captar os

rumos da guinada desenvolvimentista, defendiam a intervenção desse capital, isso nos leva a pensar que linhas de forças estavam se formando no campo político do ISEB, provocando um campo de disputa por representações política muito forte nesse momento da história política brasileira.

De acordo com Bourdieu (2015, p.137), a luta pela dominação no campo político “conduz, necessariamente aos pretendentes, submeter à discussão, os esquemas de produção e avaliação ortodoxa, produzidos e impostos pelas instituições dominantes (...), que definem a periodização específica de um campo uma nova ruptura”. Isso, equivale dizer, de acordo com as concepções conceituais esboçadas por Bourdieu, que aos Isebianos restava, ou obedecer às necessidades do campo político, ou se opor as linhas de força que estavam se estabelecendo na disputa por representações.

Notemos, a partir de então, que os intelectuais do ISEB estiveram no centro do campo de poder de disputas políticas, onde também esteve outros atores dispostos a colaborar pela batalha do desenvolvimento, sem que se perdesse de vista a busca por representação nesse campo político. Foi nesse sentido que observou Toledo (1976):

“[...] o ISEB não tardaria em se pronunciar sobre os resultados concretos da política desenvolvimentista do Governo Juscelino Kubitschek, de antemão, advertia-se que nunca foi feito um exame crítico-sistemático das realizações de todo o período desenvolvimentista, limitando-se alguns autores a ressaltar, ora seus aspectos positivos (na maior parte das vezes), ora alguns pontos negativos (raramente). Ressalta-se, porém, não ter havido concordância absoluta, dentro do ISEB, acerca das realizações do governo juscelinista” (TOLEDO, 1976, p. 147).

Com base nas observações de Toledo (1976), arriscamos afirmar que, em sua primeira fase (1955-1958), o ISEB manteve uma relação pautada na cumplicidade e na diplomacia com o então Presidente Juscelino Kubitschek, que desde o início apoiou os intelectuais na empreitada desenvolvimentista. Para tanto, basta tomarmos como parâmetro os discursos de JK¹⁷ na inauguração da nova sede do Instituto, na rua das palmeiras, Estado do Rio de Janeiro, que veremos uma clara concordância com a intelligentsia isebiana.

¹⁷ Ver em nosso primeiro capítulo.

Todavia, aos poucos as linhas que compõem todo o campo político, campo de poder, descritas por Bourdieu (1986), vão dando o tom das rupturas. Isso porque, as linhas de força se contraem com toda autonomia, como bem explica Pierre Bourdieu:

[...] O movimento do campo para a autonomia pode ser compreendido como um processo de depuração em que cada gênero se orienta para aquilo que o distingue e o define de modo exclusivo, para além das mesmas, dos sinais exteriores, socialmente conhecidos e reconhecidos, da sua identidade (...). Com efeito, de depuração em depuração, as lutas que tem lugar no campo conduziram a que se isolasse (...), quer dizer, o essencial daquilo que separa a poesia da prosa (...) donde a análise da história do campo ser, em si mesma, a única forma legítima da análise de essência (BOURDIEU, 1986, p. 70-71).

Com isso, se no início do Governo JK a posição dos intelectuais frente ao desenvolvimentismo interessava o Governo, como destacou Toledo (1976), como instrumento ideológico para o sucesso do Plano de Metas e propaganda do desenvolvimento, aos poucos esse interesse sofre certo enfraquecimento, sobretudo por conta das cisões provocadas pela pauta do Governo quanto à entrada de capital estrangeiro no país, principal entrave entre os isebianos e JK.

Segundo Toledo (1976, p. 148), em obra¹⁸ que a nosso ver é imprescindível para o alcance do entendimento da política isebiana, “não se dispensarão definitivamente os serviços do ISEB, mas o controle ideológico, por parte do Governo, não será rígido nem absoluto”. Posto isso, a essa altura, os intelectuais do ISEB já estavam seguros da capacidade de elevar o Brasil ao “topo” da modernidade econômica e cultural da nação; tão certos que passaram a reivindicar o lugar ocupado pelo intelectual no campo político, nesse cenário de transformações profundas vividas pelo país.

Vieira Pinto (1960), manifestadamente demonstrou seu desacordo diante daquilo que ele mesmo chamou de “entreguismo”, pela baixa taxa de consciência nacionalista revelada pelo Governo JK. Em outra oportunidade a crítica ao Governo JK passou a ser bastante acentuado, a partir do momento que se observa que o desenvolvimento se faz

¹⁸ Trata-se de *Fabrica de Ideologia*, obra clássica publicada em 1976, sendo o primeiro trabalho escrito por um autor acerca do ISEB. Muito das concepções da política usadas em nosso trabalho se deve a esse obra de Caio Navarro de Toledo.

através da internacionalização da economia brasileira, ponto diversas vezes descordado pela grande maioria dos intelectuais que compunham os quadros do ISEB, por se tratar de uma grande campanha, por parte do Governo, de entrada de capital estrangeiro no país.

Inicialmente, como afirmou Abreu (2005, apud Toledo p.105), “os integrantes do ISEB não perceberam a política de Kubitschek como uma política em contradição com as ideias que vinham formulando e divulgando”. Foi exatamente a partir do ano de 1958 que ficou mais claro que a política de Kubitschek era desenvolvimentista, mas não nacionalista, ao menos como concebiam os isebianos, segundo Abreu (2005).

Nesse ponto é importante notar que o entendimento de nacionalismo advindo do interior do ISEB se confundia, e muito, pela não entrada de capital estrangeiro no país, e resumia toda política isebiana. Ao criticar o retrocesso do nacionalismo no Governo JK, Vieira Pinto (1960), que nessa fase do ISEB tornou-se o porta-voz principal dos intelectuais, tinha certamente em seu horizonte a crítica à internacionalização do capital. Acerca do Governo JK, ela afirmava:

É assim que durante um período governamental (...) dá-se o caso da consciência dos governantes ser no final obtusa, retrógrada e inadequada justamente por que a ação desses dirigentes impulsionou tanto o desenvolvimento do país, que o teor de visão nacionalista de que dispunha para o seu projeto inicial foi logo ultrapassado, e, assim, faltando-lhe a capacidade de evoluir em concordância com os acontecimentos que desencadearam, acham-se ao fim do governo de posse de uma consciência revogada pelos próprios resultados que produziu (...), e que o antagonismo fundamental passa a ser o de nacionalismo (não nacionalismo), ou entreguismo (PINTO, 1960, apud TOLEDO p, 150).

Embora as críticas esboçadas por Vieira Pinto (1960) sejam contundentes dentro da ótica do campo político assumido pelo ISEB, Toledo (1979) traz um novo entendimento ao enfatizar que:

Na ausência de análises objetivas acerca do novo caráter da economia brasileira, a partir da expansão industrial da década de 50, e permanecendo-se ao nível dos princípios nacionalistas, não puderam os isebianos perceber em toda a sua extensão que o desenvolvimentismo, na vigência do capitalismo, só podia se realizar através dum crescente fortalecimento das relações de dependência entre as metrópoles e as periferias, no qual a internacionalização da

economia era uma das suas expressões (TOLEDO, 1976, p. 151).

Vale ressaltar que o fato de nossa análise caminhar concordando com a lógica do campo de poder, que se formou entorno do ISEB, e por consequência de seus intelectuais, não quer dizer que não buscamos visões distintas daquelas desenvolvidas pelos Isebianos históricos, fato que se demonstra nas observações feitas por Toledo (1979), para qual a internacionalização do capital estrangeiro era extremamente necessária para o bom êxito das metas adotadas pelo Governo de JK.

“O Brasil não podia prosseguir a mercê do capital estrangeiro”, revelava Roland Corbisier (1958, p.49). Consciente da inter-relação entre cultura, consciência e economia, o isebiano denunciava a situação de dependência vivida pelo Brasil com a internacionalização do capital. Como o Brasil havia de industrializar-se fechando as portas para o capital externo? Ressaltou Jaguaribe, ao publicar *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, obra que acirrou um grande desconforto entre os intelectuais do ISEB:

[...] É exato que a promoção do desenvolvimento brasileiro, a partir de nossa sub-capitalização, terá de fazer-se mediante o incremento da poupança interna e a atração de capitais estrangeiros, selecionando-se, em ambos os casos, os investimentos por ordem de prioridade e pela eficiência específica (...). É procedente, por fim, de um ponto de vista puramente econômico, e sujeito a importante qualificação, a observação de que o investimento estrangeiro, em petróleo, é o melhor possível por que, além de aumentar nossa capacidade global de investimentos, apresenta, no mesmo nível de prioridade, maior eficiência, por dispor de condições mais favoráveis de acesso e de utilização da melhor tecnologia e contar com melhores condições institucionais (JAGUARIBE, 2013, p. 172-173).

Para Vale (2006), Jaguaribe assumiu posições que suscitaram constrangimento e divisão no grupo ao defender, em tese, a entrada de capital estrangeiro na economia brasileira.

A posição de Jaguaribe, sempre perspicaz e bem inclinada ao realismo e à abertura, não deixou de causar perplexidade. Ele atribuiu ao empresário nacional uma missão (...) situando-o no capitalismo social do século XX, um sistema produtivo com máxima acumulação social de capitais (...). Ao Estado caberia adotar as medidas que tornassem a função empresarial possível (VALE, 2006, p.75).

Tal divisão estabelecida pelo posicionamento de Jaguaribe (1957), no campo político, também esteve presente no descontentamento de Candido Mendes.

A polêmica relativa ao concurso do capital estrangeiro para o desenvolvimento insere-se hoje num momento de grave crise e de limitações drásticas no balanço de pagamentos dos países coloniais; tal circunstância extrema as cautelas com que se deve pesar todo o fator de desequilíbrio ou compensação desses mecanismos (...). É inegável o impacto negativo tradicional dos investimentos estrangeiros, para o esforço de capitalização no país. Não fundamenta, entretanto, nada mais do que um lance isolado do complexo de relações entre o capital estrangeiro e o nacional (MENDES, 2005, p. 308-309).

As posições ocupadas pelos intelectuais do ISEB nos permite identificar, em concordância com Abreu (2007), a heterogeneidade de pensamento, e as divergências de posições dentro do próprio grupo, quanto ao modo que o país ultrapassaria o estágio de subdesenvolvimento. A autora ainda ressalta que:

[...] as divergências entre os Isebianos se manifestaram quando os intelectuais começaram a perceber que a possibilidade de influenciar e impor aos centros de poder a ideologia do desenvolvimento autônomo lhes escapara, que não tinham tido à formulação de planos e programas, às assessorias de Governo (...); não estavam desempenhando o papel de mentores intelectuais da política de JK, tampouco tinham conseguido exercer influência sobre o grupo social ao qual atribuíam a posição de líder do processo de desenvolvimento (ABREU, 2007 apud Aarão Reis & Ferreira p.424-425).

Quanto ao movimento de contestação que se formou contra Jaguaribe (1957), e acirrou as lutas por representação no campo político, Abreu (2007) ainda recorda que esse movimento partiu, inicialmente de fora do Instituto, oriundo da União Nacional de Estudantes (UNE), bem como de jornais que até então davam ampla cobertura às atividades do ISEB.

Quando o movimento de contestação contra as posições de Jaguaribe passou para dentro do ISEB, os intelectuais passaram a se posicionar dentro e fora do Instituto,

e o Ministro da Educação, Clóvis Salgado, teve que interferir no intuito de acalmar a onda de protestos que se levantava dentro e fora do Instituto. Foi nesse sentido, que em reunião realizada em 19 de dezembro de 1958, Hélio Jaguaribe e Werneck Sodré defenderam a liberdade de cátedra no Instituto, tendo adesão de outros intelectuais como Roberto Campos e Anísio Teixeira.

A partir desse momento, cabe a nós, reintroduzirmos a dimensão da categoria abordada por Bourdieu (1986), para assim compreendermos que as razões pelas quais os conflitos e as tensões que se estabeleceram entre os isebianos históricos deveu-se, e muito, as redes de relações que foram se formando em volta do campo político, campo intelectual, que estes sujeitos estiveram postos. Isso por que, segundo Bourdieu (2002),

“[...] Os campos tem as suas próprias regras, princípios e hierarquias, e são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação e constituídos por redes de relações ou de oposições entre os atores sociais que são seus membros” (BOURDIEU, 2002, p. 2).

A dimensão fundamental das tensões e dos conflitos entre os membros do ISEB, diz respeito, nesse momento, aos limites de espaços estabelecidos pelos intelectuais, como também pelo direito de estabelecer quais seriam estes limites na luta por representações políticas.

E foram às posições diversas ocupadas entre os isebianos, por um lugar no campo político, que levou, por exemplo, o professor Guerreiro Ramos a afastar-se do ISEB, e o diretor Roland Corbisier a buscar soluções para as rupturas que estavam em curso, no interior do Instituto. Junto ao Ministro da Educação Clóvis Salgado e ao Presidente Juscelino Kubitschek, Corbisier buscou reformular o ISEB, dando início a uma nova ruptura, que levou o então fundador do ISEB Hélio Jaguaribe, a pedir demissão do Instituto.

Aqui, não podemos pensar que houve uma classificação hegemônica e objetiva entre os intelectuais do ISEB, mas sim que existiu uma luta por representações políticas postas com toda autonomia, pelo próprio campo político a qual estiveram inseridos. Desta maneira, observamos que a relação entre as propriedades do intelectual quase

sempre são medidas por uma especificidade, que no caso dos isebianos fora a produção escrita, posta a circular no campo político.

Não podemos negligenciar, também, que forças coletivas foram produzidas no interior do campo político nos idos de 1950, isto é, dentro e fora do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Para Bourdieu (2015, p.115), “o campo deve sua estrutura à distribuição desigual (...), ao mesmo tempo em que há condição de entrada em tal competição”. Com isso, as características distintivas das diferentes forças de produção e de difusão de ideias, no campo político que o ISEB fez parte, bem como seus intelectuais, se valiam de luta por representações, no intuito de sobreviverem no campo político.

É dessa forma, que as instituições que ocupam posições no campo político, de acordo com Bourdieu (2015), se opõem em quase todas as relações que estabelecem no meio político, justamente pela lógica específica do campo que os atores estão inseridos.

De um lado o ISEB, apropriação de intelectuais entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, fazendo circular um ideário de futuro para o Brasil de seu tempo, do outro, o Plano de Metas de JK, com seu ambicioso projeto (também de futuro), para o desenvolvimento do país, faziam do campo político uma arena de disputa por espaço de representações socioculturais e político-econômicas, respectivamente.

No ISEB residia à diferença, com uma intelectualidade de formação e visão de mundo distinta uma das outras, entre JK as adversidades políticas que se apresentavam como barreira a seu objetivo final, modernizar o Brasil com uma política popularmente conhecida como cinquenta anos em cinco. Em ambos havia algo comum, as representações do subdesenvolvimento. O que não fora comum para os intelectuais do ISEB, nem mesmo para JK, foi o campo de poder, campo autônomo, campo de luta que se formou entre a experiência e a expectativa.

Neste campo político, como em todos os outros campos, são os recém-chegados que fazem o jogo, como também observou Bourdieu (2015), isso por que:

[...] os dominantes agem sem risco, não tem necessidade de recorrer à

estratégia de blefe ou enaltecimento que são outras tantas maneiras de confessar sua fraqueza (...), de fato tendo que mostrar e demonstrar a legitimidade de suas pretensões, tendo que prestar provas porque não possui todas as credenciais exigidas (...), como se diz, denunciando-se, perante aqueles que só precisam ser o que são para serem como convêm, pelo próprio excesso de sua conformidade ou de seus esforços no sentido da conformidade (BOURDIEU, 2015, p. 119).

É daí que vem à oposição que, em todo campo e em todas as dimensões, estabelece uma separação entre as estratégias. Em cada momento vivido no campo da política desenvolvimentista, nos tempos de ISEB, os intelectuais que estiveram em ação e representavam o Instituto, fazendo dele um meio de difusão de ideias, procuraram romper com certas relações do passado, que para eles, ainda vigoravam naquele presente. É a partir daí que se coloca à chave hermenêutica para entendermos o porquê das representações do subdesenvolvimento naquele momento, representações estas de suma importância para romper com o velho, com vistas ao estabelecimento do novo.

Aqui também se apresenta uma oportunidade para compreensão daquilo que Bourdieu (1986) convencionou denominar como sendo o “jogo dos recém-chegados”, no campo. Para o teórico, “o jogo dos recém-chegados consiste, quase sempre, em romper com certas convenções em vigor (...), enquanto as instituições dominantes têm em comum a recusa dos exageros (...) isto é, a dupla negação” (BOURDIEU, 2015, p. 121).

Os isebianos históricos, recém-chegados, introduziram intensamente, no campo político, o rigor da mudança. Tanto é que assumiram, em sua terceira fase (1962-1964), ares de revolucionários, quando passaram a associar-se com as políticas de reforma de base de João Goulart, tidos como alinhadas ao comunismo cubano. E quem nos descreve esse momento histórico é o professor Hélio Jaguaribe:

Álvaro Vieira Pinto assumiu a direção do ISEB, que se tornou o centro vocalizador das exigências mais radicais do governo João Goulart, indubitavelmente, o ISEB teve então uma grande identidade de posições com o Partido Comunista (PC). Foi essa ISEB, é claro, que despertou ira dos militares, quando do golpe de 64 (JAGUARIBE, 2005, apud TOLEDO, p.38).

Dentro de uma análise histórica do campo, assim como descrita por Bourdieu (1986), o campo de luta que foi se intensificando tanto no ISEB, quanto no campo externo à política desenvolvimentista dos anos 50, deve-se ao campo ser, em si mesmo, a única forma legítima de análise da essência política.

Assim, devemos notar que a luta por representações no ISEB, em seu início, não teve em seu ponto de partida uma arena de embates definidas e bem estabelecidas, sendo que estas foram se formando aos poucos, na medida em que as linhas de força do campo iam se entrelaçando, configurando de um lado o campo intelectual, e do outro o campo de poder.

Há outro exemplo dado por Pierre Bourdieu que exemplifica melhor nossa abordagem, que é esse que segue: “Há uma história da razão que não tem a razão como princípio; uma história do verdadeiro, do belo, do bem, que não tem apenas como motor a procura da verdade, da beleza, da virtude” (BOURDIEU, 1986, p. 71).

É essa autonomia relativa do campo político, como espaço de relações objetivas, em referência aos quais se acha objetivamente definida a relação entre cada agente nas representações por espaço de poder, que confere a gênese do campo a sua lógica original. Nesse aspecto, devemos pensar de acordo com a lógica do campo, e situar o campo político a qual esteve à *intelligentsia* brasileira, como um campo ora de busca por legitimidade política, ora de luta por permanência no campo da política.

Há mais um aspecto a ser acrescentado na lógica do campo, que a própria produção cultural tende a estabelecer, que é o campo intelectual, meio de transmissão de ideias, fundamental para o estabelecimento e imposição de representações diversas.

E nesse campo o ISEB foi plural, ao propor um novo tipo de relação com a esfera política vigente daquele determinado tempo, ao se valer da escrita como mecanismo de poder. E como cada campo tem sua lógica, como discorreu Bourdieu (2002), o campo intelectual tem suas estruturas específicas que se opõem, e se agregam, em um dado momento do tempo.

2.2 - O Campo Intelectual

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mais igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Essa definição de Sirinelli (2003) se mostra reveladora, pois converge diretamente para o campo de atuação do intelectual, aquele que é formado pela produção cultural, imersa sob as linhas já denunciadas por Bourdieu (1986), que corroboram para a construção do campo de poder. E entre as estruturas mais elementares, podemos destacar que a escrita confere uma das principais estruturas do campo intelectual, sendo através dela que os intelectuais se posicionam quanto a seus ideais, lançado sobre a sociedade uma visão de mundo.

E nesse aspecto o ISEB foi uma condensação. De fato, nas representações defendidas pelo intelectual isebiano, toda produção cultural foi conduzida pela escrita, de modo a fazer circular um projeto de futuro para o Brasil de seu tempo. Basta destacarmos que entre 1956 a 1960, como descrito no *Relatório Sucinto de Atividades do ISEB* (1960, pp. 63-65), foram postas a circular cerca de vinte e sete obras de cunho político-cultural pelos intelectuais do ISEB, com a finalidade de divulgar um projeto para o presente e futuro daquele tempo.

De acordo com Eugenio Pereira, mesmo passados mais de 50 anos da fundação do ISEB, a produção intelectual continua sendo um dos principais legados deixados pela atividade intelectual de seus fundadores, isso porque:

A análise dessa produção constitui ainda tarefa essencial; ela envolve a identificação das matrizes teóricas e filosóficas que servem de pano de fundo dessas produções, orientando as suas teses e premissas básicas. Envolve, também, a localização dos interlocutores dos intelectuais, que ora se apresentam como adversários na batalha das ideias, ora são produzidos pelas premissas básicas do pensamento isebiano, ora utilizam esse pensamento para compreender ou justificar a realidade na qual estão inseridos (PEREIRA, apud TOLEDO, p.119).

Quando abordamos as diversas matrizes do pensamento político do campo intelectual, gerado pelo ISEB, torna-se necessário ir adiante e identificar seus condicionantes históricos, que no campo intelectual gerou uma disputa simbólica e ideológica na política desenvolvimentista. Exemplo disso, como bem destacou Pereira (2005), é o espaço ocupado dentro da produção intelectual, pelo debate em torno de temas como a adoção do capital estrangeiro e o papel do Estado, no processo de desenvolvimento econômico, social e político brasileiro.

Foi esse cenário que permitiu aos Isebianos históricos o exercício, com certa autonomia, no campo de produção cultural. Isso graças à proximidade que esses intelectuais mantiveram com os centros de poder do Estado, governado por JK. Ainda de acordo com Pereira (2005, p. 122), essa proximidade não comprometeu o conteúdo da produção intelectual no ISEB, pelo contrário, pois “na experiência isebiana, o mundo da cultura não se submete às imposições da esfera política, graças à capacidade de seus intelectuais em articular esses dois mundos, que para muitos é inconciliável”.

Como bem destacou Bobbio (1997, p.72), acerca da relação do campo político com o campo intelectual, de fato, “aquilo que distingue um mundo do outro é precisamente a diversa tarefa que desempenham os intelectuais, como criadores ou transmissores de ideias, ou conhecimentos politicamente relevantes, as diversas funções que eles são chamados a desempenhar no contexto político”. Logo, infere-se que a cultura não pode, nem deve ser reduzida integralmente à esfera do político, por ser ela parte fundadora do campo intelectual.

É dessa forma, que ao penetrar no mundo político, os isebianos tiveram que lidar com as regras próprias do campo, pois como já elencado por Bourdieu (2002), cada campo tem sua lógica. Assim sendo, a regra do campo de poder permanece a mesma, a lógica não, como discorre o autor:

O campo intelectual, espaço social relativamente autônomo de produção de bens simbólicos permite uma compreensão de um autor a uma obra, e também de uma formação cultural ou política, em termos que transcendem tanto a percepção substancialista (...) como a percepção da sociologia mecanicista, que simplesmente os reduz a seus determinantes sociais. O autor não se conecta de modo direto a

sociedade, nem se quer a sua classe social de origem, se não através das estruturas de um campo intelectual, que funciona como mediador entre o autor e a sociedade (BOURDIEU, 2002, p. 4).

Logo, o campo intelectual no contexto do ISEB não fora um espaço neutro de relações individuais, pelo contrário, quando observado que os intelectuais, de um modo geral, ampliaram sua importância frente aos detratores do poder político, assumindo assim formas diferentes de atuação em diferentes momentos de sua existência.

É tácito que os isebianos históricos, através de uma rica produção escrita, estabeleceram uma relação bastante particular entre cultura e política, favorecidos, sobretudo, pela conjuntura histórica da década de 1950, que deu a esses atores autonomia para difundir e projetar, um projeto de Brasil desenvolvido, através de um projeto de educação, fato justificado pelo projeto criador do Instituto, ou seja, sua produção intelectual.

Tal representação cultural se expressou na particular categoria de escritos, na estrutura do campo intelectual, frente aos desafios do subdesenvolvimento brasileiro, incluso em um tipo específico de campo político, que para Bourdieu (2002, p. 98) “atribui a fração intelectual uma posição determinada”. Não seria difícil apontar, nesse momento, que as representações do subdesenvolvimento, se transformaram no mundo social do ISEB, em um campo intelectual, em uma relação estabelecida com a cultura escrita, originada a partir dos problemas que foram surgindo no campo político.

É nesse sentido, que Gomes (2014) aponta que os Intelectuais do ISEB colaboraram, também, com outras publicações no campo intelectual, cujo objetivo, nessa fase do ISEB, não era mais influenciar os governantes para direcionar os rumos do desenvolvimento nacional, mais sim, trabalhadores e lutadores populares para fortalecimento da batalha por reformas sociais. A coleção *Cadernos do Povo Brasileiro*, de Ênio Silveira, em conjunto com Álvaro Vieira Pinto, então diretor do Instituto, é um exemplo claro disso, mas não somente, como destaca Gomes (2014) em sua tese de doutoramento:

O ISEB também colaborou na produção da coleção *História Nova*, publicada pelo MEC, que intentava renovar a visão da história

brasileira entre os estudantes de nível médio. Quem escreveu a coleção foi Nelson Werneck Sodré, juntamente com os jovens historiadores formados pela Faculdade Nacional de Filosofia que ele convidara para integrar o Departamento de História do Instituto (GOMES, 2014, p. 175).

Esse engajamento no campo cultural, campo intelectual, característica marcante do ISEB, conseguiu não apenas fazer circular várias de suas perspectivas de futuro, como também firmou o Instituto como uma ávida instituição de propagação de concepção cultural, daqueles anos que marcaram sua existência. Tudo isso foi possível, graças a sua estruturação, que permitiu ao intelectual um meio de difusão cultural.

Em tese, o ISEB foi estruturado a partir de cinco departamentos, assim formados: a) Ciência Política, sob a direção do professor Hélio Jaguaribe; b) Economia, chefiado pelo Isebiano Ewaldo Correia Lima; c) Filosofia, tendo a frente Álvaro Vieira Pinto; d) História, liderado pelos professores Candido Mendes e Werneck Sodré; e e) o departamento de Sociologia, que contou com Guerreiro Ramos para dirigir os trabalhos que ali foram desenvolvidos.

Foi a partir dessa construção que o ISEB passou a receber visitas de intelectuais de várias partes do país, em representação de seus departamentos, como também do exterior. Uma visita que movimentou a opinião pública e jornalistas brasileiros foi à do filósofo francês Jean-Paul Sartre, em conferência sobre colonialismo, como destaca Romano (2000), em sua tese:

Sartre pronunciou conferência no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1956, no Rio, depois de apresentado à assistência, que superlotava o salão na Rua das Palmeiras, pelo professor Roland Corbisier, um de seus membros fundadores e mais atuante. Sua fala, em 29 de agosto, foi sobre o tema “colonialismo no mundo atual” (...). Sartre falou ininterruptamente durante três horas (ROMANO, 2000, p. 145).

Esses departamentos foram responsáveis por colocar em circulação não só todo ideário de Brasil, desenvolvido através da escrita, amplamente circulada na política desenvolvimentista, como também ficou responsável por abrigar intelectuais de diversas partes, formando redes de sociabilidades, característica do campo intelectual. Uma

lógica já destacada por Bourdieu (2002), quando destaca que cada parte do campo intelectual depende das demais, mesmo que de maneira desigual, como elenca o autor:

[...] Em efeito a estrutura dinâmica do campo não é mais o sistema de interações entre uma pluralidade de instâncias, agentes isolados, como o criador intelectual ou sistemas de agentes, como o sistema de ensino, as academias ou os cenáculos, que se definem pelo menos no essencial, em seu ser e em sua função, por sua posição na estrutura e pela autoridade, mais ou menos reconhecida, é dizer mais ou menos intensa e mais ou menos estendida, e sempre mediatizada por sua interação, que exerce ou pretende exercer sobre o público, aposta, e em certa medida arbitro, da competência por consagração, e a legitimidade intelectual (BOURDIEU, 2002, p. 31).

Reconhecidamente, o ISEB, se tornou uma espécie de “guia cultural” no seu tempo, atraindo para seu campo sujeitos que legitimavam o Instituto, por reconhecê-lo como um antro de intelectualidade no Brasil, como foi o caso de Sartre, ao aceitar o convite da *intelligentsia* isebiana. Exercendo assim, forte influência sob a opinião pública e a sociedade de sua época, o ISEB escreveu a sua própria legitimação no campo de poder a qual esteve imerso.

Em certa medida, a posição ocupada pelo ISEB nesse cenário, teve forte influência no campo intelectual. Fato justificado, pois de acordo com Bourdieu (2002), no campo intelectual, alguns grupos passam a ficar em condições de impor normas culturais:

[...] Existe quase sempre, até certo ponto, em toda sociedade, uma pluralidade de potências sociais, às vezes concorrentes, às vezes não, as quais em virtude do poder político ou econômico, ou de garantias institucionais, de que dispõem, estão em condições de impor suas normas culturais a uma fração mais ou menos ampliada do campo intelectual, e que reivindicam uma legitimidade cultural, seja pelos produtos culturais produzidos pelos demais, ou seja, pelas obras e atitudes culturais que transmitem (BOURDIEU, 2002, p. 32).

Essa reivindicação a qual Bourdieu (2002) denuncia, já foi observada por Pécaut (2000), descrevendo o ISEB e o intelectual dentro da esfera política, ao dizer que: “A coesão dos intelectuais situa-se, já de saída, dentro da esfera política, e basta chegar o

momento em que passam a voltar-se para o exterior, tomando decisão ao lado das forças políticas e sociais, que e a dimensão política adquire, então, outro alcance, e o realismo outro significado” (PÉCAUT, 2000, p. 300).

Nesse sentido, é importante analisarmos as implicações que teve o conjunto de transmissão cultural dentro do campo a qual o ISEB foi protagonista. De 1956 a 1960, como registrado no *Relatório Sucinto de Atividades do ISEB*, teve início uma série de conferências pedagógicas organizadas pelos departamentos do Instituto com a finalidade de buscar respostas para superação dos principais entraves que dificultavam o avanço sociocultural do Brasil.

Como resultado dessas conferências, que tiveram como representação o MEC, surgiram várias frentes de enfrentamento dos principais problemas que o país enfrentava naquele momento, tendo como resultado final uma grande gama de escritos que circularam na política dos anos 50. O professor Álvaro Vieira Pinto, erguendo a bandeira da educação, destacando a filosofia como disciplina símbolo de superação, destacou:

Nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por algum aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a capacidade de análise e compreensão, ou porque (e isso é mais grave), mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva (...), faltou-lhe o instrumento conceitual indispensável, que só a compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situava e ultrapassar o finitismo de sua visão (PINTO, 1960, p. 13).

Por outra lado, escreveu Sodré:

[...] entendemos o processo de transformação que o nossa país atravessa, no sentido de superar as deficiências originadas de seu passado colonial (...). Tal processo, que se opera diante de nós, com a nossa participação, tende a superar os poderosos entraves que se antepunham, e ainda hoje se antepõem, em parte, ao desenvolvimento do país (...) procuramos realizar uma tentativa de esclarecimento político, no sentido de cooperar para a aceleração do mencionado processo, que tem como fundamento mínimo a manutenção e a ampliação do regime democrático (SODRÉ, 1958, p. 1).

Aqui, podemos perceber uma sintonia fina entre Sodré e Vieira Pinto, onde educação e democracia caminham de mãos dadas, como duas faces da mesma moeda. Concomitantemente, *Ideologia e Realidade Nacional*, de Vieira Pinto (1960), e *Introdução à Revolução Brasileira*, de Werneck Sodré (1958), foram escritos que os intelectuais se valeram como mecanismo de disputa política, no campo intelectual, fazendo saber que não haveria desenvolvimento sem educação de massas, nem mesmo progresso sem democracia.

Ao que pese, todo ato cultural no ISEB encerra uma afirmação muito presente no decênio de 1950, ou seja, a luta por expressar-se legitimamente, que contribuiu para a notoriedade dos isebianos no campo intelectual. Deste modo, os intelectuais do ISEB mantiveram com a escrita uma relação de interdependência para desafiar o campo político, campo de poder a qual estiveram inseridos, firmando-se assim como sujeitos engajados, sujeitos da ação.

Em suma, o ISEB esteve inserido histórico e socialmente em uma determinada comunidade de interpretação, a qual seu projeto criador, (a produção escrita), se definiu e se integrou no campo político como uma grande ferramenta de disputa política. Posto isso, nesse momento é importante recordar Bourdieu (2002, p. 41), para o qual “as interações dos intelectuais estão sempre orientadas pela cultura de uma sociedade, em uma época ou em uma classe”.

2.3 - O Campo Cultural

É sempre importante lembrar que o ISEB foi formado no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), fato que o tornou um Instituto reconhecidamente cultural. A questão da cultura no ISEB era entendida como um movimento de manifestações artísticas em conjunto com atividades educacionais, tendo um papel fundamental no ideário de seus intelectuais, concebida como ferramenta crucial na superação do subdesenvolvimento nacional e na elevação do pensamento crítico das massas.

Vale destacar, também, que o conceito de cultura entendido pelos intelectuais do ISEB não se resumia tão somente na ideia bastante difundida, de construção material e simbólica produzida historicamente pelo homem. Antes de tudo, para o intelectual isebiano, ela é inerente à condição humana, como destacou Roland Corbisier, em conferência realizada no auditório do MEC, em dezembro de 1955:

Atualmente, escreve Gabriel Marcel, não pode mais haver filosofia sem uma análise, de essência fenomenológica, da situação fundamental do homem. O que Marcel chama de situação fundamental, nós chamaríamos de situação original, querendo com esse adjetivo qualificar a situação que se acha na origem, na raiz, de todas as demais situações em que se pode achar ou encontrar o ser humano (CORBISIER, 1958, p. 12).

É nesse momento que surge uma ideia bastante difundida entre os isebianos, principalmente por Álvaro Vieira Pinto, que é a ideia de consciência e conscientização da realidade brasileira. Isso porque, a cultura, nesse aspecto, é elemento difusor da consciência crítica, ou seja, ela é a transição entre o senso comum e a consciência filosófica.

Logo, devemos notar que a cultura seria a passagem da consciência ingênua para a consciência crítica¹⁹. De acordo com Vieira Pinto, “para existir cultura nacional em grau superior é preciso haver consciência configuradora da totalidade da realidade, pois só assim, cada objeto, cada fato natural ou produto da invenção artística recebe dessa fonte sentido e intenção” (PINTO, 1960, p. 407).

Desse modo, através da cultura (passagem da consciência ingênua para a consciência crítica), seria possível impulsionar o processo de superação da alienação, característica principal das culturas coloniais, como bem observou Roland Corbisier:

Se as épocas de crise são particularmente favoráveis à tomada de consciência dos problemas internos da cultura (...), o que chamamos de história universal nos propicia a oportunidade de verificar, por assim

¹⁹ Termo bastante difundido pelo filósofo Vieira Pinto, com forte influência da filosofia de Friedrich Hegel (1770-1831), para o qual consciência seria a passagem do ser em si para o ser para si, ou seja: consciente seria aquele que identificasse, dialeticamente o seu estado de ser, em seu meio.

dizer (...), mobilizados para o ataque, a resistência em que consiste a estrutura, a morfologia das culturas que entram em contato ou em choque (CORBISIER, 1958, p. 21).

Ainda de acordo com o filósofo;

[...] a tomada de consciência de um país por ele próprio não ocorre arbitrariamente, nem resulta do capricho de indivíduos ou de grupos isolados, mas é um fenômeno histórico que implica e assinala a ruptura do complexo colonial. Salientamos, também, que a tomada de consciência não se opera não só em consequência das guerras, das revoluções, e das crises (...), mas a partir das novas relações econômicas e culturais, das exigências do desenvolvimento que denunciam, no quadro da dependência, um obstáculo aos movimentos de emancipação (CORBISIER, 1958, p. 82-83).

Desse ponto de vista, é importante inferir, que a questão cultural para os isebianos não passou pelo filtro do marxismo, para o qual a cultura não passa de epifenômenos do processo de produção econômica. Ela é, antes de tudo, para os intelectuais do ISEB, um movimento social, construção social do ser, do simbólico, e não o resultado de infraestruturas operando sob superestruturas econômicas.

Engajados sob a realidade brasileira, os isebianos históricos percebem a necessidade imperiosa de divulgar e fazer reconhecer a cultura como categoria que permita elaborar uma interpretação objetiva do próprio ser, da sociedade brasileira, a luz da tomada de consciência dos problemas do país, entendida por eles como categoria histórica, e não como exercício acadêmico. Nesse sentido, Corbisier (1958, p. 87) destacou que: “o Brasil não seria mais o gratuito comentador do pensamento estrangeiro, mais o interprete lucido do destino nacional”.

Notemos aqui, que há uma clara concordância entre os isebianos em analisarem a questão cultural dentro de um quadro filosófico e sociológico, e não em uma perspectiva antropológica, que na época tinha como modelo principal o culturalismo norte-americano. Logo, analisada sob a ótica do espírito humano, o significado da cultura no ISEB passará a ser entendida por seus intelectuais, como “um já e um ainda não”.

Um já porque para esses intelectuais o povo no decênio de 1950 já estaria preparado para uma transição do ser da nação, ou seja, consciente da realidade de subdesenvolvimento que o Brasil atravessava. Um ainda não, pois a levada da consciência nacional dependia, ainda, da passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, fato que se evidenciaria na medida

em que fosse circulando um projeto de homem novo, através das representações do subdesenvolvimento por parte do ISEB.

Para entendermos melhor o conceito de cultura do ponto de vista isebiano, torna-se imprescindível, abordarmos que o campo cultural fundador do pensamento desses intelectuais teve forte influência da sociologia e filosofia alemã, tendo como precursores principais Karl Mannheim e Friedrich Hegel. Para Hegel, como já observamos, consciência é notadamente a consciência de si, sendo ao mesmo tempo o saber e seu objeto, como orientou o filósofo alemão:

É somente depois que o pensar se concebe concretamente, que se aprofunda em si e se aproxima concreta à consciência. O concreto é universal, o que é determinado em si, por conseguinte, contém seu outro em si; o espírito é primeiramente abstrato, está confundido em sua abstração, e nesta confusão ele se conhece somente como distinto e em oposição ao outro. (HEGEL, 1983, p. 125).

Já para Mannheim (1968, p. 179), “uma vez formulada a síntese válida das aspirações dos diversos grupos e classes sociais, cabia-lhes fazê-la penetrar nos mais amplos setores da vida social (...), afim de colocar em ação o seu poder de transformação”. É de suma relevância, o entendimento de que foi a partir do momento que o ISEB passou a conceber o domínio da cultura como elemento de transformação social que percebeu-se novas perspectivas para se pensar a problemática da cultura brasileira.

Quem denuncia tal problemática é Sodré (1978), ao enfatizar que:

Novas relações de produção, relações capitalistas de produção em desenvolvimento cada vez mais acelerado geram novas e crescentes exigências culturais em quantidade e em qualidade. Atinge-se, no Brasil, a etapa de desenvolvimento (...) em que os produtos da cultura se transformam em mercadorias (...). É impossível, assim, ou errôneo, estudar a cultura brasileira sem considerar essa mudança qualitativa; suas manifestações aparecem, agora, como mercadoria (SODRÉ, 1978, p. 64-66).

Percebam que a preocupação principal de Sodré (1978), quanto ao campo

cultural brasileiro, é o avanço do liberalismo sobre aquilo que havia sido construído historicamente pelo homem, os bens materiais e simbólicos. É por esse motivo que os isebianos não lançavam mão do entendimento de cultura como instrumento de resistência, creditando na consciência crítica valores de ação contra o avanço liberal, comumente divulgado por eles como imperialismo.

Para Werneck Sodré, do ponto de vista cultural, as apropria es europeias haviam sido substituídas pelas norte-americanas, como discorre o historiador:

[...] já havia ocorrido isso com o cinema; radio e televisão, esta particularmente, desde o início de sua difusão entre nós, marcam a supremacia americana, que   fácil de ser assinalada na música. O mesmo acontece na imprensa, às agencias norte-americanas de publicidade, trabalhando para a conquista e domínio do mercado interno brasileiro para os monopólios de seu país, controlam financeiramente os grandes jornais; as agencias de noticias controlam a matéria, como fornecedoras únicas, com domínio absoluto (SODRÉ, 1978, p. 69).

Embora falte quantificar, o que podemos inferir a partir das observa es feitas por Werneck Sodré e os demais isebianos, aqui elencados,   que toda essa denúncia feita acerca do cenário cultural brasileiro teve reflexo direto em todo campo cultural do Brasil. Seja no teatro, no cinema, ou nos grandes centros de cultura de massas, dos anos 50/60, o que iremos acompanhar   uma referência direta dos levantamentos teóricos feitos pelos intelectuais do ISEB.

É nesse sentido, que Ortiz (1985, p. 47) destaca que na esfera cultural a influência do ISEB foi profunda, enfatizando que “toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundem pela sociedade e passam a construir categorias de apreensão e compreensão da realidade brasileira”, a partir do ISEB.

Para exemplificar melhor as análises feitas por Ortiz (1985), basta tomarmos como parâmetro dois movimentos que se iniciaram na década de 1960 sob influência direta do ISEB: O Movimento de Cultura Popular no Recife (MCP), e o Centro Popular de Cultura (CPC), da UNE. Vejamos.

Nesse período, Paulo Freire e Carlos Estevam Martins, duas figuras importantíssimas nesses dois movimentos, como muito bem explicado por Paiva (2000), tiveram relações estreitas com o pensamento isebiano. Carlos Estevam, por sua vez, foi assistente do professor e filósofo isebiano Álvaro Vieira Pinto, Já Paulo Freire, por inúmeras vezes cita a influência do ISEB, principalmente a de Vieira Pinto, seu grande influenciador, como grande potencia cultural dos anos 50/60, tanto no campo cultural, quanto no campo da educação.

Há ainda dois fatos que relacionam o CPC ao ISEB, de acordo com Gomes (2014):

O primeiro é uma edição específica dos *Cadernos do Povo Brasileiro*, intitulado de *violão de rua (...)*, trata-se de um volume extra desses cadernos, organizado diretamente pelo Centro Popular de Cultura (CPC), reunindo poemas de Affonso Romano de Sant' Anna, Ferreira Gullar, Jair Paulo Paes, Moacyr Felix, Paulo Mendes Campos, Reynaldo Jardim, e Vinicius de Moraes. Como já dito, Álvaro Vieira Pinto era tanto Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros quanto dos referidos *cadernos*, evidenciando, no mínimo, uma afinidade editorial entre o ISEB e o CPC (GOMES, 2014, p. 190).

Os cadernos, ainda de acordo com Gomes (2014), constituíram-se em um grande sucesso editorial da *Civilização Brasileira*²⁰, chegando a vender 100 exemplares em duas edições sucessivas, percorrendo de temas como imperialismo, nacionalismo, igreja popular, reforma agrária, entre outros, sendo posta a circular em bancas de jornal e livrarias, a preço bastante acessível.

Assim sendo, do mesmo modo que o ISEB foi responsável por regar o Centro Popular de Cultura (CPC), com seus ideais, esse foi importante ferramenta de divulgação dos *Cadernos do Povo Brasileiro*²¹, tornando-se essencial para seu sucesso editorial. Contudo, a influência isebiana ultrapassa o terreno da chamada cultura popular, como bem recorda Ortiz (1986, p. 48): “ela se insinua em duas áreas que são

²⁰Fundada em 1932, a editora foi fiel a sua proposta original de aliar tradição e pensamento crítico, baseada em clássicos das ciências humanas, como filosofia, história, sociologia e economia. Toda via a partir dos anos 2000 a editora foi incorporada ao Grupo Record.

²¹ *Os cadernos* consistiram em uma série de 24 livretos publicados entre os anos de 1962 e 1964, e discorria sob temas centrais para os movimentos sociais.

palco permanente de debates sobre a cultura brasileira, o teatro e o cinema”.

Surgido em São Paulo, em meados de 1950, inicialmente como forma experimental de espetáculo alternativo ao modelo do palco italiano, o *Teatro de Arena* foi se tornando um grande difusor cultural e político no Brasil. As questões de âmbito político, por exemplo, foi se desenhando no teatro, sobremaneira a partir de 1958, quando este passa a receber um público cada vez maior de operários em sua plateia, algo nunca visto até então em outros centros culturais.

Nesse mesmo período, para termos ciência, o ISEB fazia circular uma conferência sobre *Formação e Problema da Cultura Brasileira*, tendo a frente o professor Roland Corbisier, que assim descreve esse momento histórico:

Parece-nos oportuno, antes de enfrentar o tema dessa conferência, esclarecer, antes o que entendemos pelo termo cultura, do qual fazemos uso tão frequente, embora nem sempre tenhamos ideias claras e distintas a respeito de sua significação. Não subestimamos essa cautela, essa preocupação socrática, pois sabemos que “somos diálogo”, como diz Holderlin, e sabemos também que é por meio de palavras que o diálogo humano se instaura e se desenrola; e se é importante, quando se faz ou procura fazer obra de ciência, elucidar previamente o sentido dos termos que vai se empregar mais importante se torna essa cautela quando a ciência em questão não lida com objetos ideais, consistentes e nítidos, no entanto, como as ciências eidéticas, ou reais e sensíveis, e por isso mesmo tangíveis e manipuláveis, como as ciências da natureza, mas com símbolos, valores e significações, como ocorre com as ciências da cultura ou do espírito (CORBISIER, 1958, p. 9).

É importante recordar que muitas das categorias históricas divulgadas pelo ISEB nesse período, como *cultura alienada*, *cultura nacional* e *conscientização*, fizeram parte dos textos de teatro como expressão da realidade nacional. Em setembro de 1959, de acordo com Gomes (2014), três “produções nacionalistas” são levadas a exibição no Rio de Janeiro, sendo elas: *Eles não usam Black-Tie*, *Chapetuba Futebol Clube*, e *Gente como a gente* (...), cujas vertentes principais ancoravam-se no pensamento isebiano. É nesse sentido que Gomes (2014) conclui:

[...] A mim parece que o *Arena* fazia um caminho semelhante ao do ISEB no seguinte sentido: de uma inspiração política nacionalista, que tinha a clareza da necessidade da aliança de classe, no fim dos anos 50, para uma posição mais assertiva a favor da classe operária e, por

consequente, de suas lutas, no início dos anos 60, ainda que não levassem necessariamente suas conclusões a uma inspiração política abertamente revolucionária (GOMES, 2014, p.198).

Quem reforça essa tese de Gomes (2014), acerca da influência do ISEB no Teatro brasileiro é Ortiz (1986, p. 48-49), ao dissertar que: “Em algumas passagens, figuras de expressão do ISEB, como Guerreiro Ramos, são explicitamente citadas nos textos, e não se deve esquecer que esses textos analíticos formaram a base de um pensamento que informa toda uma dramaturgia que se desenvolveu na época”.

Ainda de acordo com Ortiz (1986), na área cinematográfica, dois documentos da época situam de maneira exemplar a influência iseblana, são eles: *uma situação colonial*, de Paulo Emílio Salles Gomes²², e *Uma Estética da Fome*, de Glauber Rocha²³. O texto de Paulo Emílio, por sua vez representou uma primeira tentativa sistematizada de pensar o cinema brasileiro sob o viés de um subdesenvolvimento intrínseco às grandes produções sociais e culturais, e serviu de denúncia ao atraso cultural vivido pelo Brasil naquele dado momento da história.

Já o trabalho de Glauber Rocha procurou responder questões fundamentais das principais problemáticas brasileira. Perguntamos como: a) *Como falar do cinema sem pensar na realidade cultural a que estamos submetidos?* b) *Como o mundo subdesenvolvido pode desenvolver culturas que escapem das modernas formas de colonialismo?* c) *E como essas culturas podem expressar, tanto os colonizados como os colonizadores, a realidade em que foram desenvolvidas?*

Aqui, cabe a nós apenas ressaltar a importância que teve as representações do subdesenvolvimento postas a circular através do ISEB, no fomento de outras representações do subdesenvolvimento que foram surgindo no campo cultural, como pôde ser visto através dos autores aqui em voga, no teatro e no cinema.

Uma situação colonial, de Paulo Emílio, é enigmática, pois desnuda uma

²² Paulo Emílio Salles Gomes (1916-1977), historiador e crítico de cinema, foi professor da USP, tendo papel marcante, também, nos cursos de audiovisual da UNB.

²³ Glauber de Andrade Rocha (1939-1981), cineasta brasileiro, escritor e ator. Glauber realizou vários curtas metragens, entre eles *Uma Estética da Fome*.

preocupação consensual entre os intelectuais do ISEB, ou seja, a presença dos resquícios da colonialidade²⁴, presente nos tempos vividos pelo Instituto.

Isso porque, segundo Torres (2007, p.131-132), a colonialidade sobreviveu ao colonialismo, ao ressaltar que “[...] a colonialidade se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na alto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos da nossa experiência moderna”.

E certo dessa presença colonial, nos anos que vigoraram o ISEB, o professor Werneck Sodré expõe:

Entre os meios de comunicação que padronizam o comportamento de milhões, e são por isso chamados de massa, o cinema é o mais antigo, entre nós (...), mas o problema cronológico não é o essencial, no caso (...), e cinema pode ser apreciado, e deve, sob o aspecto cultural e sob o aspecto econômico, material. Nos dois, fomos, por longos decênios, aqui, protagonistas de papel de passivo; consumimos influências culturais estranhas, sofremos de sua penetração e domínio (...) (SODRÉ, 1978, p. 80).

Pensamos não ser demais, dentro da perspectiva de nossos autores, afirmar que o ISEB difundiu um pensamento marcadamente cultural sob o prisma da realidade nacional vivida, fazendo circular entre práticas e representações um ideal de futuro no presente de sua geração, tendo como meio difusor o campo da cultura de massas, gerando também, como podemos notar, teorizadores e profetas.

Nesse campo cultural, os isebianos haviam congregado esforços e conseguido alcançar notoriedade intelectual através das representações culturais que foram sendo divulgadas através da manifestação das artes, e a razão desse êxito, reside, na própria lógica do campo cultural, que não pode ser reduzido a estruturas econômicas, como bem explica Bourdieu (1986):

²⁴ A colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo, e tem sido muito importante para se perceber como a dominação simbólica, fruto da experiência colonial brasileira, foi presente, não só nos tempos do ISEB, mais que vigora até os dias atuais. Outro ponto a destacar, acerca desse conceito é que ele surgiu nos países da América Latina e vem ganhando força no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 90.

A ideologia carismática que se encontra na própria origem da crença professada (...), portanto, do próprio funcionamento do campo da produção e circulação dos bens culturais, constitui, sem dúvida, o principal obstáculo a uma ciência rigorosa da produção (...). Com efeito, é ela que orienta o olhar em direção ao produtor aparente, pintor, compositor, escritor, em poucas palavras, em direção ao autor, impedindo o questionamento (...) (BOURDIEU, 2007, p. 21).

A essas análises, poderíamos elencar as tentativas que se multiplicaram por volta da década de 1950, no domínio do campo cultural, de representar o passado/presente com vistas a causar grandes rupturas no campo político, campo de poder. Todavia, desnecessário seria, já que a força das representações, como produto e produtora da realidade, já havia evidenciado o ISEB como um grande produtor de visão de mundo, seguido por outros meios de divulgação cultural, como foi o caso do teatro e do cinema.

É de suma importância esclarecer, que no Instituto, a democratização da cultura só faria sentido se fosse movimento de massas, e utilizada como ferramenta de superação sociocultural e econômica da sociedade. Tudo isso, sem perder de vista os anseios de seus Intelectuais, de elevar o nível de consciência crítica em grande número da população.

Posto isto, cumpre-nos mais dois comentários. O primeiro é fazer saber que as apropriações por parte de representantes culturais como o teatro e o cinema teria sido fruto da circulação de ideias de um grupo de intelectuais decididos a formar um modelo de homem novo, como sinônimo de desenvolvimento nacional.

O segundo, é que seja sabido, que toda essa mobilização intelectual, política e cultural, fazia parte de um projeto fundador do ISEB, que foi representar o subdesenvolvimento através de um conjunto de atividades educacionais, colocando em movimento atores por tempos esquecidos pela classe dirigente do país, “o povo brasileiro”. Sendo assim, gostaríamos de ressaltar que o ISEB foi um grande centro de educação e cultura reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), responsável, também, em fazer circular um ideal de política educacional nos anos de 1950.

Isso, analisando que as políticas adotadas pelo ISEB tiveram papel fundamental

no acontecimento político do Governo JK, tendo em vista que os isebianos entendiam educação como superação social, econômica e cultural. Observamos que do ponto de vista das representações, a política educacional do ISEB já estava configurada, direta e indiretamente, pelo conjunto de atividades articuladas e postas a circular como modo de apresentação pública.

Capítulo 3 - As Representação do (Sub) desenvolvimento como Projeto de Educação.

Sabe-se que o conjunto de obras publicadas pelos isebianos guarda, pela sua dimensão plural, uma potência teórica de possibilidades múltiplas, pelas várias disciplinas das ciências humanas postas a circular através da escrita. Acerca de tal multiplicidade, valem a pena destacar os vários campos de pesquisa que se abrem a partir do ISEB, como o próprio sistema de ensino, as políticas públicas educacionais, a formação humana, os currículos, o Estado e a política, enfim, tudo isto desde que se desenhe um aporte teórico-metodológico apropriado para tal finalidade.

Neste sentido, basta aqui, um olhar retrospectivo, sob a ótica da história cultural, sobretudo, aquela que nos dizeres de Chartier (1990), tem a finalidade de entender como as realidades são construídas e superpostas em um determinado tempo vivido, que estaremos diante da força das representações que conduziu os intelectuais do ISEB a desenvolverem um projeto de educação no âmbito da sociedade brasileira, no decênio de 1950. Contudo, cabem algumas considerações.

A primeira é destacar que ao representar o (sub) desenvolvimento, tendo como ferramenta de luta a escrita, simbolizada através de um conjunto político-pedagógico, posto a circular através de práticas como aulas, conferências e publicações, já estaria tipificado o projeto de educação dos isebianos históricos. Isso porque, como produto e produtor da realidade, as representações são capazes de conduzir o mundo social ao entendimento de que aquilo que está sendo representado, de fato, é evidencia do real.

A segunda consideração é notar, que, ao ministrarem suas aulas no intuito de projetarem a partir das massas, um ideal de nação, esses intelectuais estariam atestando,

com justeza, seus prognósticos de futuro. Uma vez aceito esse ponto de vista, seria inadequada, para não dizer impossível, aceitar que o projeto de educação do ISEB fora um plano notadamente ideológico, ideia comumente circulada por alguns trabalhos ancorados na história do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

Dada às considerações, entendemos que a educação isebiana não foi apenas uma maneira ideológica de projeção do futuro, pois correspondeu a uma nova experiência no/do cotidiano, que se nutria continuamente de diferentes atividades construídas a partir do Instituto, e realizadas por seus intelectuais. Ademais, se os isebianos chegaram ao longo de suas análises políticas, pedagógicas e históricas, a prognósticos claros acerca da necessidade de formação de um novo modelo de homem para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil de seu tempo, isso se deve e muito, à educação, em movimento através de uma intelectualidade certa de seu papel como sujeitos da ação.

Ora, se assim foi representado o subdesenvolvimento daquele momento histórico da história política do Brasil, através de um conjunto de atividades educacionais, como já visto até aqui por nós, não há temor em dizer que esta foi à política educacional isebiana, pois acreditamos, assim como Koselleck (1990, p. 82), “que o desafio do progresso atua, de maneira retrospectiva, sobre a própria história”.

História esta, que testemunhou um grupo de intelectuais entre o desejo e o medo, entre a experiência e a expectativa, e por que não dizer entre angústias, ao projetar um ideal de país para seu presente e futuro. Portanto, negar esses aspectos antológicos, inerente à condição daqueles que pensaram a melhoria das condições de vida do povo, através de uma política educacional, seria cair na armadilha do reducionismo, letal a qualquer pesquisador.

Posto isto, cabe ressaltar que as perspectivas progressistas de futuro, contidas nas aulas lecionadas e publicadas pelos isebianos, e privilegiadas por nós neste capítulo, orientavam-se a partir de seu próprio espaço de experiência (o ISEB), e o desenvolvimento de suas etapas. Neste aspecto, a marca característica dos intelectuais envolvidos na fase das representações do (sub) desenvolvimento foi à atitude crítica em

relação às problemáticas que se apresentavam, sempre em movimento e em um diálogo constante com a produção intelectual.

Nesse sentido, acreditamos que os isebianos históricos condicionavam suas aulas a partir do ponto de vista que se adotava no interior do Instituto. Por isso, julgamos tão importante as aulas inaugurais de cada ano, por entendermos serem elas, o delineamento entre o presente e o futuro, através dos prognósticos feito por seus intelectuais. Logo, se compreendemos que a história realmente é experimentada “através do movimento de diferentes correntes”, como bem elencou Kosseleck (1990, p. 83), o conjunto de atividades educativas do ISEB só poderá ser apreendido por um ponto de vista conscientemente assumido, ou seja, através de um projeto de educação.

Com isso, seria então errôneo, relativizar a política educacional isebiana como um meio termo entre ideologia e idealismo educacional, que apenas se anuncia. Assim, Inferimos que o ISEB desenvolveu seu projeto de educação pautado no outro, logo em si mesmo, buscando projetar através de teorias amplamente divulgadas, um novo tempo para o Brasil de seu presente, pois acreditavam seus intelectuais, que os problemas de época, os quais haviam se arrastando desde os primeiros anos da primeira república, não poderiam ser solucionados sem a emancipação das massas, cabendo à educação tal finalidade.

É no intuito de evidenciar o projeto de “homem novo”, elaborado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que neste capítulo tomamos como fonte as aulas publicadas pelo ISEB, através do MEC, entre os anos de 1956 a 1960, pois acreditamos serem elas, a chave de interpretação para o entendimento do que foi o projeto político de educação, presente no ISEB. Tudo isto, sem que se perca os prognósticos de caráter racional, que foram capazes de instaurar um amplo espaço para o “poder-ser”.

3.1 – Ideologia e Desenvolvimento Nacional (1956): “Por um Novo Modelo de Homem”.

[...] Como povo, somos formados por um contingente humano, cujo índice de crescimento é excepcionalmente alto, e que está ocupando

áreas cada vez mais amplas no nosso espaço. Esse fenômeno de aumento da população brasileira parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço da ideologia do progresso, ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduzirá à condição das grandes massas asiáticas (...), esse fato é de importância decisiva, não compreende-lo, não utilizá-lo, é revelar uma das mais nocivas formas de cegueira intelectual, a cegueira para a história (PINTO, 1960, p. 14-15).

Nesta aula inaugural, do curso regular do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, pronunciada em 14 de maio de 1956, no auditório do MEC, pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto, um dado nos chama a atenção: “o problema da existência de determinada comunidade social e o da significação do ser do homem nela situado”. Nesse sentido, o espaço da experiência dos isebianos, nutria-se, portanto, da perspectiva do encontro do lugar das massas nas representações do (sub) desenvolvimento, pois como colocou Pinto (1960, p. 30), “o desenvolvimento teria de ser, necessariamente fenômeno de massas”.

Esta tese nos oferece alguns aspectos importantes a serem considerados. De um lado, a afirmação positiva de que às ideias do processo de desenvolvimento deveria estar na consciência popular, do outro, importa-nos compreender claramente, que esse desenvolvimento não dependeria da ação isolada de indicadores econômicos, e sim da educação de massas. Desta forma, interrogou Pinto (1960, p. 42): “Como se promoverá o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão? Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas”.

Infere-se, a partir das concepções de Vieira Pinto, que formular um novo conceito de educação, como parte essencial para o projeto desenvolvimentista de seu tempo, equivaleria imprimir um novo entendimento para o futuro do país, pois de acordo com o filósofo, “uma teoria da educação deveria surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país” (PINTO, 1960, p. 43).

Notemos que ao projetar na educação a tarefa de formular um modelo de homem novo para o Brasil, Pinto (1960), fazia prognósticos claros para o futuro, em uma alusão obstinada à imagem deste “homem simbólico”. Contudo, torna-se imprescindível dedicarmos algumas palavras a uma questão essencial nesta aula ministrada por Vieira Pinto, “o papel ocupado pela filosofia, como disciplina fundamental para o alcance do homem novo, tantas vezes presente nas falas do filósofo”.

Para Pinto (1960), o ponto de vista da sociedade brasileira de seu tempo, sempre esteve pautado no finito, o que impedia que o Brasil realizasse uma compreensão crítica de si e de sua realidade. Reivindicando o infinito (futuro), ele afirmava:

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito da visão histórica de conjunto; e porque não tivemos filósofos que nos ensinassem a pensar em termos de universalidade, ficamos cantonados em uma compreensão de nós mesmos, produzida a partir de ângulos parciais, embora às vezes amplos e ricos, como na obra de alguns grandes sociólogos (...). Mesmo quando tentavam abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva (PINTO, 1960, p. 13).

Vale destacar, que ao denunciar uma dívida que o país teria com o passado, Pinto (1960) estaria abrindo um horizonte de expectativas com vistas para o futuro. Considerando que nesse mesmo tempo, os intelectuais do ISEB traçavam algumas projeções que tornaria possível a uma determinada comunidade nacional, interpretar sua própria realidade, o problema da existência de determinada comunidade social e o da significação do ser do homem nela situado passou a ser encarado como fundamental, para as projeções isebianas.

Conquanto, esse fenômeno fundamental, por mais imperioso que seja, é muitas vezes mal percebido por aqueles que interpretam o ISEB como sendo uma fábrica ideológica, que acabam cedendo espaço para condições menos originárias, por não notarem que ao dar significação ao homem, os isebianos históricos estariam apresentando traços marcantes de seu projeto de educação. Claro, isto quando

entendemos que o projeto do ISEB visou o homem, a emancipação dos homens no seu tempo como símbolo de um país desenvolvido.

E aqui está presente uma diferença fundamental que se segue, ancorar a educação isebiana a uma perspectiva histórico-cultural, pois assim nos afastamos do julgamento dos fatos, condicionado pelo ponto de vista que se adota, para só então, buscarmos a compreensão do campo da educação isebiana, para nós, evidenciado através da força das representações.

E neste momento, julgamos necessárias as posições de Certeau (2012, p. 148), “ao fazer distinção entre o “ser e o fazer”, ou seja, entre aquilo que está estabelecido (um estado), e entre o fazer (transformação)”, que para o teórico, estabelece oposição entre o visível e o invisível, sem que no entanto lhe corresponda. Pois assim, entendemos que ao elencar acerca da necessidade de “imprimir um novo rumo à educação”, Pinto (1960, p.43) estaria entre o ser e o fazer. Entre o ser, porque assumiu naquele momento a intervenção naquilo que já estava configurado, o problema; e entre o fazer, pois assim sendo, clamava por transformação.

Em função desse objetivo, ainda de acordo com Pinto (1960), deveria ser revisto os esquemas educacionais, para que a partir de então, fosse possível concentrar os esforços pedagógicos necessários à criação de uma nova mentalidade:

Certamente a reforma a fazer terá de ser profunda, consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário, do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de nova concepção do humanismo. Deverá ser abandonada a preocupação de formar doutores e exegetas de coisas mortas, para que se constitua o humanismo do nosso tempo, que prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que exprimem o sentido original do homem brasileiro (PINTO, 1960, p. 44).

Portanto, ao identificar a imperiosa necessidade de elevação da condição do homem brasileiro, Vieira Pinto apresenta à educação como aspecto capital da teoria do desenvolvimento, sendo ela mesma a difusão final desse progresso. Aqui, uma

observação parece-nos fundamental, a partir das concepções de Vieira Pinto, a de que não se tratava, no interior do Instituto, de defender nenhum interesse particular de classes.

Isto porque, no ISEB, as posições de Pinto (1960), se por um lado não exprimem nenhum compromisso político-partidário, por outro, lança a exigência de uma filosofia da educação capaz de desenvolver os rumos do progresso nacional, ao passo que a consciência só se revelaria mediante um conjunto de conceitos lógicos e de estruturas que apenas a educação poderia fornecer. Isto porque, para Pinto (1960, p. 24), “o que determina a ação deliberada é a ideia presente na consciência de cada homem”.

Quanto a isto, fica bem compreendido o que representou, como concepção fecunda, o plano pedagógico do ISEB para a realidade brasileira, executado no particular por disciplinas diferentes uma das outras, mas com prognósticos bastante comuns entre si: “orientar cada homem acerca dos estágios que o país precisaria passar para alcançar um futuro promissor”, pois como bem destacou Pinto (1960, p.38), “o processo nacional é um todo orgânico, e seu movimento é um só”.

Foi trabalhando com as representações sociais de uma época, que Vieira Pinto, em sua aula inaugural, representando o Instituto e os demais intelectuais do ISEB, esboçou um conjunto de valores que foram sendo construídos a partir do homem brasileiro e socializado pela escrita, como ferramenta indispensável na luta pelo desenvolvimento nacional, tecendo a partir de então, imagens de desejos e de esperanças. Imagens essas, que foram sendo dotadas do “fazer crer”, que aos poucos foram tornando-se verdade para seus intelectuais, que viviam “por” e em um mundo de representações.

Posto isto, parece-nos permitido avançar um pouco mais nas descobertas de alguns indícios deixado pelo isebiano Vieira Pinto, pois como bem destacou Chartier (2011, p. 249), é necessário “escutar os mortos com os olhos”. Destacamos aqui, que esta aula inaugural, lecionada por Pinto (1960), é o principal elemento de ligação entre as demais aulas que foram sendo realizadas através do Instituto. Neste sentido, acreditamos que nela está contida toda a visão de mundo compartilhada pelos isebianos e esboçada em tempo oportuno, por Vieira Pinto.

Neste entendimento, Pinto (1960), chamou a atenção para a conjuntura vivida pelo Brasil naquele dado momento, sem que se perdesse de vista sempre às condições sócio históricas do homem brasileiro:

A comunidade brasileira alcança, nesta segunda metade do século, um momento do seu processo histórico que se caracteriza por peculiares e inéditas condições (...), não que nos tenha faltado uma linhagem ilustre de homens cultos, perspicazes e devotos, capazes de sentir e estudar o nosso ser nacional, descrevendo-lhe o panorama, como historiadores e sociólogos, interpretando-o, como políticos. O que o Brasil sabia de si mesmo era, então, o que nesses espíritos de iam revelando, e entre os dados que se tornavam evidentes, incluía-se a constatação do total mutismo das grandes massas ignorantes e apáticas, acentuava-se cada vez mais, nos pensadores do passado, a noção da sua responsabilidade pessoal, por se verem como intérpretes únicos (...), predestinados de nosso destino (PINTO, 1960, p. 11).

Com isto, Pinto (1960) entendia que as etapas do desenvolvimento nacional, obrigatoriamente, haveriam de passar pela constituição de um novo modelo de homem, que segundo ele, haviam sido interrompidas pela ordem liberal advinda da América do Norte, trazendo incertezas quanto às etapas do desenvolvimento. Neste sentido, Pinto (1960, p.15) destacou que: “só agora começamos a despertar a incompreensão do papel das grandes massas humanas que constituem o corpo nacional”.

Notemos a partir das abordagens feitas por Pinto (1960), que há uma visão bastante otimista acerca do lugar das massas na sociedade brasileira, ao contrário dos dirigentes da primeira República, que até os tempos da Era Vargas preferiram negligenciar o papel dessa massa populacional em crescimento. De acordo com Martini (2008, p. 38), em sua tese: “para Vieira Pinto, seriam as massas o agente sobre o qual se assentaria um projeto de desenvolvimento nacional e somente da participação ativa delas, seria possível se consolidar uma verdadeira democracia”.

No que se pese, inferimos a partir das análises feitas por Pinto (1960), que o verdadeiro significado de “novo homem”, consistia no valor humano desenvolvido através da educação, como forma de clarificação social, na luta por um cenário capaz de promover a tomada de consciência não só de sua realidade como também da realidade nacional a qual viviam.

Isto fica bem evidente, quando o filósofo em suas projeções de futuro, elenca que:

Em certos momentos, com a infabilidade de uma lei do processo social, as massas, ou seja, a esmagadora maioria dos contingentes da humanidade em determinada área política da distribuição da espécie, manifestam a qualidade real de sua consciência geral, assumem o papel predominante que lhe é imanente e se impõem pela prática de ações dirigentes aos dominadores que, cãndida ou violentamente, imaginam conduzir o processo; é a consciência das massas, por obscura como a primeira vista possa parecer que num só ato fornece a força da impulsão e a direção manifestada em sua progressão histórica (PINTO, 2005, p. 483).

E neste momento, para Pinto, o futuro se colocava cada vez mais desafiador, ao projetar no homem, aquilo que ele mesmo convencionou a vislumbrar como sendo uma progressão histórica. Nesta perspectiva, cumpre-nos as contribuições de Kosseleck (1990, p. 307), para o qual “Não há expectativa sem experiência, como também não há experiência sem expectativa”. Assim sendo, o olhar lançado por Pinto (1960), nos remete a uma constatação imediata: “a de que o desenvolvimento só seria possível, ou imaginado, a partir do plano homem/desenvolvimento, e não o seu contrário”.

Muito próximo dessa ideia, estaria à arguição feita por Pinto (1960), ao sustentar que o princípio do desenvolvimento nacional não deveria ser algo que confrontasse a sociedade, más sim, que a construísse. Destarte, pode-se dizer que, para Vieira Pinto, o desenvolvimento nacional seria a ciência dos homens, já que necessário seria, em um primeiro plano, elevar a condição do saber deste homem como base para o progresso.

Desta forma, trata-se, tal como Pinto (1960) entendeu como cristalização das ideias em/na sociedade, como oportunidade de superação histórico-social:

[...] O processo de crescimento consciente não para nunca, e o que principia como manifestação vegetativa, indeterminado clamor de justiça, logo depois começa a revestir-se das formas lógicas, a tomar delineamentos especulativos, e termina na plena cristalização de uma ideia. Quando isso se dá, o individuo atinge a maturidade do seu processo consciente daquilo que antes só tinha o sentimento vivo, pungente, pessoal, e tem agora representação conceitual (PINTO, 1960, p. 18).

Há aqui, porém, um fato que nunca se esgota, não só em Vieira Pinto: “a ideia de que consciência representativa não é apenas fato de ordem psicológica”. “É, seguramente, fato de decisiva significação histórica e social” (PINTO, 1960, p. 18-19). Nota-se, da mesma forma, que Chartier (1990), já nos chamou a atenção para a força das representações como significação do mundo social. Mas o que isto quer nos dizer? Que o ISEB, no seu tempo, esteve entre práticas culturais ao encarar o problema do subdesenvolvimento como um projeto de homem novo.

Ora, ao aplicar as categorias e os dados das ciências humanas, como disciplinas indispensáveis na projeção de um país desenvolvido, se valendo da escrita como meio de transmissão e visão de mundo, os intelectuais do ISEB foram tecendo suas práticas nos campos político e intelectual. Assim, puseram em prática as estratégias políticas e pedagógicas no seio da sociedade cinquentista, com o intuito de romper com o velho, visando o estabelecimento do novo, homem.

Por conseguinte, as características próprias da prática cultural defendidas por Pinto (1960), que conciliava novos domínios de investigação empírica ao lançar à ciência a luz do homem, e não o seu contrário, foi como que a tradução da estratégia da própria disciplina lecionada por ele, a Filosofia. Em inúmeras vezes, Vieira Pinto reivindicou o papel da filosofia como disciplina indispensável na recuperação do “ser” do homem brasileiro, como podemos notar a seguir:

[...] faltou em nosso passado intelectual à presença da filosofia; sem dúvida, essa privação é ela mesma, efeito de condições anteriores de nossa formação (...) que, de modo geral, cifram-se na circunstância de dependência externa em que se processou todo um ciclo da nossa evolução social, que talvez somente agora se esteja encerrando, e que não permitiu que possuíssemos as necessárias condições de infraestrutura material e suficiente aspiração autóctone para que houvesse o surto do pensamento filosófico em nosso meio (PINTO, 1960, p.12).

Ainda segundo Pinto (1960), a ausência da filosofia como instrumento necessário para a elevação da consciência, do homem, teria retardo o processo de desenvolvimento nacional, pois somente ela, de acordo Pinto (1960, p. 14), “pode fornecer um conjunto lógico de estrutura de ideias, ao passo que sem possuí-la, a nação estaria como emudecida”.

É interessante notar que, não só Vieira Pinto atribuiu à importância da disciplina (em seu caso a filosofia), na tomada do desenvolvimento nacional, pois o valor dado a cada disciplina na representação do subdesenvolvimento era consenso entre os intelectuais do ISEB. Seja através da história, representada por Werneck Sodré, seja através da sociologia representada por Guerreiro Ramos, como também a economia representada por Ignácio Rangel, como veremos mais adiante, todos estavam certos que só haveria desenvolvimento através de um projeto de educação.

Ao inscrever, desta forma, as características das práticas desenvolvidas pelos isebianos, na configuração do campo que estiveram imersos, tencionamos assinalar que qualquer reflexão sobre o projeto de educação isebiano supõem, necessariamente, a identificação da sua posição frente ao problema do subdesenvolvimento, pois assim, estaria explícito seu projeto.

Ora, as representações entre o ISEB pretenderam ilustrar outra maneira de pensar a ação desses intelectuais, dentro e fora do Instituto. O que Vieira Pinto, aqui, vem traçando através de uma prática cultural, expressa nos *habitus*, isto para chamar Bourdieu (1986) para o diálogo, é a relação imperioso entre educação, homem e desenvolvimento, respectivamente.

Sendo assim, depreende-se, a partir de Pinto (1960), que seria a partir da inter-relação entre estes três aspectos (educação, homem e desenvolvimento), que resultaria o desenvolvimento histórico. Esta tríade, para nós é categórica, pois se apresenta em concordância com os prognósticos feitos pelo ISEB e representado por Vieira Pinto, como pode ser percebido, a partir de então:

Todo mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das ideias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto de futuro; o projeto é igualmente uma ideia ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possíveis em razão delas. Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como realidade presente (PINTO, 1960, p.19-20).

Ao elencar que os projetos só são possíveis através das representações, Vieira Pinto, de certa forma, se coloca em linha direta com o pensamento de Chartier. Isto

porque, de acordo com teórico, “são estes esquemas intelectuais incorporados, que criam as figuras, graças às quais o presente pode adquirir sentido” (CHARTIER, 1990, p.17).

Nesta acepção, se o presente só existe como realidade histórica enquanto representação e valoração do anteposto, afirmava Pinto (1960, p. 20): “explica-se que a atitude mais sadiamente realista, aquela que deve caracterizar os homens objetivos, seja de fato a mais operante, a mais rica de consequência”. Logo, o que Vieira Pinto nos traz, é a ideia de que a consecução do progresso estaria inserida em um diagnóstico fundado no homem do presente, para assim, conjecturar o futuro.

Portanto, o conhecimento objetivo do campo social e político, concordando com Pinto (1960), seria a condição exata para elaborar o melhor projeto de futuro para o país. Ao que tudo indica, Vieira Pinto concebia o futuro como função imediata e contínua do presente, e se admitirmos como certas estas considerações, estaremos mais uma vez diante de um projeto cujo percurso inicia-se a partir da luta por representações e desemboca na figura do homem simbólico, como sinônimo de desenvolvimento nacional.

Para Koselleck (2006, p.11), por exemplo, as projeções de futuro podem ser dotadas de sentido previamente definido, “não se tratando tão somente de uma alteração nos significados tradicionais, mas de uma verdadeira revolução nas maneiras de se conceber a vida em geral, de imaginar o que nela é possível ou não, assim como o que dela se deve esperar”. Esta afirmação do historiador alemão torna-se de suma importância para nós, pois assim, podemos compreender melhor Vieira Pinto, quando enfatiza “ser o desenvolvimento nacional um processo” (PINTO, 1960, p. 21).

Aqui, não se trata de um conceito vago de processo, trata-se, sobremaneira, do tempo que o projeto de educação isebiano levaria para alcançar o modelo de homem novo, já elencado por Vieira Pinto. Pois, com efeito, sabe-se, que a natureza de um processo implica referência a um fim, e como bem pontuou o próprio filósofo:

[...] os homens de ação pública, os homens de governo e todo os que exercem, em forma manifesta, a intervenção promotora na evolução da comunidade, perceberão que devem, previamente a qualquer

iniciativa, fixar as metas futuras permissíveis pelo estado atual (...), porque o conceito de desenvolvimento como processo obriga-nos a pensa-lo sob a espécie de unidade (PINTO, 1960, p. 23).

Percebam que há uma íntima relação entre processo e unidade, nas projeções de Vieira Pinto, ambos intimamente relacionados, posto que o conceito de desenvolvimento, como processo, obriga-nos necessariamente formular políticas assentadas no tempo presente, com vistas para o tempo futuro.

Tempo este, que não deve ser encarado e tomado como algo artificial, mas como construção cultural, isto é, construção de práticas que definem as relações do presente, que segundo Koselleck (2006, p. 9), “determinam um modo específico de relacionamento entre o já conhecido e as possibilidades que se lançam para o futuro”. Isto equivale dizer, que, as práticas políticas-pedagógicas exercidas pelos isebianos construíram em si mesmas as representações do já conhecido (subdesenvolvimento) e da possibilidade (homem novo), como símbolo máximo do desenvolvimento nacional.

Esta última constatação é de decisiva significação, pois parafraseando Pinto (1960, p. 30): “o desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massas”. Logo, a ideia do desenvolvimento só se realizaria plena, pela eficácia das camadas populares. Daí, a importância dada às práticas culturais (aulas, escrita, publicações, etc...), pelos isebianos históricos, pois era sabido, entre eles, que a constituição do progresso de um país dependeria de um projeto que alcançasse, em seu primeiro momento, o homem.

Para melhor exemplificar nossa constatação, vejamos o que diz Vieira Pinto:

O processo de desenvolvimento está, pois, em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública (PINTO, 1960, p. 31).

No mesmo sentido, Vieira Pinto avança em desconsiderar o desenvolvimento nacional do ponto de vista político-partidário, ao explicar que: “a aceleração do progresso longe de ser intenção deliberada de grupos governamentais dirigentes, ou plano interesseiro das classes econômicas dominantes, é na verdade reclamo inevitável

das massas; são estas que impõem a exigência de desenvolver-se o país” (PINTO, 1960, p. 33).

Por aqui, observa-se que a justa compreensão dos fatos nos pode propiciar uma análise histórico-cultural do processo de desenvolvimento nacional brasileiro, visto sob a ótica de um grupo de intelectuais e pensado a partir da força das representações. Isto porque, sob novas lentes, somos capazes de transformar os pontos de vista tradicionais, e introduzi-los em uma nova interpretação do que foi aquele núcleo de intelectuais engajados em um tempo histórico conhecido como desenvolvimentismo.

Pois bem, se a cadeia teórica que estamos desenvolvendo tem fundamentos de verdade, um novo prognóstico se impõem, obrigatoriamente: “O projeto de nação do ISEB não se finda no mundo ideológico, nem tão pouco no embate entre classes. Ao contrário, para nós, ele esteve fundado no “ser do homem brasileiro”, através de um projeto de educação evidenciado pela força das representações e requerido pelo intelectual, como o único meio capaz de promover o bem estar social e criar pontes rumo a um horizonte de expectativas.

Isto porque, concordando com Chartier (1990), as representações e percepções do mundo social não são de forma alguma discursos neutros, já que são elas que produzem práticas. Aqui, como exemplo, Vieira Pinto teceu práticas como a escrita e a retórica em sala de aula, com o desejo de projetar no outro as expectativas necessárias para se alcançar um futuro pensado a partir do presente, que pudesse contemplar o maior número possível de indivíduos.

Deste modo, torna-se necessário, considerar que este novo modelo de homem (simbólico), foi parte fundamental da ação dos isebianos na e pela construção de ações que objetivavam a organização do campo social, definido assim, pelo conjunto de estratégias política e pedagógica necessária para cisão com o subdesenvolvimentismo.

Assim, para que se justifique nossa construção teórica, destacamos Chartier (1990, p. 19), que recorda-nos que “a tradição do idealismo crítico designa assim por forma simbólica todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo das representações”.

Com isto, os indícios deixados por Vieira Pinto nos conduzem, obrigatoriamente, a uma reflexão sobre o modo que o ISEB traçou seu projeto de desenvolvimento, colocando em descontinuidade as formas de determinismo histórico ao idealizar no homem, o símbolo do progresso. Nas palavras do próprio filósofo, “o progresso nacional é mais do que a simples justaposição das classes dirigentes; é a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem o projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas consubstancialmente com as massas” (PINTO, 1960, p. 35).

Isto posto, fica portanto bem compreendido o que representou como concepção fecunda, as práticas representadas pelos intelectuais do ISEB, realizadas, sobretudo, por disciplinas inclinadas para a transformação nacional. Do que precede, dizia Pinto (1960, p. 42), “o desenvolvimento não é adoção feita pelas classes (...), ao contrário, é transmutação que se opera na intimidade do homem; é processo imanente, isto é, que constitui a noção social da educação”.

Portanto, contribuir para a constituição da noção social da educação assim como entendido por Pinto (1960), e propagado pelo isebianos históricos, eis a tarefa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) como representação ao desenvolvimento nacional. Neste sentido, coube ao Instituto, centralizar a ação intelectual na condução de uma missão bem definida, a de pensar o tipo de homem que conduziria a futura nação.

Deste modo, Vieira Pinto assumindo a responsabilidade do projeto político-pedagógico do ISEB, na transformação social do Brasil, dizia:

Não será obra dos que nele vão ensinar (...), mas daqueles que virão frequentar suas aulas e associar-se aos debates que se travarão nos seminários a se realizarem diariamente e aos trabalhos de investigação, em todos os setores da vida brasileira, a serem empreendidos pelos grupos que procederão a exaustivo exame dos nossos problemas. Dada à natureza do pensamento que configurou o Instituto, e lhe deu um rumo a seguir e um resultado a alcançar, compreende-se a razão de ser do estudo da Filosofia no seu currículo, especialmente o das correntes filosóficas contemporâneas, ao lado dos setores mais centrais da Sociologia, da Economia e da Ciência Política (PINTO, 1960, p. 46).

Uma questão importante aqui estaria, em compreender o papel que cada disciplina das ciências humanas ocupou no ISEB como dispositivo necessário para pensar o homem novo, e como consequência o desenvolvimento. Isto porque, ficou clara, a defesa, por diversas vezes, da filosofia como mediadora entre o presente e o futuro, ou seja, entre a experiência e a expectativa, nas concepções de Vieira Pinto.

Tal reflexão, sem dúvidas, nos orienta a pensar o projeto de educação do ISEB como unidade de referência do desenvolvimento, que demandou a produção de saberes em uma instituição certa de sua responsabilidade na estruturação de uma política educacional capaz de promover o bem estar social ao maior número de indivíduos.

Em suma, no intuito de avançarmos, gostaríamos de pensar junto ao sociólogo Guerreiro Ramos, o tema do poder nacional, abordado por ele, na tentativa de melhor entendermos de que modo essa aula foi tratada fora dos quadros simplesmente jurídico-formais e colocada em termos dinâmicos, como algo em transformação, condicionada por fatores que variaram historicamente, sem que com isso percamos de vista o papel da escrita como mecanismo de poder.

3.2 – Condições Sociais do Poder Nacional: “O Homem como Fundação da Nação”. (Guerreiro Ramos, 1957).

A recente irrupção do povo em nossa história instalou na comunidade brasileira entre o Estado e a sociedade uma tensão que os nossos antepassados não conheceram. Essa, a novidade radical do nosso presente, que torna imperiosa a redefinição do poder nacional; o Brasil superou, nos fatos, a complementariedade de outros tempos, e não é mais um espaço sem história (RAMOS, 1960, p. 22).

A definição de história, a partir do contexto descrito por Ramos (1960), deve ser pensada sob a ótica das representações, ou seja, “das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e concepções próprias de um tempo ou de um espaço”, assim como defendidas por Chartier (1990, p. 27), pois deste modo, nos colocamos mais uma vez diante do projeto isebiano.

Outro ponto que nos importa, a partir de então, é que esta aula, proferida por Ramos (1960), deve ser entendida como um processo pelo qual o intelectual constrói

sentidos, substancialmente iniciado com o filósofo Vieira Pinto, na inauguração do ISEB. É preciso observar, entretanto, que ao abordar o tema: “*Condições Sociais do Poder Nacional*”, Guerreiro Ramos já estaria diante de uma prática cultural, notadamente no campo da educação.

Isto porque, como bem notou Certeau (2012, p. 103), “as práticas estão na dependência de um grande conjunto”. Assim sendo, a partir de algumas análises, das práticas de Ramos (1960), é possível ao menos precisar o campo de atuação do iseбiano, e ao mesmo tempo, situar o seu estudo dentro de uma perspectiva histórico-cultural, situando-o num conjunto mais amplo do campo da educação, ou seja, aquele que privilegia as diversas práticas (simbólicas ou não), do mundo social.

Outro ponto que se coloca, neste momento, é que os intelectuais do ISEB percorreram amplos domínios do espaço social e contribuíram para o desenvolvimento de várias disciplinas no campo educacional. Daí a necessidade de sublinhar a contribuição desse Instituto e a consequente contribuição de seus intelectuais, para uma definição de uma dimensão histórica no seio da educação, e não fora dela. Pois visto deste aspecto, não caminharemos por terrenos já trilhados, mas trilharemos novos caminhos para novas descobertas.

Nesta perspectiva, Guerreiro Ramos traz importantes questões relativas ao próprio campo do ISEB, o das representações do subdesenvolvimento, permitindo-nos identificar determinadas correntes do espaço social, da disciplina por ele ministrada, a sociologia, além de abrir grande oportunidade de explicação teórica da política desenvolvimentista brasileira. Assim, ilustrando seu tempo, o sociólogo dizia:

Não podem as Ciências Sociais, como a sociologia, a economia e a ciência política, esgotar os aspectos do problema nacional na forma em que este se apresenta em um país como o Brasil. Há, nesse problema, ao menos um aspecto para o qual são míopes aquelas ciências, refiro-me ao que só se revela na perspectiva dos valores e de uma antologia da existência histórica. O Brasil chega, atualmente, ao limiar de um modo de ser que, em todos os tempos, tem sido o dos povos eminentes (RAMOS, 1960, p. 3).

Vale a pena, uma observação atenta do grau de elevação feito por Ramos (1960), acerca do povo, pois este é o verbo que se conjugava no ISEB sempre que o assunto era

pautado sobre o desenvolvimento Nacional. Logo, toda explanação dos aspectos sociais feitas pelo isebiano, a partir do presente momento, recaí, necessariamente, no grau de alcance que a própria escrita teve no alcance do “homem brasileiro”. Muito próximo desta ideia, estaria o desenvolvimento feito por Pinto (1960), assim como também por toda *intelligentsia* do ISEB.

Neste sentido, centrando as condições sociais da comunidade brasileira, Ramos (1960), diretamente, colocava esta entre a experiência e a expectativa. Experiência essa, realizada em um passado possível de ser lembrado, como se pode notar:

O que sociologicamente é relevante, porém, é assinalar que, durante o período dos fazendeiros, o Brasil foi um país sem povo; mesmo a observadores desarmados de categorias sociológicas foi fácil fazer essa observação. O francês Louis Couty escreveu em 1882 que “o Brasil não tem povo”, observação que Sílvio Romero fez em 1907. Outro estudioso seguro, Alberto Torres, declarava em 1914, que no Brasil “a sociedade não chegou a constituir-se” (...). País sem mercado interno, sem sistema nacional de transportes e comunicações, apresentando manchas demográficas separadas por largos tratos de terras desabilitadas, não podia ter povo (RAMOS, 1960, p. 15).

Posto isto, assim como entendido por Koselleck (2002, p. 15), “em um determinado tempo presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão do futuro”. Com isto, Ramos (1960) ampliou suas análises ao inaugurar um novo tempo, no intuito de esclarecer o contexto histórico-social do seu tempo presente. Deste modo, ressaltou o intelectual:

Gerou-se dentro do País um processo de desafios e respostas que o transforma numa comunidade histórica dotada de aptidão autoconformadora; estamos vivendo o momento em que se tornou real a sociedade brasileira. Com efeito, entre nós, a sociedade não existia até pouco tempo; o seu surgimento é, assim, um fato tardio, recente, de que somos contemporâneos (RAMOS, 1960, p. 22-23).

Desta maneira, observa-se que o tratamento dos temas educacionais em Ramos (1960), ultrapassa o campo específico da pedagogia, para servir de conexão a discursões relacionadas a outros setores da vida do país, no caso em voga, as condições sociais que permitiram ao Brasil, segundo Guerreiro Ramos, o surgimento de uma nova comunidade social, em contraste com o passado excledente brasileiro.

Aqui, fica expressa, como tarefa fundamental no ISEB, a intenção de pensar um ideal de futuro para o país a partir de sua comunidade. Ou seja, representar o subdesenvolvimento significou, para os isebianos, formar um cidadão, ou como bem classificou Pinto (1960), pensar um novo modelo de homem para o Brasil.

Existia, naquele momento, consenso entre os intelectuais do ISEB sobre a importância e a necessidade de um projeto de educação, notadamente percebida como instrumento eficaz, na promoção do desenvolvimento nacional. É notório, também, que em nenhum momento Ramos (1960) enfatiza acerca de uma educação inscrita dentro de um plano de base pedagógica, e sim, como um dispositivo fundamental de preparação dos indivíduos para a consumação do progresso, mesmo que de maneira transvertida, já que o desenvolvimento, segundo os isebianos, passa pela tríade homem/educação/futuro.

Por isso, a preocupação quase que unânime, entre os intelectuais do ISEB, em focar o homem como início, meio e fim do adiantamento nacional. Configura-se assim, a partir de nossa constatação, que o projeto de futuro esboçado pelo ISEB pautou-se como um instrumento modelador do campo social. Isto posto, percebemos aqui, uma inversão, se certas nossas constatações. Isto porque os limites da participação popular, na política brasileira, sempre estiveram pautados na escolha de políticos para a tomada de decisão, e ao que tudo indica para os isebianos, a tomada de consciência política deveria vir através do “homem novo”, como forma de progresso.

Nesta perspectiva, afirmou Ramos (1960, p. 24): “hoje, já existe no Brasil sociedade, já existe povo, e esse fato inédito funda historicamente a nação brasileira”. Logo, a partir de tal afirmativa, a nação que por vezes fora fictícia para o isebiano, ou seja, “que era”, passa a se tornar realidade, lastreada por uma experiência popular coletiva. Outro ponto importante para se notar, é que, de acordo com Ramos (1960), o Estado não mais operaria em um vazio histórico, pois já estaria condicionado pela sociedade. Se não vejamos:

Os termos da dinâmica do poder modificaram-se desde que o povo brasileiro saiu do limbo histórico em que se encontrava; somos contemporâneos dessa inovação essencial e tal contemporaneidade nos coloca diante de uma missão fundadora que nenhuma geração antes de nós jamais teve que empreender (...). A conversão de um

espaço geográfico à forma nacional é comparável ao fenômeno de uma cultura (RAMOS, 1960, p. 24-25).

Este fenômeno, a qual Guerreiro Ramos se refere, no entanto, não se efetiva espontaneamente. Isto porque um campo concreto de atuação, no espaço histórico-social, não resulta simplesmente de uma transformação socioeconômica, e sim de uma opção deliberada de ação no próprio campo social, assim como entendido por Bourdieu (2002). Por isto, acreditamos que a ação e o engajamento dos intelectuais do ISEB, no campo político e intelectual, foram de suma importância para a clarificação do campo social, tendo em vista que na mesma medida que construíam uma representação do homem novo, também criavam a própria representação de si, de que estavam a serviço da sociedade.

Isto posto, estamos em concordância com Chartier (1990), pois acreditamos que as configurações intelectuais, bem como as práticas da escrita, deixam marcas visíveis por meio de instituições. Portanto, o que Ramos (1960) vem tecendo e nos apresentando é que a história não se explica tão somente por meio de luta de classes, até mesmo porque, ao aproximarmos o ISEB a um projeto de educação, nos colocamos diante de estratégias simbólicas, exercidas por seus intelectuais no campo de luta por representações.

Para melhor exemplificar esta nossa constatação, vejamos o que evidenciou o sociólogo: “precisamos compreender que o problema do desenvolvimento econômico de um país periférico envolve uma opção radical, cuja validade deve ser apreciada na esfera dos valores (axiologia) e que transcende, por isso mesmo, a mera indagação econômica” (RAMOS, 1960, p. 27).

Deste modo, ao destacar a necessidade de transformar os aspectos econômicos em espaço cultural, com símbolo de desenvolvimento, Ramos (1960) esteve produzindo sentidos sobre o próprio mundo que viveu. Tais sentidos ficaram notórios por meio de práticas culturais como a escrita e a publicação de obras, e claro, por meio da fundação do ISEB como meio de circulação e representação no Brasil de seu tempo.

Nesta ótica, é possível afirmar que o ISEB surge principalmente para reforçar a visão de mundo dos isebianos históricos, como parte de um projeto político pedagógico

mais amplo, de reconfiguração social e construção de uma nova camada social através de um projeto de educação. Desta forma, destacou Guerreiro Ramos:

Jamais poderemos levar a bom termo o nosso processo de emancipação, se as instancias de poder, em suas mais diversas modalidades, forem apenas receptivas ao que se contém de possibilidade material nesse processo, e não sentirem a exigência ética nela incluída, isto é, o seu conteúdo de valor (...). Um país que mudou o sinal de sua evolução requer necessariamente uma definição dos critérios utilizados por suas instâncias (RAMOS, 1960, p. 30).

Os pontos de vista expressos, aqui, pelo intelectual, sustentam-se em certas tarefas de intervenção no campo político-social que, por sua vez, pressupõem uma determinada visão do mundo e do homem. Tal concepção, apoia-se em uma determinada noção, já descrita por Bourdieu (1986, p. 4), a “de estrutura do campo”. Isto porque, de acordo com Bourdieu, é a através da estrutura que o intelectual se coloca como mediador da sociedade.

Ao denunciar a necessidade de mudança nas instancias públicas de poder, Guerreiro Ramos, diretamente, coloca-se em relação direta com grupos de situações diversas, para estabelecer, ao mesmo tempo, os limites entre o mundo como representação e o homem como pertencente deste mundo. Neste Diálogo, por ora bastante fecundo, Ramos (1960, p. 26) destaca: “Invocam-se para demonstrar a inevitabilidade desse primeiro caminho (...), uma *philia* cultural entre nós”.

Constata-se, que para interpretar o “homem brasileiro”, no mundo representado, Ramos (1960), inclui novas categorias e um incisivo olhar sobre a prática cultural, em suas várias manifestações, constituindo um diálogo em direção daquilo que ficou conhecido em Certeau (2012, p. 277) como “o fazer história”, ou seja, um desvelamento de um passado morto (aqui seria o velho homem), e o resultado de uma prática presente (aqui o espaço de experiência), como símbolo de projeção do futuro, “homem”.

Tal observação, dizia Guerreiro Ramos: “resulta de um inadmissível conceito de neutralidade que não se dá conta do condicionamento histórico-cultural das interpretações (...), do à priori existencial que inevitavelmente preside a toda produção de ideias” (RAMOS, 1960, p. 27). Trata-se aqui, ainda de acordo com Ramos (1960), de um desempenho histórico independente:

Esse é o caminho mais árduo e mais eminente, custa duras penas, mas nada tem de utópico, uma vez que está esboçado objetivamente na vida brasileira na forma do que, em linguagem técnica, se denomina uma práxis coletiva, isto é, um comportamento popular comandado por uma motivação concreta. Essa práxis (...) é uma vivência comunitária inexistente em períodos anteriores, que revela e anuncia a constituição de uma base histórica para a emergência do ser nacional (RAMOS, 1960, p. 28).

Examinar as condições históricas do homem, como tarefa de interrogar os laços presente entre seu desenvolvimento, é reconhecer a estreita ligação que o intelectual do ISEB teve com seu intento, o de formular um projeto com vistas para a formulação do ser histórico. Ao propor uma representação “de si e do outro”, Ramos (1960), define o terreno cultural como sendo um espaço de luta simbólica por representações do homem, projetando neste, um ideal de desenvolvimento para o país.

Portanto, assumir tal processo provoca não identificar a circulação das práticas culturais, assumidas pelo ISEB, como uma simples difusão do intelectual, mas sim, pensa-la a partir do campo de poder, assumido pelo iseбiano, na busca por um novo modelo de homem. Tanto é, que ao abordar o condicionamento histórico-cultural da sociedade, Ramos (1960, p. 28) atribuiu os usos culturais logrados no interior do ISEB, como representação de seu próprio projeto de educação, detectando assim, a necessidade de um ideário educacional apoiado na formação do ser histórico.

Com efeito, é em relação à formação do homem novo que devemos entender a política proposta pelo ISEB, que teve como um de seus objetivos, desnudar as condições sociais do Brasil de seu tempo, no intuito de transformar as próprias percepções que o Estado tinha do cenário social, propondo assim, práticas educativas que permitiriam a construção de um novo Estado nacional. Neste sentido, afirmava Guerreiro Ramos:

Na verdade, esse projeto já está implícito na vida brasileira. Nossas massas populares sentem-se conclamadas menos por imagens de retórica do que por números, tabelas e tudo quanto signifique diretrizes e programas liberadores da nossa dependência (...), as massa estão comprometidas numa ampla tarefa de substituição de valores e produtos externos por internos (...). Houve tempo, neste país, em que espíritos beneméritos pretenderam criar uma consciência nacional,

pelo esclarecimento, pela exortação e pelo exemplo, e não o conseguiram (...), porque carecíamos da base histórica a que nos referíamos (RAMOS, 1960, p. 29).

Perceba que a partir de Ramos (1960), qualquer apresentação do projeto de desenvolvimento nacional deveria apontar, inicialmente, para uma concepção histórica do povo, entendido no sentido objetivo das práticas exercidas pelo próprio Instituto. Notadamente, os aspectos histórico-culturais abordados por Ramos (1960), efetivados na origem da cultura, como realidade explicativa do homem, abordavam as práticas postas em circulação pelo ISEB. Neste sentido, vale as abordagens feitas por Certeau (2012, p. 108), quando discorre que “uma sociedade seria composta de certas práticas exorbitadas, organizadoras de suas instituições normativas, e de outras práticas (...)”.

Assim, do ponto de vista histórico-cultural, como um conjunto de práticas, Vale (2006, p. 133) ressaltou: “A cultura era conjunto orgânico de crenças, de valores, de obras, de ideias que, unificados na sua diversidade por uma só inspiração e um só estilo, imprimiam no indivíduo a forma que representava e simbolizava a sua alma”. Ou seja, para Guerreiro Ramos, cultura e unidade foram aspectos inseparáveis do projeto de educação no ISEB.

Sendo assim, as práticas culturais vistas a partir dos Intelectuais do ISEB não apenas tornava notório e público sua ação no campo político e intelectual, mas, sobretudo, criava significação no meio social. Com isto, a atuação dos isebianos, propagava o interesse do desenvolvimento nacional, em um sentido político, ao mesmo tempo em que buscava através de um conjunto de práticas culturais o desenvolvimento e a formação da pessoa humana, como um projeto de educação.

Logo, a problemática fundamental do subdesenvolvimento nacional, de acordo com as colocações de Guerreiro Ramos, esteve na essência do homem brasileiro. Daí, a necessidade, a partir do ISEB, de intentar um projeto cultural que fosse capaz de promover o significado do novo homem a partir das ciências humanas.

Ramos (1960), por sua vez, ao conduzir a questão das condições sociais das massas como um projeto de educação, também formulou, com urgência fundamental, as

premissas necessárias para que o país se desenvolvesse, como sendo duas faces da mesma moeda.

Isto posto, vimos como Ramos (1960) corroborou para o delineamento de uma visão mais alargada do homem, pois este fora o projeto pensado pelo ISEB, o de divulgar os principais aspectos que permeiam a sociedade, na tentativa de superação daquilo que diz respeito ao bem comum, com impacto direto na vivência em comunidade. Este fato é justificador, quando tomamos como base as principais abordagens feitas por Ramos (1960), nesta aula inaugural de 22 de março de 1957.

Aqui, vale a pena uma observação atenta ao tema abordado por Guerreiro Ramos, pois diferente de Vieira Pinto, Ramos (1960) não aborda o tema da educação de maneira explícita, e sim de modo transversal, marca fundamental para o entendimento do que foi o projeto de educação do ISEB. Isto porque, a educação isebiana esteve posta através de práticas culturais e representações das principais problemáticas que impediam o alcançasse do desenvolvimento social, cultural e econômico brasileiro. Deste modo, acreditamos que só através deste entendimento seja possível tipificar a educação desenhada pelo ISEB.

Neste sentido, quem mais se aproxima de nosso entendimento é Antônio Marques do Vale, ao destacar a educação isebiana a partir dos desafios à ação humana:

Em seu dinamismo, cada etapa conteria as tarefas a realizar, como propostas a desafios à ação humana. Ora, a educação seria justamente a consciência dessas tarefas e a mobilização dos meios e recursos próprios para executá-las (...). Dois sistemas pedagógicos coexistiam: o oficial, de caráter formal, vindo dos administradores e dirigentes, e o real, imposto pelos fatos, ministrado pelo processo mesmo do desenvolvimento (...), o segundo era a matéria da verdadeira pedagogia (VALE, 2006, p. 137).

A partir deste enunciado, outra observação é necessária, apesar de carecer de um maior aprofundamento: “podemos estar diante de um ponto revelador, se certas nossas observações acerca do projeto do ISEB”, pois a ausência de estudos inclinados para a educação isebiana pode advir da não observância de que ao representarem o subdesenvolvimento no intento de formular nas massas um ideal de “homem novo” já estaria evidenciado o plano educacional do ISEB.

Todavia, há uma segunda hipótese para explicar a baixa de pesquisas realizadas até o presente momento acerca da educação isebiana, que é o fato dos intelectuais do ISEB não terem deixado nenhum programa nacional de educação inscrito para seu presente e futuro. No entanto, para nós, como já abordado, a educação isebiana esteve evidenciada entre práticas e representações.

Desta forma, julgamos importante, de acordo com Ramos (1960), tratar as concepções do intelectual, aqui esboçadas, fora dos quadros simplesmente jurídico-formais, e coloca-las em termos dinâmicos, como algo em transformação, condicionado por fatores que variam historicamente.

3.3 – Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro (Werneck Sodré, 1959): “Entre o Velho e o Novo”.

Em todos os momentos, na vida individual como na vida coletiva, há, realmente, uma contradição entre o que está morrendo e o que está nascendo, entre o que pertence ao passado e o que pertence ao futuro. Quando o que nasce adquire a força necessária para vencer a resistência do que morre, diz-se que “perderam o fio da história” aqueles que se apegam ao que morre; os últimos desaparecem com o próprio passado (...). Essa desumanização dos especialistas é, certamente, um dos espetáculos mais tristes da luta entre o que está morrendo e o que está nascendo, no Brasil de hoje (...). O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade e denunciam todas as ideias como historicamente condicionadas, isto é, peculiares a determinado tempo (...). Pela simples comparação dos quadros, verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo – e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história, e por isso mesmo é que   história (SODRÉ, 1960, p. 10-11).

Iniciamos a leitura da escrita de Sodré (1960), com esta citação, pois julgamos estar repleta de significação simbólica, explicativa do tempo de ação do intelectual. Aqui, Werneck Sodré esboça uma síntese entre passado e Futuro, lançando sobre o presente o entendimento da história como um processo. Assim sendo, Sodré (1960) buscou no passado as raízes do surgimento de um fenômeno político, caracterizado por ele como sendo o nacionalismo, para clarificar e justificar um projeto bem mais amplo

iniciado no seio do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, identificado a partir dos significados históricos do homem em sociedade.

Neste ponto, cumpre-nos as concepções de Koselleck (1999, p. 143), ao enfatizar ser necessário “guiar não somente as ações, mas sobretudo as convicções”. Convicto de seu papel como sujeito da ação, Werneck Sodré declarou:

Em obediência a uma praxe estabelecida no ISEB, cabe-me pronunciar a aula inaugural, iniciando o contato com os estagiários neste novo ano de atividades regulares. Decidiu a Congregação, e me parece que acertadamente, que versasse esta palestra, matéria pertinente ao curso que me cabe desenvolver (...). Humanizar o especialista é, assim, uma das tarefas a que a renovação dos estudos brasileiros se vem propondo, obrigando-o a olhar o que se passa em redor, a sentir a realidade, a compreender aquilo que não está nas suas formulas, a responder adequadamente ao concreto, fora de cujo campo tudo definha e se corrompe (SOBRÉ, 1960, p. 9-10).

Em outros termos, o que Sodré esteve aqui desenvolvendo, fora uma crítica bastante acentuada ao projeto desenvolvimentista de JK, por entender que o então Presidente da República não havia proposto uma descontinuidade com a velha política, que se arrastava desde os anos de independência do Brasil, que por sinal, havia deixado de fora o grande corpo populacional dos projetos socioculturais.

Daí, provavelmente, tenha derivado a escolha do tema “nacionalismo”, por Werneck Sodré, nesta aula de 12 de março de 1959, por entender, que através dos rastros deixado pelo passado seria possível propor descontinuidade do velho em direção ao novo. Esta fratura fica bastante exposta quando tomamos como base o próprio recorte temporal estabelecido pelo autor, como ele mesmo estabeleceu: “no largo, agitado e aparentemente confuso envolver da vida brasileira, selecionamos três cortes apropriados, em três fases características de transformação institucional: a da Independência, a da República, a da Revolução Brasileira” (SODRÉ, 1960, p. 11).

Pela simples análise do recorte espacial feito pelo autor, é possível enxergar o papel da escrita como difusor do novo em detrimento ao velho. Por esta razão, é preciso notar a importância das práticas assumidas não só por Sodré, como também pelos intelectuais do ISEB como um todo, envolvidos em uma dimensão cultural de luta por representações, agora do desenvolvimento.

Com efeito, a escrita, como prática cultural expressamente estabelecida no centro do ISEB, esteve norteadada de significações nos cursos regulares realizados e promovidos pelo Instituto, em diferentes períodos. Isto porque, ao longo dos anos 1956 a 1960, a escrita tornou-se um elemento de divulgação social e de disputa política pelos intelectuais do ISEB, demarcando assim, o campo de atuação do intelectual. Deste modo, estas práticas nasciam de intentos comuns no interior do Instituto, como forma de dar sentido ao mundo através das várias disciplinas representadas por seus intelectuais, como foi o caso da história, em Sodré (1960).

Posto isto, seria difícil fazer qualquer tipo de projeção a partir de Sodré (1960), que não fosse fundada do ponto de vista histórico e cultural. Portanto, os problemas que foram sendo catalisados pelo historiador, em seu tempo, devem ser interpretados como parte de um plano político-pedagógico em linha direta com os textos já analisados até aqui, Pinto (1960) e Ramos (1960), respectivamente. Dito isto, os prognósticos de futuro feitos por Sodré devem ser entendidos com base em sua experiência e determinados por suas narrativas acerca do passado.

É preciso considerar também, assim como entendido por Chartier (1991, p. 180), “que as clivagens culturais estão forçosamente organizadas segundo um recorte social previamente construído”. Portanto, pensamos ser por este motivo que as análises entre o velho e o novo, feitas por Werneck Sodré, não foram organizadas a partir de um recorte temporal único, e sim por tempos superpostos, na tentativa de traçar um panorama social que considerasse a chegada do novo, como símbolo de um país desenvolvido.

Isto posto, ao priorizar as questões socioculturais, Sodré (1960), de um lado reconheceu as diferenças que foram se estabelecendo entre a classe dirigente e o “povo”, ao passo, que ao denunciar este passado, corroborou para a necessidade de se construir sentidos em direção ao novo. Nesta perspectiva, dizia Sodré (1960, p. 35): “Entre o novo e velho, a escolha não é difícil, entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro, não pretendemos perder o fio da história”.

A partir deste fato, tentar superar um passado de exclusão social exigia, para Sodré (1960), considerar os artifícios geradores dos sistemas de ordenação e de

percepção dos campos institucional e social, inserindo sobre forma de representações coletivas as frações de ordenação do campo social. Em razão disto, o historiador buscou no passado, fundamentos que melhor explicasse a presença do “velho”, como podemos notar a partir de então:

“Do ponto de vista social, a população se repartia em senhores de terras e de escravos, que compunham a classe dominante, e pessoas livres, que não viviam de exploração do trabalho de outrem, constituindo uma camada social instável, sem função na estrutura vigente e sem qualquer poder político” (SODRÉ, 1960, p. 14).

Nota-se, que as primeiras posições aqui, feitas pelo intelectual, são expressamente de ordem social, integradas a noção representativa do homem. Neste sentido, torna-se fundamental o juízo feito por Chartier (1991, p. 183), ao notar que “as representações, como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social, mesmo as representações mais elevadas, só são verdadeiramente tais, na medida que comandam atos”.

Inevitavelmente, Sodré pensou as camadas sociais como resultado de um nexo de forças entre os possuidores de poder, capazes de classificar e definir as relações sociais, e os recém-chegados, no bom sentido expresso por Bourdieu (2015). Logo, ao engajar-se através de representações coletivas, cuja questão principal é o ordenamento, assim como entendeu Chartier (1991), Sodré (1960), (des)caracterizou a própria estrutura social do período colonial afim de distanciar-se do velho (passado), com vistas a chegada do novo.

O que se pode constatar é que para Sodré (1960), edificar a noção de tempo, como elemento essencial de construção histórico-cultural, significava inverter, de maneira central, a imagem de uma sociedade dependente, lançando sobre esta, a tarefa de inaugurar um novo tempo para seu país, ou seja, através de uma dupla relação entre uma imagem ausente e uma imagem presente, de si e do outro. Até porque a ideia de dependência dos laços estruturais que o Brasil mantinha com o passado, duramente denunciado por Sodré (1960), dificultava o divórcio com o *status quo*, seja pelas estruturas resistentes ao novo, ou pela própria presença dos símbolos que sustentavam as representações de um passado excludente.

Por este ângulo, acentuou Sodré:

Quem era o povo, na fase a que nos referimos? Povo era tudo aquilo que não vivia do trabalho de outrem e compreendia, portanto, a maioria esmagadora da população. Neste total bruto, no entanto, é fácil verificar um líquido, reduzido numericamente, de elementos que estavam interessados na vida política, entendida em toda sua amplitude (SODRÉ, 1960, p. 22).

Esta constatação, feita pelo intelectual, pode levar-nos a outra presunção: “aquela que se inscreve nas próprias expectativas a partir de uma diferenciação de representação social”. Notemos assim, que Sodré (1960), refere-se ao povo remetendo-os ao passado, para só então falar acerca de um novo cenário para o Brasil de seu tempo, como se pode perceber a partir de então:

O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistir (SODRÉ, 1960, p. 30).

Neste cenário, descrito pelo historiador, o “povo” passa a representar o ideal democrático, como forma simbólica de reduzir do jogo político às velhas fórmulas de combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular. Assim, a intervenção isebiana no subdesenvolvimento aparece, pois, num cenário histórico em que a principal saída foi à ação direta no cotidiano, evidenciando a chegada de um novo ator político.

Por isso, estabelecer um quadro com vistas à superação do velho, criando possibilidades de composição de um cenário em que se harmonizem as forças interessadas neste projeto nacional, tornou-se tarefa essencial da pedagogia do ISEB, justificada pelas práticas estabelecidas por seus intelectuais. E essa ação, por muitas vezes, denunciou a presença de uma filosofia da história, cuja essência derivou-se do homem como símbolo de futuro. Daí, a de se notar, todo conteúdo da proposta social e

política de Werneck Sodré, de priorizar as relações inter-humanas como dialética do desenvolvimento.

Tal proposta fundamentava-se na composição do novo, na inserção do homem nas problemáticas do seu tempo, na consciência do saber democrático e na ação direta do espaço público. Estas estratégias, propostas pelo intelectual do ISEB visou, principalmente, a reestruturação do campo social, visto por eles como o princípio da eficácia de todos os atos de consagração de seu projeto.

Neste sentido, torna-se de suma importância a visão de Bourdieu (2015, p.25), pois para o teórico, a esfera social, “Não é outra senão o próprio campo, lugar de energia social acumulada, reproduzida com a ajuda dos agentes e instituições através das lutas pelas quais eles tentam apropriar-se dela, empenhando o que haviam adquirido de tal energia nas lutas anteriores”.

Aqui, Bourdieu (2015) nos chama atenção para uma questão muito importante acerca do campo de atuação não só do intelectual, mas também do ISEB, na luta por consolidação e imposição de projetos, “a sua consagração”. Posto desta forma, entendemos consagração como um ato de entrega, pois desta maneira nos colocamos diante de atores que lançaram um olhar descolonizado em direção a um sujeito até então invisível em seu tempo, o povo. Daí a importância, também, do ISEB, como símbolo de aclaramento do campo social, pois é neste espaço que se tece as crenças que dão sentido as várias realidades que vão sendo construídas.

Para Bourdieu (2015), por exemplo, as crenças são indissociáveis das práticas culturais, já que são responsáveis pelo funcionamento e pelas mudanças ocorridas no campo. É desta forma que a díade da relação entre o intelectual e a escrita, se revelou, de maneira recíproca, no interior do Instituto, como forma de circulação de crenças. Isto porque, ninguém está melhor posto que o intelectual no campo social para conhecer as práticas necessárias rumo à efetivação de um projeto.

Destarte, basta escutar Werneck Sodré, com os olhos, para que seja descortinado o projeto fundador dos intelectuais do ISEB, na luta por imposição e definição do homem novo, que ao mesmo tempo reafirmou valores e deu novos significados para se

pensar políticas educacionais no Brasil. Julgamos nunca ser demais, lembrar que a educação no ISEB foi vista como um movimento de mudanças no campo social, político, cultural e econômico, com vistas à elevação das condições de vida das massas, justificada pela intervenção no subdesenvolvimento.

E para melhor exemplificar nossa abordagem, reivindicamos Werneck Sodré:

Uma vez que o Estado ora atendia aos interesses antigos, ora aos novos, tornava-se necessário levantar o problema de um Estado neutro, abstrato, subjetivo, que realizasse o milagre de existir, porque proibido de atuar, todas as vezes que sua intervenção tende a favorecer ou simplesmente a tolerar as forças novas, agora presentes e mobilizadas em nosso país (SODRÉ, 1960, p. 30).

Como é de se notar, o que o intelectual em voga propôs em seu tempo, fora um redirecionamento do papel do Estado frente às políticas públicas que abrangesse o novo e contemplassem as camadas sociais que haviam sido silenciadas até então. Neste sentido e momento, surge a seguinte pergunta: “o que significou o novo e o velho na visão do historiador iseбiano”? Como resposta, reivindicamos as definições feitas pelo próprio intelectual, para assim avançarmos em nossas considerações:

[...] É velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; é velha a orientação de relegar o Estado à inércia; é velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; é velha uma norma que nos aprisiona nos moldes de fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; é velho o que nos subordina a razões externas, por legítimas que sejam no exterior, é velha, particularmente, a ideia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros. E que é novo? (...). Uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois o povo, nada ocorrerá mais sem a sua participação (SODRÉ, 1960, p. 34-35).

Aqui, a abordagem feita por Sodré a mais de cinco décadas, nos parece bastante atuais. Isto porque o Estado brasileiro em nossa contemporaneidade passa por um processo de clivagem do velho em detrimento ao novo, de apropriações neoliberais da coisa pública, o que nos leva a pensar, a partir do engajamento dos isebianos, o papel do intelectual brasileiro em um novo tempo.

A estas análises, poder-se-ia reagir às tentativas que se avultaram entre as décadas de 50 e 60 do século passado, sobretudo, no campo político, para quebrar a crença da existência de uma classe, no bom sentido arguido por Sodré (1960), politicamente consciente do estado vivido pelo país, como forma de afastar qualquer possibilidade de mudança do *status quo*. Todas estas contradições, de acordo com Werneck Sodré, deveriam provocar reflexos na vida política, agitando-a, sob os mais diversos pretextos.

Este irreconhecimento coletivo, denunciado por Sodré (1960), para Bourdieu (2015, p. 28), “não seria outra coisa senão o poder, reconhecido a alguns, de mobilizar a energia simbólica produzida pelo funcionamento de todo campo”. Como se vê, não seria demais levarmos em consideração, a partir das abordagens feitas por Sodré (1960), que as propriedades específicas do Estado determinam os fundamentos da crença de que a saída para todos os problemas sociais de um país passa pelo filtro da economia, quando de certo, entendemos que o bem estar social, necessariamente, tem de ser a partir de políticas educacionais públicas, capazes de elevar a sociedade em todos os níveis do campo.

Empenhado na cruzada pela educação, Sodré (1960) pretendia, com as aulas ministradas no ISEB, promover o conhecimento como forma única para o progresso da sociedade. Neste ponto, sua atuação afina-se com as projeções de futuro/homem, feitas a partir do Instituto e elaboradas pelos parceiros das diversas disciplinas de ciências humanas.

Neste sentido, sua contribuição, nesta aula inaugural por nós analisada, apoia-se em dados levantados pela filosofia, pela sociologia, pela economia e pelas ciências políticas, fruto da ação de um grupo de intelectuais comprometidos como o outro, reflexo de si mesmos. Por isso é recorrente a defesa e a primordialidade da educação como gênese de luta contra todas as desigualdades e problemas sociais.

Em sua arguição, no plenário do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Werneck Sodré elencou que o resgate do passado brasileiro só faria sentido pela busca do “ser” do homem, que plenamente adquirido constitui o foco de luz capaz de direcionar os caminhos obscuros, logo, caminhos ainda não trilhados pela educação. E

como bem expressou o historiador, “Só os fenômenos cuja grandeza se traduz por semelhante generalidade e profundidade podem tornar-se divisores de águas” (SODRÉ, 1960, p. 9).

Assim, podemos inferir que o significado de educação em Sodré (1960) fora o devir que vai se formando através da experiência e da expectativa, entre memória e história. Em Sodré, o que melhor nos permite avaliar o significado político-educacional como divulgador de práticas, é o próprio tema por ele escolhido em sua aula inaugural, o nacionalismo, como forma de impor o novo/povo no contexto político de sua época.

Neste seguimento, vale destacar que os intelectuais do ISEB procuraram delinear uma visão otimista de futuro. Suas ideias pedagógicas e práticas educacionais que paulatinamente foram se firmando no contexto histórico abordado permitem, (re)interpretar novos significados acerca deste Instituto e de seus intelectuais, sobretudo a partir de uma perspectiva histórico-cultural da educação.

Em síntese, as portas que se abrem a partir da visão de mundo lançada por Sodré é parte integrante de um movimento surgido no campo intelectual das décadas de 50/60, a partir dos professores em circulação no ISEB, que apesar de visões teóricas distintas, corroboraram para o delineamento de uma nova visão a cerca da educação, catalisando as problemáticas e apontando soluções, como veremos a partir do presente momento com a aula inaugural de 1960, do economista Ignacio Rangel, que fecha um ciclo de aulas ministradas pelo ISEB como alternativa ao velho e exigência do novo.

3.4 – Recursos Ociosos na Economia Nacional: “Em benefício do Homem” (Ignácio Rangel - 1960).

Entre o bárbaro individualista e estreitamente egoísta e o homem com maiúscula do futuro, o cidadão do universo, há uma transição obrigatória, uma escola maternal do humanismo que, provisoriamente, converte o homem em cidadão de uma pátria limitada, em brasileiro, no nosso caso (RANGEL, 1960, p. 11).

O economista e professor do ISEB, em aula de 1º de abril de 1960, observou que o sinal mais importante do nascimento de uma nação é a afirmação categórica da exigência do desenvolvimento humano e não econômico. Ora, a esta constatação cabe

algumas considerações: a primeira delas, sem dúvidas, seria situar esta aula que encerra o ciclo de cursos regulares pelo ISEB, ministrada por Rangel (1960), dentro do conjunto de atividades iniciadas pelo filósofo Vieira Pinto em 1956, em aula inaugural que deu início ao projeto de educação isebiano, como forma de intervenção no subdesenvolvimento brasileiro. Pois assim, estaremos assinalando que tais práticas estiveram concordância direta nos prognósticos de futuro realizados pelo Instituto.

A segunda consideração visa notar que, apesar de ser economista, Ignácio Rangel não visou o desenvolvimento nacional, tão somente, do ponto de vista de indicadores econômicos, já que situou, em um primeiro momento, o homem brasileiro como símbolo máximo deste progresso, pois como ele bem destacou: “o mundo não pode ser um conglomerado heterogêneo de povos ricos e de povos miseráveis, cultos e ignorantes, hígidos e doentes, fortes e fracos” (RANGEL, 1960, p. 10).

Feita estas considerações, infere-se a partir do professor do ISEB, que toda sua análise, sob a égide de seu categórico teórico, aponta para a exigência de conversão dos recursos naturais (segundo ele ociosos), em benefício do homem. Neste sentido, Rangel (1960, p. 11), afirmou: “Sim, como creio no homem, creio na possibilidade dessa transformação, mas não devemos cometer o equívoco de tomar os desejos por realidade (...)”.

Pois bem, no ISEB, havia um entendimento bastante conclamado de que só as sociedades bem constituídas, cujos componentes aceitem condicionar seu comportamento as exigências necessárias para a tomada de decisão do homem, seriam capazes de vislumbrar um cenário social, político e econômico apropriado para o desenvolvimento nacional. Daí, a ideia sempre em voga, de que o progresso em todos seus aspectos, só é assegurado em um país através da educação, como vimos em Pinto (1960).

Deste modo e na mesma perspectiva esboçada por Vieira Pinto, Rangel destacou:

[...] a escola brasileira ainda não está equipando teoricamente pesquisadores para esse tipo de trabalho; a ciência da sociedade no Brasil apenas engatinha, embaraçando-se muitas vezes nas muletas

importadas, na forma de instrumentos teóricos construídos para o tratamento de realidades sociais diferentes da nossa; o ISEB tem procurado abrir uma exceção a essa regra (RANGEL, 1960, p. 26).

É importante notar, que ao lançar sobre o Instituto a responsabilidade que caberia a escola, o de promover transformações no mundo social, Rangel (1960), direcionou seus esforços, na tentativa de propagar que ao ISEB caberia a tarefa de impulsionar a sociedade através de ações educacionais capazes de fomentar no homem, a importância de se pensar o desenvolvimento do país a partir de suas próprias realidades.

Neste sentido, visava-se também, outros resultados. O mais importante, seria uma mudança gradual de atitude do corpo social que exprimisse, também, uma reinterpretação do papel do Estado na construção do conhecimento das massas. Apesar disso, havia entre as diferentes práticas culturais estabelecidas pelo ISEB, uma conexão com o passado como exigência de transformação do presente. Por isso, é possível observar, em todas as aulas privilegiadas até aqui por nós, um resgate parcial do passado, a partir dos intelectuais em voga, como parâmetro para se pensar o presente.

Deste modo, cumpre-nos as explicações de Jacques Le Goff, acerca do entendimento do passado/presente:

A distinção entre passado e presente é um elemento essencial da concepção do tempo. É, pois, uma operação fundamental da consciência e da ciência histórica (...), a distinção passado/presente que aqui nos ocupa é a que existe na consciência coletiva, em especial na consciência social histórica. Mas tornar-se necessário, antes de mais nada, chamar a atenção para a pertinência desta posição e evocar o par passado/presente em outras perspectivas, que ultrapassam as da memória coletiva e da história (LE GOFF, 1990, p. 179-180).

Posto isto, observamos que Rangel (1960), na passagem que abordou a ineficácia da escola do seu tempo, atribuindo ao ISEB a necessidade de intervenção no cotidiano, de fato, apontava para a tarefa deste Instituto em promover conhecimentos capazes de libertar os sujeitos das imposições postas pelas minorias políticas, a partir de um presente comprometido com mudanças na estrutura social e educacional que viabilizasse as massas a se sentirem parte constituinte deste processo.

Nesta acepção, o intelectual isebiano destacou que o desejo nacional tornou-se explícito, consciente, na medida que “a conexão, que era apenas imanente, converteu-se no nível da consciência coletiva, em exigência lógica, em imperativo categórico” (RANGEL, 1960, p. 27). Assim, podemos compreender que o projeto isebiano esteve submetido, a partir de uma tarefa conceitual fundada em torno das disciplinas defendidas por cada intelectual, como parte do próprio projeto educativo.

Deste modo, pensar neste projeto, exige atentar-se ao seu papel frente às problemáticas de seu tempo, na ação e engajamento de seus intelectuais, de modo a compreender que suas ações e práticas atenderam as necessidades sociais como reflexo de uma efetiva mudança de pensamento acerca do papel das massas nas mudanças no/do cotidiano.

Assim sendo, pensar a educação no ISEB requer um exercício incessante de reflexão por parte daqueles que assumiram a responsabilidade de intervenção nas problemáticas do seu tempo mundo, como foi o caso dos isebianos históricos, principalmente pelo envolvimento em aspectos e processos múltiplos que envolvem o corpo social.

Retomamos assim, Rangel (1960, p. 38), que esboça com bastante propriedade e clareza, esta grande complexidade de aspectos que envolvem o campo social e as relações humanas, descritas por ele como recursos ociosos, que por ora, pensamos ser indissociáveis do campo da educação. “O simples levantamento do problema da capacidade ociosa, cuja existência ninguém pode negar, dissipa essa névoa luminosa de falsa evidência, porque é claro que, se for possível utiliza-la, aumentará a disponibilidade total de bens e de serviços (...)”.

Sem dúvidas, a configuração desta afirmação assume grande importância para nós, pois aí está à compreensão do projeto visto a partir do ISEB, que o próprio Rangel (1960), chamou de unificação da sociedade brasileira. Ou seja, para este intelectual, o campo da educação seria o impulsor da sociedade, tornando-se assim, imprescindível, a conversão de todos os recursos naturais e materiais em melhoramento social, cultural e econômico, em prol da sociedade.

Neste ínterim, a formulação da problemática da capacidade ociosa, evidenciada por Rangel (1960), deve exercer entre nós, uma oportunidade bastante fecunda para se pensar a educação no ISEB, isto em dois níveis. O primeiro se otimiza pela mediação entre os problemas específicos do dia a dia vividos em comunidade e o segundo, está diretamente associado ao modo em que o homem compreende a si mesmo e estabelece relação com seu universo. Neste caso, o abandono deste entendimento, pode acarretar em graves problemas teóricos para se entender melhor os prognósticos feitos a partir do ISEB, no que tange seu projeto de homem novo.

Feitas as considerações necessárias, vale a pena sustentar que a luta empregada pelos isebianos é parte constituinte da formação do homem e não apenas uma forma de demonstração da existência de problemas a ser enfrentado em seu cotidiano, isto porque, como bem observou Rangel (1960, p. 41): “O levantamento dessa questão não é um gesto acadêmico ou bizantino, mas um imperativo social e político, pois interessa profundamente ao presente e ao futuro”.

É a partir destas condições que o ISEB ocupou papel central na formação humana, propondo condições necessárias diante de práticas culturais expressamente divulgadas por seus intelectuais ao estabelecer novos sentidos sócio-culturais. Foi também deste ponto, que Rangel (1960) estabeleceu a seguinte assertiva:

Meu objetivo não é outro senão fazer um convite a todos os que se ocupam dos problemas do desenvolvimento, quer no campo da ciência econômica, quer no da administração privada e pública, no da técnica especializada e no da política, para que tentem reconsiderá-los, partindo da verificação da capacidade ociosa, porque sinto que aí se encontra o fio da meada (RANGEL, 1960, p. 51)

Observe através do presente exposto, que o intelectual em voga não mediu esforços no intuito de realizar intervenções em vários segmentos da política, tendo como tarefa principal a promoção do desenvolvimento como símbolo de construção de uma prática educativa, pois necessária seria a transformação de recursos ociosos em bens de consumo social.

Aqui, de acordo com Rangel (1960), não se trata de refazer a ciência econômica, mas de utilizar todo imenso acervo de experiência e de teoria acumulada pelo ISEB na

formação de quadros que pudessem propor soluções aos problemas apresentados, pois como bem clarificou o intelectual em voga, isto “não passa, em sua origem, do problema de bem usar o potencial produtivo existente, porque é usando-o bem que o poderemos expandir” (RANGEL, 1960, p. 52).

Portanto, todo esforço de ordenamento presente nos apontamentos de Rangel (1960) passa por resultados desejáveis, mas não antecipados, levando sempre em consideração o planejamento como fator de unidade coletiva. Isto representava, ao mesmo tempo, um passo a frente na luta pela superação do subdesenvolvimento, bem como pela suplantação do exclusivismo econômico regional enfrentado pelo país, como bem salientou o isebiano:

O preço da unidade é o fortalecimento do poder central, para torná-lo capaz de planificar certos fluxos econômicos, de modo a possibilitar a coexistência das regiões marginalizadas com as vanguardistas, e também a gradual liquidação do atraso daquelas (...). Fechar os olhos a esse problema, sair em campanha pela unificação do mercado mundial quando ainda não unificamos o mercado nacional e quando essa unificação se revela carregada de problemas, é na melhor das hipóteses uma temeridade (RANGEL, 1960, p. 14-15).

Nesta continuidade, a disciplina defendida por Rangel (1960), convertida em ciência no ISEB, transformava-se em um enorme acervo de conhecimento e carregava-se de sentido simbólico no embate contra o atrasado socioeconômico brasileiro. E, sobretudo, como pontuado pelo próprio professor, “a sociedade humana se torna realmente capaz de vontade, habilitando-se a escolher o ritmo e o sentido de sua marcha” (RANGEL, 1960, p. 17).

Deste modo, a ideia de conversão dos recursos ociosos em benefício social foi sendo divulgadas pela circulação do ideal de que aquele acervo ocioso poderia muito bem, servir para fins de superação da miséria econômica que vivia a grande maioria das massas. Nesta acepção, sintetizou o economista:

Historicamente as nações se constituem por outros motivos, mas, nos dias de hoje, se constituem ou se reconstroem precipuamente para esse fim, para o fim de criar condições propícias à programação, sem a qual o progresso tornou-se agora mero acidente, considerando que o planejamento provou ser a grande chave do progresso (...) (RANGEL, 1960, p. 18).

portanto, os traços que Rangel (1960) atribuiu a economia, como disciplina, considerou como perspectiva as práticas socioculturais que asseguraram a mobilidade social como locus de evolução do desenvolvimento. Isto significa, também, distanciar-se dos credos clássicos da história vistos de um ângulo único e bem acabado.

A partir desta afirmação, surgiu à inevitabilidade de se considerar uma conjuntura histórica específica, colocando em confronto um corpo de hipóteses e conceitos capazes de (re)construir um passado que foi e não é mais. Mas para tanto, devemos detectar funcionalidades e mobilizações do campo social, distintas umas das outras, pois só assim, compreenderemos que o objeto de estudo é mais importante que o documento, e o que tipifica uma “determinada realidade” é a ação de sujeitos entre práticas e representações.

Com efeito, tal perspectiva, de acordo com Chartier (1990, p. 136), não renuncia a identificar diferenças enraizadas, “mas desloca o próprio lugar da sua identificação, dado que já não se trata de qualificar socialmente *corpus* tomados no seu todo, mas de caracterizar práticas que se apropriam de modo diferente dos materiais que circulam em determinada sociedade”.

4 - Considerações Finais

Chegar ao final de uma pesquisa não denota, de maneira alguma, o fim do objeto pesquisado, e, sim, o preenchimento de algumas lacunas, pois o curso da história segue seu fluxo, propondo deslocamentos e rupturas, bem como ressignificações do passado. E neste sentido, acreditamos que o presente trabalho, ao propor como objetivo principal entender como um grupo de intelectuais contribuiu para o delineamento de uma compreensão político-educacional do (Sub) desenvolvimento, através de um projeto de educação e objetivando estudar as representações do subdesenvolvimento, que circularam entre 1956 e 1960, no intuito de compreender o papel do ISEB na circulação de representações do “novo homem”, traz alguns resultados que ajudam a fechar algumas arestas, além de propor novas problemáticas para futuras pesquisas ancoradas no ISEB.

Deste modo, gostaríamos de elencar estes resultados começando pelo significado de educação circulado pelo ISEB, através de seus intelectuais, utilizando-se de práticas culturais como a escrita acadêmica, as publicações e as aulas, como elemento difusor do modelo de homem/futuro. Assim sendo, através das fontes por nós analisadas, podemos afirmar que o que tipificou a educação no ISEB foi a intervenção no mundo social, na problemática do subdesenvolvimento, fazendo circular um ideal de novo homem como símbolo de progresso.

Assim, engajados nas problemáticas do seu tempo e interferindo em seu curso, tendo a escrita como ferramenta de luta, os escritos dos isebianos tinham como objetivo principal, disseminar as representações do “novo modelo de homem”. Esta constatação seria vazia, se não fosse às contribuições teóricas de Roger Chartier. Segundo esse teórico, as representações são produtoras da realidade, ao passo que também as produzem. Assim sendo, ao intervirem no mundo social, propondo rupturas com o passado/presente, através de um conjunto político-pedagógico, descrito por nós no segundo capítulo desta dissertação, os isebianos estiveram entre representações, que por si só conduziram esses intelectuais ao entendimento que estavam a serviço da comunidade cinquentista, fazendo crer que este projeto, encampados por eles, só seria possível com o alcance do homem, tarefa justificada pelas práticas educacionais do ISEB.

Todas as fontes por nós analisadas, apesar de partirem de pressupostos teóricos distintos uns dos outros, apontam para uma mesma direção, qual seja: o alcance do homem brasileiro através da educação. Eis o propósito da educação circulada pelo ISEB: “alcançar as massas através das práticas em movimento no Instituto, na tentativa de convencer a política desenvolvimentista de JK que só haveria desenvolvimento nacional com a educação das mesmas, convertendo assim os recursos ociosos do país em melhoramento social, cultural e econômico para a sociedade”.

Esse entendimento ficou implícito na aula inaugural lecionada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto (1956), ao destacar que não haveria desenvolvimento sem educação do povo. Da mesma forma, ficou notório e público em aula realizada pelo professor Ignácio Rangel (1960), apontando a necessidade de transformar todos os recursos

ociosos no Brasil em benefícios sociais. Sodré (1959), por sua vez, dissera ser imprescindível o resgate do homem brasileiro, do ser histórico em direção aquilo que ele mesmo convencionou chamar de “o novo”. Nesse mesmo sentido, o sociólogo Guerreiro Ramos (1957), chamou a atenção para “o destino da comunidade brasileira”, ao descrever acerca da importância de criação de um poder político comprometido com a sociedade.

Posto isto, não há razão de nos desviarmos de nossa hipótese inicial: “a de que os intelectuais do ISEB fizeram circular uma representação do subdesenvolvimento através de práticas educacionais no Instituto que eram dadas a ler como um projeto de educação, visando um de um “novo modelo homem” que corresponderia a um Brasil desenvolvido”. Por ora, entendemos que se negarmos a força destas representações que conduziram este Instituto e seus intelectuais, poderemos alimentar um passado já estilhaçado pelo tempo, dito positivista, que creditou em documentos a existência de uma história possível.

Ora, o fato do Instituto Superior de Estudos Brasileiros não ter deixado um “plano nacional” de educação escrito para ser seguido não quer dizer que não existiu um projeto de educação a partir do ISEB. Afinal, como dissera Vieira Pinto (1956), a educação visa o homem. E nunca é demais dizer que a ação e o engajamento dos intelectuais do ISEB no cotidiano, propondo a superação do subdesenvolvimento, configurou seu ideal de educação.

Vale ressaltar, que muitas pesquisas que antecederam a nossa, tendo o ISEB como objeto, apontou a educação no/do ISEB como sendo “ideológica”, hipótese diversa da nossa, já que acreditamos que ela se configurou entre práticas e representações, clarificando o mundo social. Neste ponto, nosso trabalho fecha mais uma lacuna, pelo seu caráter inovador, haja visto trilhar um caminho teórico e metodológico dificilmente explorado pelos pesquisadores interessados na história do ISEB. Trata-se de uma perspectiva histórico-cultural.

Neste sentido, vale ressaltar que desde a década de 1970, a história e a historiografia brasileira vem passando por uma (re) construção epistemológica que é sentida até os dias de hoje, principalmente com a entrada de trabalhos cunhados por Le

Goff (1990), Nora (1993), Chartier (1990), Certeau (2012), Bourdieu (2002), entre outros grandes teóricos que trouxeram novas abordagens e problemas para se pensar o passado. Com isto, abriram-se novas possibilidades no campo de pesquisa para se entender melhor o tempo, diferente daquele visto a partir do materialismo histórico dialético, predominante até a década de 1990, no Brasil.

Nesta perspectiva, gostaríamos de enfatizar que a presente pesquisa, talvez, não teria sido possível sem a construção teórico-metodológica privilegiada por esta pesquisa. Sem dúvidas, a contribuição dos autores em destaque no trabalho, amplamente discutidos no início desta dissertação, foi imprescindível para a construção dos resultados aqui alcançados, além de alargar novos caminhos para se pensar a História da Educação do ponto de vista dos intelectuais, sujeitos privilegiados em uma sociedade desigual e testemunhas de um determinado tempo histórico.

Não é tarefa fácil conceituar o intelectual, como demonstrou Sirinelli (2003), mas estamos de acordo com esse autor, ao enfatizar que o intelectual é um mediador cultural, ator social que intervém sobre a sociedade. Isso posto, os isebianos históricos devem ser lembrados como sujeitos comprometidos com a melhoria das condições de vida dos homens, logo, comprometidos com a educação.

Em síntese, nossa pesquisa revelou que a história da educação isebiana e de seus intelectuais, está em construção, e como toda história em construção carece de novas análises e abordagens para que se possa chegar a novos resultados. Por ora, acreditamos que estamos dando mais um passo com a presente pesquisa, sem perdermos de vista que há um longo caminho a ser percorrido em direção à história do ISEB e de seus intelectuais.

5 - Referências

ALVES, Alzira de Abreu: Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945 – 1964). As Esquerdas no Brasil. vol. 2.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas.** São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea.** São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: contribuições para uma economia dos bens simbólicos.** Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Campo de poder, campo intelectual.** Itinerário de un concepto. s/l: Montessor, 2002.

CAMPOS, Diego de Moraes. **História e Projeto: A filosofia e a trajetória de Álvaro Vieira Pinto no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) 1956 – 1964.** 2011. 105 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a História entre certezas e inquietudes.** Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A força das representações: história e ficção /** João de Castro Rocha (Org). Argos, 2011.

CHARTIER, Roger. **História Cultural:** entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação.** Estud, São Paulo V.S, N, 11, abril, 1991.

CHARTIER, Roger: **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes – ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHARTIER, Roger; Bourdieu, Pierre. A leitura: **Uma Prática Cultural.** Debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. In: Chartier, R. (org) *práticas de leitura.* São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p.229-254.

CORBISIER, Roland. **Formação e problema da cultura brasileira.** MEC, Rio de Janeiro, 1958.

Decreto Lei no. “37.608 de 14 de julho de 1955, que “Institui no Ministério da Educação e Cultura (MEC) um curso de altos estudos sociais e políticos, denominado

Instituto Superior de Estudos Brasileiros”, dispõe sobre seu funcionamento e dá outras providências”.

GOMES, Fabricio Augusto S. **O intelectual pensa o Brasil: O Nacional-desenvolvimentismo na perspectiva do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXV Simpósio Nacional de História, 2009. Anais... Fortaleza, Simpósio, 2009.

GOMES, Rodrigo Lima R. **Educação popular e cultura popular no Brasil: desenvolvimento capitalista, lutas sociais e ampliação do estado (1945 – 1964)**. 2014. 240 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____, (1959 3º ed). **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. ISEB/MEC

_____, (1960 2º ed). **Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro**.

_____, (1960). **Fundamentos Sociológicos do Poder Nacional**.

_____, (1960). **Recursos Ociosos na Economia Nacional**.

KOSELLECK, Reinhart, 1923-2006, **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Le Goff, Jacques, 1924, **História e Memória** - Campinas, SP, Editora da UNICAMP. 1990.

LEITE, Juçara, Luzia/ ALVES, Claudia. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e política**. - Vitória: EDUFES, 2011.

MAINARDES, Jefferson. ÁLVARO Vieira Pinto: **uma análise de suas ideias pedagógicas**. Artigo. Laplage em Revista, Sorocaba, São Paulo, v.1, n.3, p. 99-117, set/dez. 2015.

MARTINI, Renato Ramos. Álvaro Vieira Pinto: **Massas, nacionalismo, e cultura na realidade nacional**. 2008.162 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista (Júlio de Mesquita Filho), UNESP, São Paulo, São Paulo.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAIS, de Paula Rodrigo. Nelson Werneck Sodré: **História e utopia nos tempos do ISEB. Um estudo da narrativa como instrumento na disputa política. 1955–1964**. 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista (Júlio de Mesquita Filho), França, São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Teresa c. **A Educação Ideológica no Projeto de Desenvolvimento Nacional do ISEB (1955-1964)**. 2006. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Departamento de Educação, PUC-Rio, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Maria Teresa, C. **O ISEB e seu projeto de educação ideológica**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Anais... São Leopoldo: Simpósio, 2007.

ORTIZ, Renato. **Civilização brasileira e identidade nacional**. Editora brasiliense. São Paulo, 1985.

PAIVA, Vanilda Pereira: **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000, p. 163 .

PÉCAUT, Daniel, **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: “Entre o Povo e a Nação”. Ed. Ática, 1990.

POSTERNAK, Léo. **Intelectuais do ISEB e populismo: modernização e nacional-desenvolvimentismo**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXVI Simpósio Nacional de História, 2011. Anais... São Paulo, 2011.

PRADO, Maria Emilia. **Os intelectuais e a nação. Considerações acerca das concepções de Hélio Jaguaribe e do papel do Instituto Superior de Estudos Brasileiros no decênio de 1950**. In: Associação Nacional de História (ANPUH), XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. Anais... São Leopoldo: Simpósio, 2007.

SIRINELLI, J-F. Os Intelectuais. In: Rémond, R. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SOARES, Silvia Leticia Marques. **ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros): A dimensão pedagógica da ação ideológica de uma instituição cultural do período de 1955 a 1964**. 2014. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - FAHUD – Faculdade de Humanidades e Direito, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.

TOLEDO, Caio Navarro de (org): **Intelectuais e Política no Brasil; a experiência do Iseb**. Rio de Janeiro, Revan 2005.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2. Ed. São Paulo, Ática, 1978.

VALE, Antônio Marques. **O ISEB, os Intelectuais e a Diferença: Um diálogo Teimoso na Educação**. São Paulo, Editora Unesp, 2006.

